PROGNÓSTICO – II
SAFRA 1983/84

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS
AGROANALYSIS

VOLUME 7 Nº 10 OUTUBRO DE 1983

PERIÓDICOS

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS -
INSTITUTO BRASILEIRO
DE ECONOMIA

GOMES FREIRE
18.XI.83
DR-RIO

BRASIL CORREIO
CR$ 0036.00
M.10552
F.R407/83

FGV-ESCOLA ADM EMPRESAS SP
BIBLIOTECA KARL BOEDECKER
AV 9 DE JULHO 2029 10.AND
01313 SAO PAULO SP

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

BANCO NACIONAL DE CRÉDITO COOPERATIVO

BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
Escola de Administração de
Empresas de São Paulo

NOTA DA EDIÇÃO

Sem que sejam especificamente prognósticos de safra, as análises a seguir procuram antever a produção e a comercialização, em 1984, de alguns importantes produtos vegetais e animais.

No caso dos vegetais, que são o cacau, o café, a cana-de-açúcar e a laranja, qualquer um pesa bastante na balança comercial. Somando-se a eles a soja e o amendoim tem-se um conjunto que, até o mês de setembro, rendeu quase US$ 5 bilhões, com sua exportação.

As perspectivas para o próximo ano comercial parecem promissoras, apesar de, em boa parte dos mercados, permanecer o processo de deterioração nas relações internacionais de troca, isto é, os produtos primários estão sob erosão em seu valor unitário, acarretando a necessidade de venda de quantidades sempre maiores, para a manutenção do mesmo nível de valor. Cabe destacar, contudo, o relativo êxito alcançado pela Organização Internacional do Café, patrocinadora do único acordo mundial de produto agrícola a conseguir sucesso na preservação dos interesses de seus associados.

No caso específico da cana-de-açúcar, o Plano de Safra 1983/84 prevê uma repetição da produção de açúcar do ano anterior, de modo a não favorecer a depreciação das cotações internacionais, cujo mercado vê-se às voltas com estoques elevados. Apesar das limitações de plantio do plano, há uma tendência a um cultivo mais extenso, cujo incremento de produção deverá ser transformado em álcool.

A respeito da oferta de carnes, prevê-se um aperto no abastecimento interno, em virtude do possível aumento das exportações das carnes bovina e avícola, frente ao esperado declínio de sua produção e da oferta da suinocultura.

Neste contexto, uma lavoura temporária aparece como elemento de fundamental importância. No final dos anos 70, tudo indicava que esta seria a década do milho, à semelhança da década passada, dedicada à soja. Embora a produção pífia do cereal em 1983 tenha sido um passo atrás, o milho está a merecer um programa de longo prazo para a expansão da produção (idêntico ao do trigo, lançado em 1975, que, aliás não deu certo, por deficiências técnicas e estruturais, o que não é o caso do milho) de modo a dobrar a oferta nos próximos anos. Somente assim poder-se-á destinar ao exterior uma quantidade elevada de carne bovina, sem piorar o nível alimentar da população, uma vez que a produção de milho, via ração, garantiria a oferta de carnes substitutas, a preços menores. Além disso, pelo aumento do consumo direto, via fubá ou farinha de milho, reduziria a dependência do trigo importado, ainda gerando excedentes de milho para exportar.

SUMÁRIO

PROGNÓSTICOS DA SAFRA 1983/84

Produtos vegetais

- Cacau 2
- Café 7
- Cana-de-açúcar 12
- Laranja 19

Produtos animais e derivados

- Avicultura 25
- Pecuária bovina de corte 29
- Pecuária de leite 36
- Suinocultura 40

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA 43

PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES E RELAÇÕES DE TROCAS 45

PANORAMA AGROPECUÁRIO – PREÇOS

- Mercado externo 46
- Mercado interno 48
- Relativos 50

PREVISÃO DAS COLHEITAS DAS LAVOURAS 52

CACAU

MERGULHADO EM GRANDE INDEFINIÇÃO E APRESENTANDO, HÁ ANOS, UMA SUCESSIVA ACUMULAÇÃO DE ESTOQUES, O MERCADO INTERNACIONAL DO CACAU TEM RESISTIDO ÀS TENTATIVAS DE ORDENAÇÃO, POR PARTE DA ICCO. APENAS AS QUEBRAS DAS SAFRAS EM 1982/83, DE DIVERSOS PAÍSES, PUDERAM INTERROMPER O PROCESSO BAIXISTA, MAS NÃO SE SABE SE JÁ FOI REALMENTE SUPERADO.

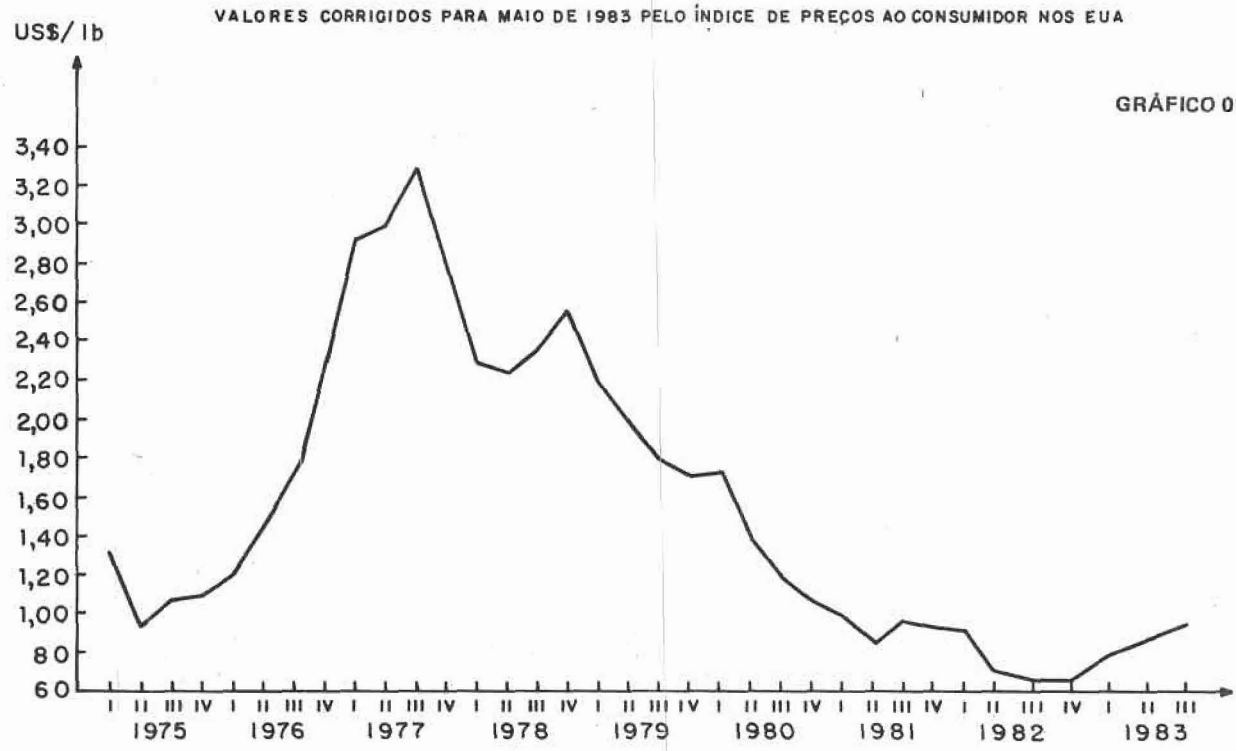
Ainda não é possível afirmar se foi superada a tendência declinante das cotações externas do cacau, que se mostrou implacável de 1977 até meados do ano passado (ver Gráfico 01). Os preços internacionais vêm melhorando desde o último trimestre de 1982, mas a continuidade deste movimento depende da safra africana de 1983/84, que é ainda desconhecida. Aquelas baixas cotações resultaram, fundamentalmente, do acúmulo de estoques durante cinco anos de produção superavitária, período no qual, surpreendentemente, alguns dos principais exportadores implantaram projetos ambiciosos, objetivando aumentar a produção futura. No Brasil, o Procacau teve como objetivo explícito modernizar e expandir a lavoura, de forma a transformar o país em principal produtor mundial no início da década de 90. A maioria desses programas fundamentou-se na expectativa de que o consumo mundial continuaria a crescer a taxas semelhantes às que se verificaram nos vinte anos posteriores ao final da II Grande Guerra. Isto não ocorreu e os estoques acumularam-se, ano após ano, até atingirem 666 mil t no final de 1981/82, quantidade capaz de suprir cerca de cinco meses das moagens anuais.

Nesta conjuntura, de pouco ou nada valeram os esforços desenvolvidos por alguns países produtores,

CACAU - MEDIAS TRIMESTRAIS DAS COTAÇÕES DO 1º FUTURO EM NOVA IORQUE

VALORES CORRIGIDOS PARA MAIO DE 1983 PELO ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR NOS EUA

GRÁFICO 01



no sentido de controlar a oferta internacional. Registre-se, a bem da verdade, que estes esforços quase sempre foram realizados de maneira descoordenada e por pequenos períodos de tempo. A ICCO, a que deveria caber o papel de controlar o ritmo de aumento dessa oferta, transformou-se em uma organização incapaz de interferir nos rumos do mercado. Reuniões sucessivas foram realizadas, sem que nada de prático pudesse ser aprovado.

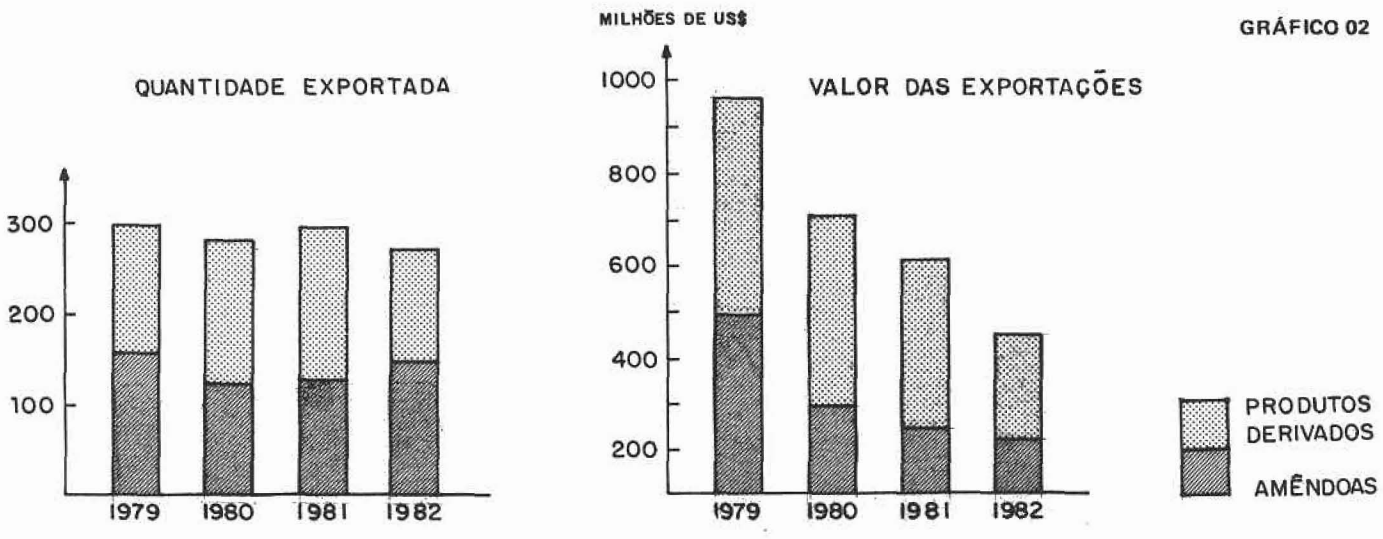
Assim, o peso dos estoques e a perspectiva de safras futuras também superavitárias em relação ao consumo mundial, tornaram-se insuportáveis para as débeis economias da maioria dos países produtores de cacau. Em conseqüência, os países exportadores arrecadaram, a cada ano, receitas cambiais declinantes, em termos nominais. O Brasil, por exemplo, exportou cerca de 298 mil t de amêndoas e de produtos de cacau em 1979, arrecadando o montante recorde de divisas de US$ 953 milhões. Nos anos seguintes, a quantidade vendida sofreu alterações normais, enquanto a receita declinou continuamente, até atingir US$ 432 milhões, em 1982 (ver Gráfico 02).

Este quadro começou a se alterar durante o último semestre do ano passado, quando foram divulgadas as primeiras previsões de safra para 1982/83. Inicialmente, as principais fontes internacionais esperavam uma pequena redução na colheita, decorrente de uma queda no rendimento agrícola, causada por tratos culturais inadequados. Segundo reconheciam estas mesmas fontes, a rentabilidade dos produtores alcançou nível tão baixo que inviabilizou a realização dos tratos culturais normalmente exigidos pelo cacau, o que, na verdade, já havia ocorrido, em diversos países, nas duas safras anteriores. Os prejuízos conseqüentes foram, no entanto, escamoteados pela entrada em produção das áreas novas, incorporadas pelos programas de expansão.

A pequena redução da safra de 1982/83, conforme as previsões iniciais, geraria, ainda, um leve superávit de produção e contribuiria, em conseqüência, para marcar o sexto ano consecutivo de acúmulo de estoques. No entanto, questões climáticas causaram sensíveis perdas. Durante o último trimestre de 1982, inundações prejudicaram seriamente as plantações de cacau no Equador e o tempo quente e seco na região produtora da África afetou sobremodo a safra. No Brasil, houve uma estiagem de quase dois meses, reduzindo a produção temporã. Logo a seguir, o harmatão, um vento quente que se desloca do deserto, castigou fortemente os cacauais africanos. Surgiram incêndios espontâneos em Gana e na Costa do Marfim, assim como incêndios propositais, estimulados pelas indenizações prometidas pelos governos locais. Do pequeno superávit previsto inicialmente, a situação evoluiu para um déficit de produ-

BRASIL - EXPORTAÇÕES DE AMÊNDOAS DE CACAU E DE PRODUTOS DERIVADOS

GRÁFICO 02



Fonte: Ceplac

ção, que era calculado pela corretora inglesa, ***Gill and Duffus,*** em julho de 1983, em 105 mil t, fazendo com que o estoque final previsto para 1982/83 declinasse para 561 mil t (ver Quadro 01).

O primeiro ano de produção deficitária, associado ao desconhecimento da dimensão dos prejuízos causados pela seca e pelos incêndios na África e à perspectiva de recuperação econômica das principais economias ocidentais, entre outros fatos, foi capaz de manter as cotações em alta durante doze meses.

A fase de ascensão, no entanto, não vem transcorrendo de forma continuada. Tem-se constituído de breves períodos de aceleração dos preços, logo interrompidos por também breves períodos de baixa, que, no final, deixam um saldo positivo. Este resultado pode ser considerado natural, pois a incerteza quanto ao futuro próximo do mercado tem sido grande, nos últimos tempos.

QUADRO 01 – CACAU – EVOLUÇÃO DAS PREVISÕES GLOBAIS NO ANO AGRÍCOLA 1982/83 – (em 1.000 t)

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÕES DIVULGADAS EM				
	nov	jan	mar	mai	jul
Estoque inicial	672	683	665	674	666
Produção mundial líquida	1.610	1.524	1.539	1.542	1.507
Moagem	1.597	1.602	1.593	1.602	1.612
Produção líquida – moagem	+13	–78	–54	–60	–105
Estoque final	685	605	611	614	561
Relação estoque final/moagem	43%	38%	38%	38%	35%

FONTE – Cocoa Market Report

Este é, justamente, o quadro atual de mercado. Na Bolsa de Nova Iorque, o contrato para liquidação em dezembro/83 foi cotado a US$ 2,4 mil/t na primeira semana de agosto. Poucos dias depois, impulsionado por informes um tanto dispersos, acerca de alguma melhoria nas condições climáticas da África, declinou para menos de US$ 1,9 mil/t. Logo a seguir, movidas por rumores de que os embarques de Gana e da Costa do Marfim estariam atrasados, as cotações recuperaram-se para o patamar de US$ 2,2 mil/t. Entre o pico altista de US$ 2,4 mil/t e a recuperação parcial para US$ 2,2 mil/t, transcorreram apenas três semanas. A velocidade com que as condições de mercado vêm-se transformando nos últimos meses denunciam o grau elevado de incerteza existente.

As informações até agora disponíveis acerca do desenvolvimento da safra de 1983/84, principalmente na África, são muito raras. Sabe-se, com certeza, que, em agosto, a carga de birros nas plantações africanas era grande, indicando a possibilidade de uma colheita satisfatória. As chuvas de agosto foram razoáveis; as de setembro, ao contrário, foram esparsas e insuficientes. Sabe-se, ainda, que o início da colheita deverá atrasar em pelo menos um mês, o que tem provocado o adiamento de embarques programados por Gana, Costa do Marfim e Camarões. Por outro lado, não existem informações seguras a respeito do número de árvores destruídas pelos incêndios ou pela seca, na África. É também impossível calcular o rendimento agrícola provável das plantações de Gana e Costa do Marfim que estão sendo castigadas por condições climáticas irregulares, há pelo menos doze meses.

A impossibilidade de avaliar, com a precisão necessária, a perspectiva da produção africana de 1983/84 foi a razão alegada pela corretora inglesa ***Gill and Duffus*** para suspender a divulgação de seu periódico bimensal de setembro último, cuja circulação foi prometida para outubro.

Quanto às estimativas de safra já publicadas, os números são os mais diversos e contraditórios. A corretora londrina ***Drexel Burnham Lambert,*** em seu comunicado de agosto, estima que a safra 1983/84 gerará um déficit de produção de 11 mil t, calculando a produção mundial em 1,64 milhão de t, ou seja, espera um aumento de 6% em comparação com sua estimativa para 1982/83. Em relação à Costa do Marfim, os analistas da empresa londrina prevêem que a safra 1983/84 renderá 430 mil t, o que significa a aceitação de um aumento aproximado de 15% em comparação com 1982/83 (ver Quadro 01).

Por outro lado, as autoridades da Costa do Marfim, ligadas ao setor agrícola, afirmaram recentemente que a safra 1983/84 será 10% a 15% menor do que a do ano anterior, a qual, segundo estas autoridades, rendeu 350 mil t somente.

A discrepância entre as estatísticas disponíveis não resulta, apenas, de interesses divergentes entre produtores e importadores de cacau. É evidente que estes procuram, sempre que possível, interferir no processo de formação das expectativas futuras de preços, de acordo com seus interesses específicos. Contudo, este fato não parece constituir-se, hoje, na razão fundamental que justifica o acentuado grau de

QUADRO 02 – CACAU – QUADRO COMPARATIVO ENTRE AS ESTIMATIVAS DE PRODUÇÃO DE DIVERSAS FONTES POR PAÍSES SELECIONADOS (EM 1.000 t)

PAÍS	1981/82				1982/83				
	DREXEL	GILL & DUFFUS	USDA	ICCO	DREXEL	GILL & DUFFUS	USDA	ICCO	DREXEL
Gana	225	225	225	225	180	178	190	190	170
Nigéria	180	181	181	175	163	160	165	170	175
Costa do Marfim	456	457	456	448	375	360	370	395	403
Camarões	120	122	120	119	115	110	120	120	120
Brasil	315	314	315	311	315	312	285	300	330
Malaísia	60	60	60	53	50	55	70	53	60
Equador	87	85	87	85	60	55	85	90	55
Outros	280	282	279	281	287	292	278	272	300
Total mundial	1.723	1.726	1.723	1.697	1.545	1.522	1.563	1.590	1.640

FONTE – Drexel Burnham Lambert

divergência entre as diversas previsões divulgadas. Poucos dias antes de *Gill and Duffus* adiar a circulação de seu boletim de setembro, havia rumores no mercado segundo os quais a corretora estaria prevendo um déficit de produção, para 1983/84, em torno de 50 mil t. Interessante observar que, na semana anterior, segundo as agências de notícias, alguns dos principais *dealers* de Londres acreditavam em um superávit de 50 mil t para a safra 1983/84.

Na verdade, muito poucos são os agentes que, no momento, possuem informações relativamente seguras a respeito dos resultados prováveis do ano internacional do cacau, que se iniciou em 1º/10/83. Tendo em vista que a colheita africana está atrasada em até 45 dias, somente em meados de novembro ou início de dezembro, o ritmo das entregas de cacau, nos principais centros de comércio dos países produtores, permitirá calcular, com uma segurança mínima, os números globais do ano. Na ocasião, estará mais claro o caminho que o mercado deverá percorrer nos meses seguintes. Até lá, as cotações flutuarão conforme a credibilidade atribuída a cada notícia.

Há, contudo, uma perspectiva alvissareira: a receita cambial do Brasil, correspondente às vendas de cacau, deverá aumentar em 1983, interrompendo um período de declínio de três anos sucessivos. Até julho, foram exportadas 145 mil t de cacau e de produtos derivados, que possibilitaram uma receita de US$ 242 milhões (ver Quadro 03). Apesar do ligeiro aumento de vendas, a receita cambial é ainda inferior à registrada no mesmo período de 1982. Isto ocorreu porque a tendência baixista das cotações vigentes até o ano passado atingiu o vale em meados de 1982. Como o sistema de determinação dos preços das exportações brasileiras de cacau acaba por fixar preços com três a seis meses de antecedência, em relação ao embarque, o grosso das exportações de 1983 foi realizado a preços registrados no início do processo de recuperação das cotações externas. É provável, portanto, que os preços médios das exportações continuem a aumentar durante os próximos meses. Se, como nos anos anteriores, os últimos cinco meses de 1983 registrarem, aproximadamente, 50% das vendas do período, será suficiente que o preço médio das exportações situe-se em US$ 1,3 mil/t para que a receita de 1983 supere a do ano anterior (US$ 437 milhões).

No entanto, é provável que a receita cambial de 1983 ultrapasse a marca dos US$ 500 milhões. Isto porque o valor médio das vendas do período de agosto a dezembro deverá estar contido no intervalo entre US$ 1.800/t e US$ 2.000/t. Supondo que sejam embarcadas, naquele período, cerca de 145 mil t de amêndoas e de produtos derivados (proporção semelhante a que se verificou nos últimos anos) a re-

ceita cambial de 1983 somará, no mínimo, US$ 503 milhões.

Do lado da disponibilidade física de cacau para as exportações dos próximos meses, também não deverá ocorrer constrangimento. A safra temporã, cujos resultados estiveram ameaçados pela seca do final de 1982, recuperou-se surpreendentemente. No início de 1983 a colheita do temporão baiano chegou a ser prevista em 2,2 milhões de sacas. O prejuízo estimado era de 1 milhão de sacas a menos do que a quantidade colhida no ano anterior. Contudo, os dois meses de seca foram superados e o clima, a partir de então, mostrou-se bastante favorável ao desenvolvimento da safra. As entregas de cacau baiano até 30/9/83 (data convencional de encerramento da safra temporã), somaram 3,166 milhões de sacas. Na verdade, a colheita do temporão está atrasada e ainda existe cacau nas áreas de produção que será entregue em outubro. Estas entregas serão contabilizadas na safra principal, embora o desenvolvimento dos frutos tenha ocorrido na fase de temporão.

Em relação à safra principal brasileira (outubro de 1983 a abril de 1984) as informações disponíveis são, ainda, pouco seguras. A primeira previsão da Ceplac estima a colheita principal em 2,6 milhões de sacos. Fontes da região produtora ressaltam que é ainda muito cedo para externar qualquer posição mais segura a respeito. Todavia, afirmam que, dificilmente, será atingida a marca apontada pela Ceplac em seu levantamento preliminar. Isto porque o atraso e a própria dimensão da safra temporã prejudicaram o desenvolvimento da safra principal. Nos meses em que, normalmente, ocorreriam as floraçõe da safra, as árvores estavam muito carregadas com frutos ainda em crescimento e não geraram uma nova floração, sequer, razoável.

Por último, cabe assinalar que a superação da fase de mercado baixista depende, em primeiro lugar, das condições de oferta que se definirão nas próximas semanas. Mesmo assim, não é supérfluo o papel que caberá à ICCO. A manutenção das cotações externas entre limites capazes de, ao mesmo tempo, remunerar adequadamente a atividade produtiva e facilitar a ampliação do consumo mundial, depende, também, da capacidade de articulação política dos delegados juntos à ICCO, que deverão articular um novo Acordo Internacional, em 1984. Depende, mais ainda, da sensibilidade política dos países importadores, principalmente dos EUA. A recusa sistemática dos norte americanos em participarem do Acordo Internacional do Cacau tem, evidentemente, o efeito de inviabilizar o próprio Acordo. Paralelamente, esta recusa contribui, também, para agravar os efeitos da crise econômica internacional sobre os frágeis países produtores de cacau.

QUADRO 03 – BRASIL – EXPORTAÇÕES DE CACAU E DERIVADOS 1982 E 1983 – VALORES ACUMULADOS NO PERÍODO JANEIRO – JULHO

ESPECIFICAÇÃO	1982			1983			VARIAÇÃO PERCENTUAL		
	QUANTIDADE (t)	VALOR US$ 1000	PREÇO MÉDIO US$/t	QUANTIDADE (t)	VALOR US$ 1000	PREÇO MÉDIO US$/t	QUANTIDADE Δ%	VALOR Δ%	PREÇO MÉDIO Δ%
Amêndoas	72.807	118.569	1.628,54	65.535	111.368	1.699,37	–10,0	–6,1	+4,3
Manteiga	14.921	64.078	4.294,48	15.288	57.844	3.783,62	+2,5	–9,7	–11,9
Liquor	23.016	55.020	2.390,51	31.058	65.993	2.124,83	+34,9	+19,9	–11,1
Em massa	13.696	6.491	473,93	12.048	6.376	529,22	–12,0	–1,8	+11,7
Total dos derivados	68.434	125.589	–	79.461	130.213	–	+16,1	+3,7	–
Total[1]	141.241	244.158	1.728,66	144.996	241.581	1.666,12	+2,6	–1,0	–

FONTE – CACEX

[1] **Quantidades calculadas em termos de amêndoas.**

CAFÉ

MALGRADO CERTOS ASPECTOS CONTRADITÓRIOS DO ACORDO INTERNACIONAL DO CAFÉ, QUE ESTÃO ONERANDO ALGUNS DOS PAÍSES PRODUTORES, A INTERVENÇÃO DA OIC NO MERCADO PODE SER CONSIDERADA BENÉFICA. O BRASIL VEM RECUPERANDO SUA TRADICIONAL POSIÇÃO DE DESTAQUE, ESPELHADA NA CONSECUÇÃO DE UMA QUOTA BÁSICA DE 16 MILHÕES DE SACAS PARA EXPORTAÇÃO. AS METAS DE 1983 DEVERÃO SER FACILMENTE ALCANÇADAS.

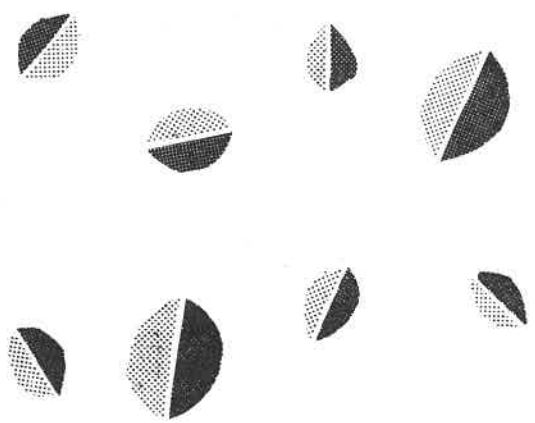
Durante os últimos anos, a maioria das matérias-primas agrícolas tem enfrentado uma conjuntura externa adversa, caracterizada por cotações em declínio e mercados sujeitos a restrições de demanda. Enquanto isso, as exportações brasileiras de café obtiveram um desempenho bastante satisfatório, acumulando, ano após ano, ganhos modestos, mas continuados. Atualmente, já se pode dizer que o Brasil reconquistou sua antiga posição de destaque no comércio mundial do café, que esteve seriamente ameaçada em razão dos prejuízos causados pela geada de 1975.

Diversos são os fatores que, conjugados, possibilitaram um bom desempenho das exportações. Vale citar, por exemplo, a utilização de contratos de fornecimento e o sistema de determinação do preço externo do café brasileiro, pela maior flexibilidade que conferiram à política de comercialização. Fundamentalmente, contudo, a vigência efetiva do Acordo Internacional do Café merece destaque, pois a atual relação entre o consumo e a disponibilidade do produto, em nível mundial, não viabilizariam cotações superiores a US$ 1 libra-peso.

Além de possibilitar preços relativamente remuneradores aos países produtores, o Acordo, principalmente no ano comercial 1982/83, traduziu-se em cotações bastante estáveis, o que, do ponto de vista dos torrefadores estrangeiros é muito conveniente. Na temporada que se encerrou em setembro passado, a média móvel de quinze dias do preço indicativo da OIC, cujo comportamento determina as alterações da quota global de exportação, não ultrapassou, em nenhum momento, os limites do intervalo de preços livres fixado pelo Acordo (US$ 1,20/lb a US$ 1,40/lb). O maior valor da média móvel foi de US$ 1,33/lb, registrado em dezembro de 1982 e o menor, de US$ 1,23/lb.

É preciso lembrar, no entanto, que o funcionamento efetivo do Acordo gera, também, uma série de conseqüências às vezes prejudiciais aos interesses dos países signatários, sobretudo porque o cumprimento das regras pré-estabelecidas nem sempre se coaduna com os interesses imediatos desses países. A sobrevivência do pacto depende, portanto, da capacidade política dos filiados para repartir, adequadamente, a carga de sacrifícios.

A questão preocupante é que, no caso do Acordo do Café, esta carga de vários países está próxima do limite suportável. Por esta razão, alguns observadores manifestaram apreensão quanto ao futuro do Acordo. Havia, de fato, a possibilidade de que a insatisfação de alguns signatários desaguasse na reunião da OIC de setembro passado, precipitando a impossibilidade de estabelecer regras econômicas, o que não ocorreu. Os delegados dos países membros conseguiram adiar para setembro de 1984 o prazo limite para o enfrentamento de questões atualmente intransponíveis.



É preciso ter claro, no entanto, que existem contradições embutidas nas regras do Acordo que ameaçam, até mesmo, a continuidade do pacto a médio prazo. A principal delas refere-se à relação entre a quota global, a produção mundial e os preços de intervenção. A quota global, fixada para 1983/84, é de 56,2 milhões de sacas e os preços de intervenção (limites que, se ultrapassados, provocam cortes ou aumentos na quota global) foram estabelecidos em US$ 1,20/lb e US$ 1,40/lb. Este intervalo de preços, igual ao que vigorou em 1982/83, viabiliza uma produção mundial que é calculada pelo USDA em 93,6 milhões de sacos (ver Quadro 04). Descontando-se o consumo interno dos países produtores e as exportações para os países não filiados à OIC, chega-se a um excedente de produção previsto para 1983/84, da ordem de 6 milhões de sacos. Esta quantidade, somada ao estoque remanescente da safra anterior, compõe um estoque final de 47 milhões de sacas, equivalente a 71% das exportações globais previstas para o período. É bem verdade que, havendo uma geada nos principais estados produtores brasileiros, o excedente produzido nos anos anteriores seria absorvido parcialmente, reconduzindo o estoque mundial a níveis razoáveis. Esta possibilidade não anula, contudo, os efeitos baixistas do acúmulo de estoques elevados, enquanto estes não se tornam absorvíveis num horizonte temporal visível. Tampouco ajuda a solucionar a disputa entre os países produtores por parcelas maiores da quota global.

O crescimento do estoque mundial constitui a manifestação de uma das principais contradições contidas no texto do Acordo Internacional do Café. Através do sistema de quotas, a OIC consegue controlar a ***oferta*** de café de maneira satisfatória, gerando, com isso, preços estáveis e remuneradores. No entanto, a ***produção*** mundial de café não é objeto de nenhum tipo de controle e comporta-se conforme os estímulos derivados do preço internacional e da política de comercialização de cada país produtor. Na medida em que essas variáveis propiciam uma produção maior do que o consumo mundial, a conseqüência evidente é o acúmulo de estoques invendáveis aos preços oficiais em poder dos países produtores.

Para agravar ainda mais a questão, há o fato de que, historicamente, coube ao Brasil a tarefa de armazenar uma parcela desproporcional do estoque mundial, como decorrência da política de comercialização adotada, conhecida como "política do guarda-chuva". Tal política consistia, a grosso modo, em esperar que os demais produtores vendessem a maior parte de sua produção para, então, obter preços mais altos. Como os demais países também se beneficiavam dos preços melhores forçados pelo Brasil, uma parcela da colheita brasileira deixava de ser vendida a cada safra, indo engrossar os estoques do IBC, que só os escoava quando ocorria alguma quebra de safra.

Com a vigência plena do Acordo Internacional, a "política do guarda-chuva" perdeu a razão de ser. Deste momento em diante, os estoques internacionais e os custos de sua manutenção passaram a ser

QUADRO 04 – CAFÉ – DISTRIBUIÇÃO DA OFERTA MUNDIAL
(EM 1.000 SACAS DE 60 kg)

ESPECIFICAÇÃO	1975/76	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84
Estoque inicial	44.738	39.394	25.716	29.547	25.149	26.054	32.494	45.801	41.209
Produção	73.159	60.907	70.844	78.939	81.908	86.278	98.342	81.484	93.573
Importação dos países produtores	525	579	602	713	727	676	740	756	716
Disponibilidade total	117.422	100.880	97.162	109.197	107.784	113.006	131.576	128.041	135.498
Consumo interno dos países produtores	19.194	18.397	18.778	19.482	19.977	20.581	21.437	20.992	21.722
Exportação	59.835	56.767	48.837	64.566	61.753	59.931	64.338	65.840	66.254
Estoque final	39.394	25.716	29.547	25.149	26.054	32.494	45.801	41.209	47.522

FONTE – USDA

repartidos entre todos os países produtores. O Quadro 05 ilustra a questão. Nele figuram um grupo de países produtores de expressão e a relação percentual entre o estoque final e a produção de cada ano-safra, no período 1970 a 1983. Observa-se que, na média dos anos 1970/75, o estoque brasileiro representava 121% da produção obtida. Em contrapartida, os demais países detinham estoques relativamente menores. Ao longo dos anos seguintes, o Brasil foi reduzindo a relação estoque/produção, inicialmente por força da geada de 1975 e, depois, pela vigência das cláusulas econômicas do Acordo. Os demais países reduziram ainda mais o volume de café estocado nos primeiros anos seguintes à geada de 1975. A partir de 1980/81, no entanto, a relação estoque/produção cresceu em quase todos eles. A questão que assusta a maioria dos observadores e que ameaça a própria continuidade do pacto, é que alguns desses países estão, hoje, com um nível de estoques cujo custo de manutenção é, simplesmente, incompatível com o tamanho de suas economias. É o caso, por exemplo, da Indonésia, Costa do Marfim e Guatemala.

Do ponto de vista dos interesses econômicos do conjunto dos países produtores, a vigência do Acordo do Café, é, sem dúvida, benéfica. Contudo, cada país deseja, também, reduzir a quantidade de café estocado dentro de suas fronteiras. Este dilema tem propiciado um acentuado crescimento das vendas para países não-membros da OIC, parte das quais reflui, em seguida, para os países filiados à OIC, a preços muito inferiores aos do mercado oficial.

Este é um segundo tipo de contradição derivado das regras do Acordo. Na medida em que coexistem dois mercados de café (um oficial e outro de não-membros ou de vendas ilegais) cujos preços são diferentes, um país membro importador se vê na estranha posição de pagar 100% mais pelo café que consome, apenas para permanecer filiado à OIC. No caso de países desenvolvidos que têm interesse estratégico sobre alguma região produtora, como, por exemplo, os Estados Unidos da América em relação à América Central, o custo daquela aberração torna-se assimilável. O mesmo não se dá em países como a Hungria e Israel que, no ano passado, desligaram-se da OIC e para tantos outros ainda filiados à Organização.

A despeito de todos os problemas, a vigência das cláusulas econômicas do Acordo está garantida por mais um ano. Contudo, é preciso estudar, desde já, algumas medidas capazes de preservar o Acordo, único pacto internacional sobre máterias-primas agrícolas que tem conseguido resultados satisfatórios.

Neste sentido, são louváveis, embora insuficien-

QUADRO 05 – CAFÉ – RELAÇÃO PERCENTUAL ENTRE O ESTOQUE FINAL E A PRODUÇÃO EM PAÍSES SELECIONADOS

PAÍSES	ANO-SAFRA	1970/75	1975/76	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84
Brasil	jul/jun	121	101	82	58	43	38	29	40	34	38
Colômbia	out/set	52	29	49	52	39	31	47	67	86	99
Costa Rica	out/set	19	14	8	7	6	6	26	23	46	68
Guatemala	out/set	11	3	3	5	3	10	21	23	38	34
Honduras	out/set	21	18	11	6	3	7	16	32	44	64
México	out/set	21	15	12	22	15	14	24	38	23	27
Camarões	out/set	51	40	50	48	43	44	58	75	96	108
Etiópia	out/set	32	18	29	30	29	27	33	42	49	58
Costa do Marfim	out/set	46	22	27	17	15	33	61	72	56	29
Quênia	out/set	30	18	27	30	27	37	59	50	45	38
Zaire	out/set	12	70	47	46	46	43	57	63	68	76
Indonésia	abr/mar	23	11	12	9	8	8	11	31	29	21
Mundo		65	54	41	42	32	31	37	46	51	51

FONTE - USDA

tes, os esforços da OIC objetivando criarem mecanismo de controle sobre as vendas para não-membros. Na última reunião da entidade, os países filiados aprovaram uma cláusula segundo a qual os exportadores ficam obrigados a apresentar provas de que o café vendido chegou, de fato ao seu destino. Caso contrário, o país exportador terá reduzida sua quota oficial na mesma quantidade das vendas não comprovadas.

A aprovação da nova cláusula representa um grande avanço na direção de se obter maior controle sobre as negócios realizados fora do âmbito direto do Acordo. A gravidade da questão, no entanto, indica a necessidade da adoção de medidas mais duras. É o caso, por exemplo, de se estudar a possibilidade de fixar uma quota global que incluisse, também, as vendas para não-membros. Assim, o Acordo estenderia sua cobertura a 100% das vendas dos países exportadores filiados, reduzindo a possibilidade desses países realizarem vendas ilegais.

Esta medida, ao contrário do que possa parecer à primeira vista, não deverá desestimular demasiadamente as vendas legais para os países não filiados à OIC. Poderá induzir os países produtores a procurarem obter preços melhores para suas exportações fora do âmbito da OIC e, em conseqüência, o diferencial de preços, entre o mercado de membros e o de não-membros, tenderá a se reduzir. Poderá constituir-se, também, em estímulo ao ingresso na OIC de novos membros consumidores, além de reduzir a probabilidade de novas defecções entre os importadores.

A OIC dedica-se, ainda, a estimular o consumo mundial de café, promovendo campanhas publicitárias em mercados selecionados. No entanto, o volume de recursos com essa finalidade à disposição da OIC, obviamente, não se compara, por exemplo, com os dispêndios realizados pelas indústrias de refrigerantes nos principais mercados mundiais, cuja concorrência com o café, pela preferência dos consumidores, é, normalmente, apontada como uma das principais razões da relativa estagnação do consumo deste último. Possivelmente, a eficiência dos gastos com propaganda genérica do café poderia aumentar, se cada país produtor tivesse liberdade para escolher em que mercado (incluindo seu mercado interno) aplicar a sua parcela. Assim, a escolha recairia, naturalmente, nos mercados que tivessem revelado alguma preferência pelo café produzido no país patrocinador da propaganda.

Cabe, ainda, assinalar que a OIC precisa definir uma política de produção para os países filiados, de forma a impedir um crescimento desorganizado do estoque mundial. A Colômbia já vem fazendo algum esforço no sentido de reduzir seu excedente de produção. Contudo, cabe à OIC a tarefa de coordenar este esforço, em nível internacional, para torná-lo efetivo e menos custoso ao conjunto dos países produtores.

A despeito dos choques implícitos no texto do Acordo e das questões não resolvidas na reunião da OIC de setembro passado, foi benéfica a manutenção das cláusulas econômicas, por mais um ano. Do ponto de vista do Brasil, a obtenção de uma quota básica de 16 milhões de sacas, que representa 29% do total das exportações previstas para 1983/84 no âmbito da OIC, significa a consolidação do espaço conquistado nos últimos anos. Em relação às exportações brasileiras de 1983, a quota junto à OIC para o último trimestre do ano e os resultados parciais acumulados durante os primeiros oito meses, praticamente asseguram que as metas estabelecidas pelas

QUADRO 06 – BRASIL – EXPORTAÇÕES DE CAFÉS VERDE E SOLÚVEL PARA PAÍSES MEMBROS E NÃO-MEMBROS DA OIC JANEIRO – AGOSTO DE 1982 E 1983

ESPECIFICAÇÃO	1983			1982		
	QUANTIDADE sc de 60 kg	VALOR US$ mil	PREÇO MÉDIO US$/sc	QUANTIDADE sc de 60 kg	VALOR US$ mil	PREÇO MÉDIO US$/sc
Membros	10.404.909	1.382.318	132,85	10.113.142	1.258.909	124,48
Não-membros	881.916	80.144	90,88	762.499	91.027	119,38
Total	11.286.825	1.462.462	129,57	10.875.641	1.349.936	124,12

FONTE – IBC

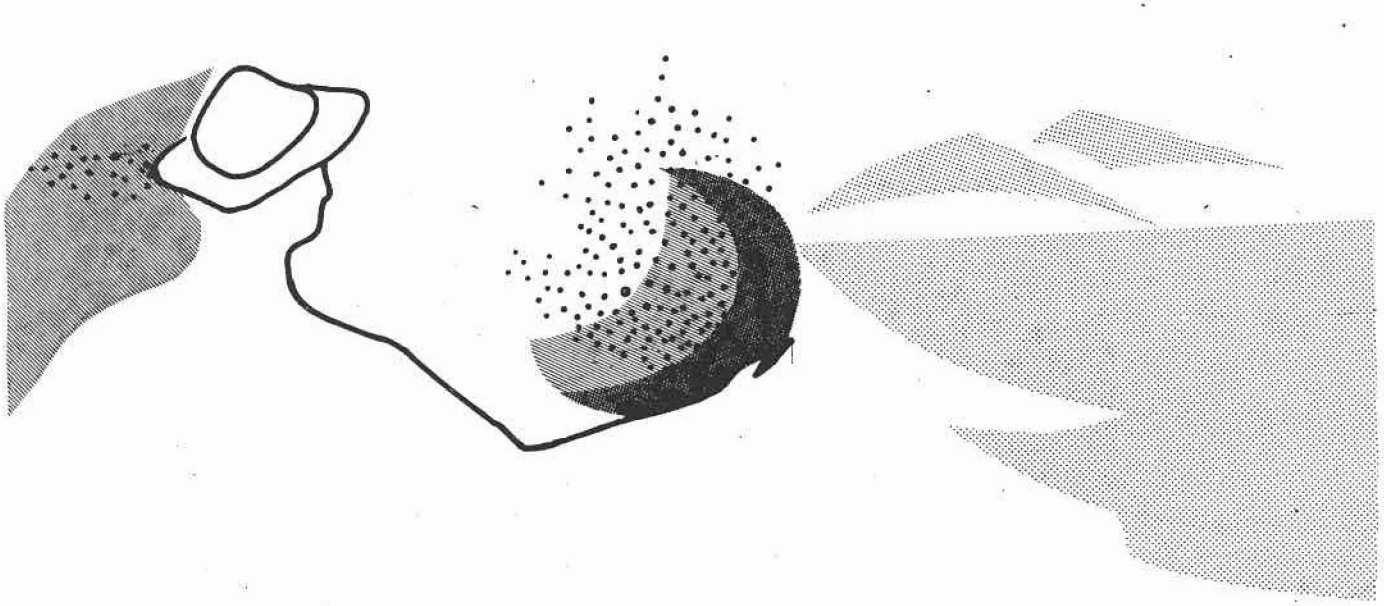
autoridades serão alcançadas com relativa facilidade. Conforme previsão do IBC, o país deverá exportar, durante o ano, cerca de 17 milhões de sacas de 60 kg, obtendo uma receita cambial entre US$ 2,0 bilhões e US$ 2,2 bilhões. Até agosto, foram vendidas 11,3 milhões de sacas, no valor de US$ 1,46 bilhão (ver Quadro 06), o que revela uma ***performance*** um pouco melhor do que a do ano passado. A quantidade exportada aumentou em cerca de 400 mil sacas e a receita cambial é 8% maior do que a acumulada durante os primeiros oitos meses de 1982.

Para alcançar a meta oficial relativa à quantidade (17 milhões de sacas) será preciso exportar cerca de 5,7 milhões de sacas durante os quatro meses restantes, o que equivale a aumentar a média mensal de vendas dos atuais 1,411 milhão de sacas para 1,428 milhão de sacas. Supondo-se que estas vendas sejam realizadas a um preço médio de US$ 125/saca, que é um preço menor do que a média obtida até agosto, a receita cambial gerada no ano somará US$ 2,175 bilhões, situando-se, portanto, dentro do intervalo planejado.

No entanto, há um aspecto que poderá dificultar um pouco o desempenho das exportações até meados de 1984. A safra de 1983/84, cuja colheita está terminando, sofreu atrasos consideráveis e teve sua qualidade prejudicada pelas chuvas de maio e junho. Os prejuízos, em termos de qualidade, não são ainda perfeitamente conhecidos. Até o momento, os exportadores vêm encontrando dificuldades em adquirir cafés que se adaptem às exigências dos importadores. Algumas fontes do comércio afirmam que haverá dificuldades em manter um fluxo normal de exportações, visto que os estoques do IBC estão desfalcados de cafés de primeira. Outros observadores ainda alimentam a esperança de que, a partir de 1º/10/83, quando o preço de garantia será corrigido, os cafés melhores reaparecerão no mercado.

Parece cedo demais para se ter uma avaliação segura quanto à qualidade do café produzido na atual safra, mas há indicações seguras de que houve uma piora no que se refere à qualidade da bebida. Em conseqüência, deverá crescer a diferença entre os preços dos diversos tipos de café, aumentando, também, o grau de dificuldade do IBC para administrar corretamente a evolução do valor da cambial bruta do exportador.

No que tange ao consumo interno de café, a presente safra talvez venha a constituir-se em excelente oportunidade para que os torrefadores reduzam o ritmo de crescimento do preço do café torrado e moído. A maior abundância relativa de cafés não exportáveis contribuirá para deprimir o preço da matéria-prima dos torrefadores. Será, portanto, uma boa oportunidade para que se interrompa a tendência de redução do consumo interno de café, em conseqüência da evolução abusiva dos preços ao consumidor final.



CANA-DE-AÇÚCAR

AS MUDANÇAS NO SISTEMA DE PAGAMENTO, ADOTANDO-SE O CRITÉRIO DA QUALIDADE DA CANA E AS NOVAS NORMAS DE ESCOAMENTO, COMERCIALIZAÇÃO E ESTOCAGEM DO ÁLCOOL SÃO ALGUNS DOS PRINCIPAIS ASPECTOS DESTA SAFRA. A ELEVAÇÃO DOS JUROS NOS EMPRÉSTIMOS AGRÍCOLAS NÃO AFETOU AS LAVOURAS, POIS FOI ANUNCIADA APÓS O PLANTIO. EM TERMOS DE EXPORTAÇÕES SÃO BOAS AS PERSPECTIVAS DA RECEITA.

A safra de cana-de-açúcar da região Centro-Sul teve seu início oficial em 1º de junho passado, apresentando, até os primeiros dias de outubro, condições favoráveis para o cumprimento das metas programadas pelo Plano de Safra do Instituto do Açúcar e do Álcool.

Uma análise dos objetivos de produção fixados pelo Plano permite concluir que o acréscimo da produção canavieira, a ser obtido nesta safra, será destinado à produção de álcool, uma vez que a produção de açúcar permanecerá praticamente inalterada em relação à safra passada (ver Quadro 07). Observa-se que, no caso da produção de açúcar, a participação dos cinco estados maiores produtores (São Paulo, Pernambuco, Alagoas, Rio de Janeiro e Minas Gerais) mantém-se inalterada, com uma produção conjunta que representa 91% do total do país. No que diz respeito à produção de álcool, o Paraná surge, pela primeira vez, como o terceiro maior produtor brasileiro, ultrapassado apenas por São Paulo e Alagoas. São Paulo, aliás, mantem sua posição hegemônica, com uma produção que corresponde a 79% da região Centro-Sul e a 63% do total nacional.

A safra apresentou alguns problemas, pois as fortes chuvas que ocorreram, sobretudo em São Paulo, no final de maio e início de junho, chegaram a paralisar o corte e a entrega da cana às usinas. Entretanto, o atraso foi compensado, nesta safra, pelo início antecipado da moagem (segunda quinzena de abril) por um número maior de usinas. Observe-se que nos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, até 15 de agosto do presente ano, tinham sido moídas 57,7 milhões de t de cana, enquanto que, no mesmo período, em 1982, a quantidade de cana processada foi de 47,5 milhões de t. Por outro lado, as chuvas que continuam atingindo as regiões produtoras, embora não causem maiores prejuízos à lavoura, deverão retardar o término da colheita, na medida em que se tornam mais lento o corte e o transporte da cana.

Em contrapartida ao atraso provocado pelas chuvas, vale destacar seus efeitos benéficos para o desenvolvimento da planta. Desta maneira, espera-se para esta safra uma significativa elevação da produtividade agrícola, ao mesmo tempo em que o rendimento industrial deve permanecer em um nível semelhante ao dos últimos anos. Foi diante da perspectiva de realização de uma volumosa safra que se inseriu a reivindicação dos produtores de ampliação das metas de produção fixadas pelo IAA. Diante da ameaça de sobra de canaviais não colhidos no final da safra, o IAA autorizou a produção comple-

QUADRO 07 – BRASIL – PRODUÇÃO AUTORIZADA DE AÇÚCAR E ÁLCOOL – SAFRAS 1982/83 E 1983/84

REGIÕES E PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES	AÇÚCAR (1.000 t)		ÁLCOOL (1.000 m^3)	
	SAFRA 1982/83	SAFRA 1983/84	SAFRA 1982/83	SAFRA 1983/84
Norte/Nordeste	3.290	3.423	1.151	1.429
Pernambuco	1.419	1.489	340	400
Alagoas	1.356	1.376	542	631
Centro/Sul	5.880	5.577	4.679	5.631
Minas Gerais	542	501	171	230
Rio de Janeiro	605	533	190	190
São Paulo	4.380	4.261	3.833	4.448
Paraná	–202	160	297	403
BRASIL	9.170	9.000	5.830	7.060[1]

FONTE – IAA

[1] Após a publicação do Plano de Safra foi autorizada a produção de mais 542.000 m^3 de álcool, o que eleva a produção nacional da safra 1983/84 para 7.602.000 m^3.

mentar de 542 milhões de litros de álcool, a serem distribuídos em quotas entre os estados da região Centro-Sul. Tal medida, entretanto, não satisfez completamente a reivindicação dos produtores, que pretendiam uma elevação de um bilhão de litros sobre a produção de álcool inicialmente fixada. Ainda como conseqüência dos ganhos de produtividade, algumas destilarias já haviam completado, em meados de setembro, o limite máximo de produção determinada pelo IAA. Diante disto, o Instituto autorizou a complementação da produção dessas destilarias, desde que fosse por conta e risco próprios, sem benefícios de *"warrantagem"* e sob a condição de que tivessem capacidade de tancagem suficiente para armazenar o álcool complementar a ser produzido.

Na Região Nordeste, a safra, iniciada em 1º de setembro, está cercada de expectativas quanto aos possíveis efeitos da seca, que há cinco anos atinge a Região. As estimativas de redução de até 10% da produção em relação ao ano passado, veiculadas por alguns produtores, deverão restringir-se somente a determinadas áreas, como a Zona da Mata Norte em Pernambuco e o Sul de Alagoas. Ainda assim, estas perdas dependem do comportamento do clima nos meses de setembro e outubro. Caso ocorra uma chuva branda, neste período, o desenvolvimento das plantas será favorecido. Registre-se, ainda, que durante este ano, a pluviosidade nas regiões produtoras, embora menor, está melhor distribuída, o que deverá favorecer o rendimento industrial.

No entanto, não são apenas os fatores climáticos que devem ser ressaltados na análise da safra em curso.

Um elemento novo, na presente safra, é a resolução do IAA que instituiu a obrigatoriedade de pagamento da cana pela qualidade, na Região Centro-Sul. A implantação deste sistema, que substitui o critério de pagamento da cana unicamente pelo peso, implica também na avaliação dos fatores de pureza e teor de sacarose. Essa medida é reconhecida como um passo necessário para a maior racionalização e aprimoramento de todo o sistema de relações da agroindústria. No entanto, ainda que seja um sistema de uso corrente em todos os países grandes produtores de açúcar, não encontrou, até o momento, no Brasil, condições favoráveis à sua implantação. Desde a realização das primeiras experiências durante a safra 1978/79, em Alagoas, o sistema de pagamento pela qualidade enfrenta resistências por parte dos fornecedores, que temem a manipulação de dados pelas usinas, tendo em vista que os laboratórios para a avaliação da qualidade da cana são instalados dentro das unidades fabris. Os usineiros, por seu turno, reclamam dos altos custos para a instalação destes laboratórios.

Contudo, as dificuldades que se apresentam na atual safra, para o cumprimento do ato do IAA, parecem pertencer a outra ordem de fatores. De fato, ainda que parte considerável das usinas já disponha dos laboratórios apropriados para as análises requeridas, o sistema parece ter sua implantação comprometida por questões de natureza financeira. Ou seja, o pagamento da cana entregue pelos fornecedores tem sofrido constantes atrasos, em função do retardamento na liberação, para a indústria, do crédito para estocagem — *"warrantagem"* — pelos agentes financeiros. Diante dos problemas de fluxo de caixa gerados por esta prática, o setor industrial alega não ter condições de obedecer a Resolução 09/83, do IAA, que fixa o pagamento de 76% do preço da t de cana, até o dia 5 de cada mês. As usinas limitam-se a pagar 63% daquele preço básico e não pagam o ágio devido aos fornecedores que, porventura, entreguem a matéria-prima com qualidade superior àquela fixada como média, pelo novo sistema de pagamento.

Na região Nordeste, o sistema de pagamento pela qualidade deve ainda encontrar dificuldades para sua completa implantação. Cabe ressaltar que, embora este sistema já tenha sido experimentado em Alagoas, o processo de instalação de laboratórios nas usinas daquele estado encontra-se atrasado. Em Pernambuco, as dificuldades parecem ainda de maior vulto. Isto porque o contingente de fornecedores de cana é predominantemente de pequenos produtores, com um nível de produtividade muito baixo. A simples implantação do sistema poderia acarretar o desaparecimento de parcela considerável desses pequenos produtores. Apesar dessas implicações negativas, não há como deixar de ressaltar a importância da alteração do critério de pagamento para o complexo agroindustrial canavieiro do país.

A safra 1983/84 defronta-se ainda com sérios problemas de ordem econômica. Em primeiro lugar, observa-se um agravamento das condições de concessão e pagamento do crédito agrícola. Embora o volume de crédito oferecido tenha sido suficiente para a demanda existente, ele se tornou substancialmente mais caro, acarretando um retraimento dos produtores, em especial daqueles economicamente mais

frágeis. O fato não se manifesta como regra geral para todas as regiões, mas, em alguns estados, como é o caso de Pernambuco, há redução na procura do crédito, provocando uma menor atenção aos tratos culturais. Os efeitos sobre a presente safra ainda serão de pequena monta, já que a elevação de juros do crédito agrícola ocorreu quando o plantio já tinha sido realizado. Entretanto, para a próxima safra (1984/85) os prejuízos deverão ser sentidos, particularmente no que diz respeito à adubação, que deverá ser diminuída.

Além da elevação dos encargos financeiros, outros itens da estrutura de custos de produção da cana-de-açúcar sofreram pesados aumentos de preços. Neste caso, destacam-se os fertilizantes, combustíveis e lubrificantes, aumentados, sobretudo, pela aceleração das desvalorizações cambiais.

No contexto atual, de grandes dificuldades econômicas para o país, os últimos aumentos de 48,5% para a cana e de 49,8% para o açúcar e o álcool, concedidos no princípio de outubro, ainda que bem abaixo da reivindicação de 73% pleiteada pelos produtores, superaram as expectativas mais pessimistas.

Os reajustes anteriores de preços provocaram profunda insatisfação entre os fornecedores e usineiros, acarretando uma polêmica, ante a possibilidade de retirada dos subsídios concedidos à agroindústria canavieira. No caso específico do Nordeste, parece existir uma convicção generalizada de que são mínimas as condições de sobrevivência para a maior parte dos produtores, devido aos baixos níveis de produtividade das lavouras. A questão apresenta uma certa complexidade, envolvendo não somente a viabilidade técnica da produção de cana naquela região, mas também aspectos de ordem social, tais como os empregos que a atividade gera e sua contribuição em impostos.

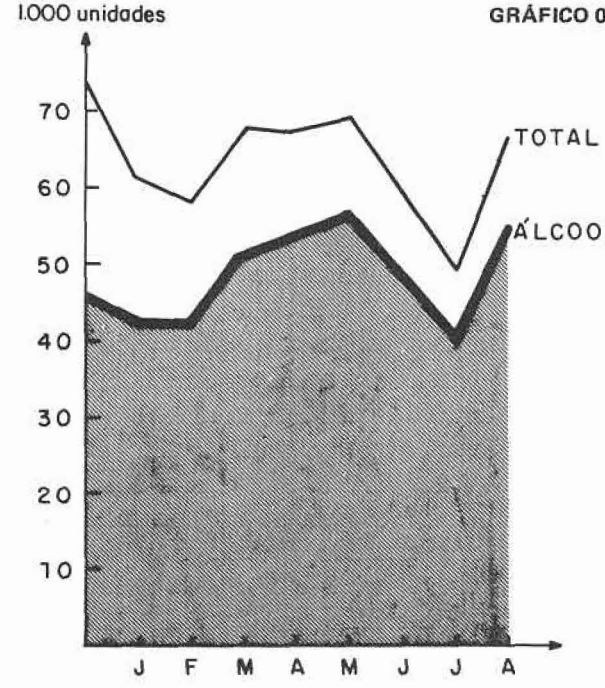
No que se refere ao Programa do Álcool, deve-se atentar para sua crescente afirmação no cenário das alternativas energéticas do país e aprofundar a discussão sobre seus rumos e impasses.

Em setembro último, a indústria automobilística brasileira produziu o milionésimo veículo a álcool. Esta marca tornou-se possível a partir de uma política de estímulos à procura, por intermédio, entre outras medidas, da fixação, para veículos a álcool, de uma Taxa Rodoviária Única (TRU) de valor mais baixo, da isenção do Imposto de Produtos Industrializados (IPI) e da autorização para abastecimento aos sábados. De influência decisiva, no entanto, foram as facilidades concedidas para a aquisição de táxis a álcool, tornando seu preço aproximadamente 44% inferior àquele cobrado para automóveis de passeio da mesma marca. Com esta última medida, abriu-se a possibilidade para a renovação da grande maioria da frota de táxis no país. O Gráfico 03 mostra o desempenho das vendas de veículos a álcool, até o mês de agosto do presente ano. Com uma participação que variou de 60% a 80% do total das vendas, o carro a álcool tornou-se, na atual conjuntura recessiva, um fator fundamental para uma boa *performance* da indústria automobilística. Observe-se que, em 1983, já foram incorporadas à frota de veículos a álcool aproximadamente 400 mil novas unidades. Diante disto, tudo leva a crer que, no final deste ano, terá sido superada a previsão de vendas de 500 mil veículos movidos por este combustível.

Contudo, se a demanda pelo álcool vem crescendo, é igualmente vigorosa a elevação de sua oferta, o que acarreta uma constante preocupação para os responsáveis pela produção e pela distribuição do produto, de modo a evitar níveis elevados de estoques. É exatamente nos meses de outubro e novembro, quando a safra no Centro-Sul está no ápice, que os estoques de álcool alcançam os maiores volumes.

VENDAS MENSAIS DE VEÍCULOS NO ATACADO

JANEIRO A AGOSTO DE 1983



Fonte : ANFAVEA

No início de setembro, segundo o IAA, existiam em poder dos usineiros 2 bilhões e 641 milhões de litros de álcool, além de 400 milhões de litros nos tanques da Petrobrás. As medidas de ampliação da capacidade de tancagem das destilarias e da própria Petrobrás, implementadas antes do início da safra, permitiram que os atuais 3 bilhões de litros pudessem ser armazenados, uma vez que não tinham perspectiva de consumo imediato. No entanto, ainda que venham sendo superadas com sucesso as limitações físicas da tancagem do álcool, os custos de armazenagem estão-se tornando muito elevados. Isto tem criado uma disputa entre os produtores e a Petrobrás, cada parte buscando atribuir à outra as principais obrigações na manutenção dos estoques. No centro dessa disputa, coloca-se a questão da forma de ***faturamento,*** pelas destilarias, do álcool estocado. Até a segunda quinzena de agosto último, prevalecia o sistema em que a Petrobrás e as distribuidoras particulares pagavam aos produtores de álcool o valor da safra, rateado em doze meses. Com isto, os produtores não faturavam, por inteiro, o álcool já produzido. Recentemente, foram estabelecidas novas normas de escoamento, comercialização e estocagem de álcool. Para as destilarias anexas, a safra é dividida em nove meses e remunerada nesse período. Para as destilarias autônomas, o prazo é de sete meses. Desta maneira, os produtores se beneficiam com a antecipação do pagamento.

Como solução para o problema de grande volume de álcool estocado, no atual período da safra, menciona-se a possibilidade de aumento da percentagem da mistura da gasolina com o álcool anidro, de 20% para 23%. Contudo, esta iniciativa encontra dificuldades de ordem técnica para ser implementada.

Embora o Proálcool, dentro dos objetivos do governo, seja um programa bem sucedido até o momento, não significa que tenha alcançado sua maturidade. A atual safra, que põe em destaque o excepcional volume de produção atingido por este combustível renovável, relança alguns aspectos do Programa que ainda não foram solucionados. Por exemplo, se o Proálcool prosseguirá como um programa voltado exclusivamente para substituição da gasolina. O que se pretende realçar é a necessidade de que todos os setores envolvidos com o Programa abandonem de vez a timidez na busca de novos mercados alternativos para o álcool. Cabe examinar a possibilidade de extensão dos estímulos concedidos ao automóvel a álcool para caminhões e tratores. Cabe verificar a viabilidade da mistura do álcool com o óleo diesel e prosseguir nos esforços de viabilização econômica do álcool aditivado.

Insistindo neste ponto, deve ser enfrentado com maior rigor o problema da utilização dos resíduos da produção alcooleira. Para um programa que almeja o respeito da sociedade, não existem justificativas para o lançamento de grande volume de vinhoto em rios próximos, como aconteceu recentemente em Pernambuco. Os prejuízos ecológicos e sociais mostram-se imensos, ao mesmo tempo em que se desperdiça, mais uma vez, a utilização deste subproduto como fertilizante.

MERCADO EXTERNO

As estimativas para a safra 1983/84 indicam uma nítida reversão do quadro de superávit que prevaleceu no mercado açucareiro mundial desde a safra 1981/82. Segundo a última previsão da empresa alemã ***F.O. Licht,*** a produção mundial poderá ficar entre 92 e 95 milhões de t, ao mesmo tempo em que o consumo coloca-se um pouco abaixo de 96 milhões de t. Comparando-se com a estimativa da safra 1982/83, em que a produção foi de 99,8 milhões de t e o consumo de 94,2 milhões de t, conclui-se que enquanto a demanda mantém sua taxa de crescimento média em torno de 2%, a produção poderá sofrer uma perda de até 8%.

Os fatores que contribuem, na presente safra, para este decréscimo da produção já foram mencionados em número anterior de **Agroanalysis** (ver Vol. 7, nº 7, de julho de 1983). Nos últimos dois meses, confirmaram-se os prejuízos causados por problemas climáticos às safras de Cuba, Austrália e África do Sul. No caso de Cuba, a safra anterior já havia sofrido uma perda de aproximadamente 1 milhão de t. Para a safra 1983/84 deverão ainda ser sentidos os efeitos das chuvas torrenciais que atingiram as áreas de plantio daquele país, nos primeiros meses do ano.

Entretanto, a quebra de safra mais grave parece ter ocorrido na África do Sul. As estimativas mais recentes indicam uma produção de apenas 1,5 milhão de t, ou seja, menos de 35% da safra anterior. Essa drástica redução da produção teve como causa a seca que atingiu o Pacífico Sul, provocando pro-

nunciada escassez de matéria-prima para a indústria açucareira.

Os prognósticos sobre a safra de beterraba da Comunidade Econômica Européia indicam, igualmente, uma substancial redução da produção de açúcar. A última estimativa de ***F.O. Licht,*** divulgada ao final de agosto, indica uma produção de 11,42 milhões de t, ou seja, 35% abaixo do total alcançado na safra 1982/83. As causas desta redução localizam-se, em parte, mais uma vez, em fenômenos climáticos. Assim, no período de plantio, ocorreram prolongadas chuvas, prejudicando esta etapa da cultura. Em contraposição, após o plantio, seguiu-se um período de seca, que influenciou negativamente o desenvolvimento da plantação de beterraba. O decréscimo da produção deve também ser atribuído à redução da área de plantio, estimada em 8,7%. A provável diminuição da oferta da CEE causou repercussões imediatas no mercado. Entretanto, os últimos testes de produtividade revelam que as perdas poderão não assumir as proporções inicialmente projetadas.

Os prejuízos registrados nas safras de alguns dos principais produtores de açúcar são parcialmente compensados pelo bom desempenho em outros países. De acordo com a estimativa da Corretora ***Gill and Duffus,*** os países que apresentam melhor desempenho nesta safra, quando comparada com a safra passada, são a União Soviética, com 7,1 milhões de t, o México, com 2,8 milhões de t, as Filipinas, com 2,2 milhões de t, e a Turquia, com 1,7 milhão de t.

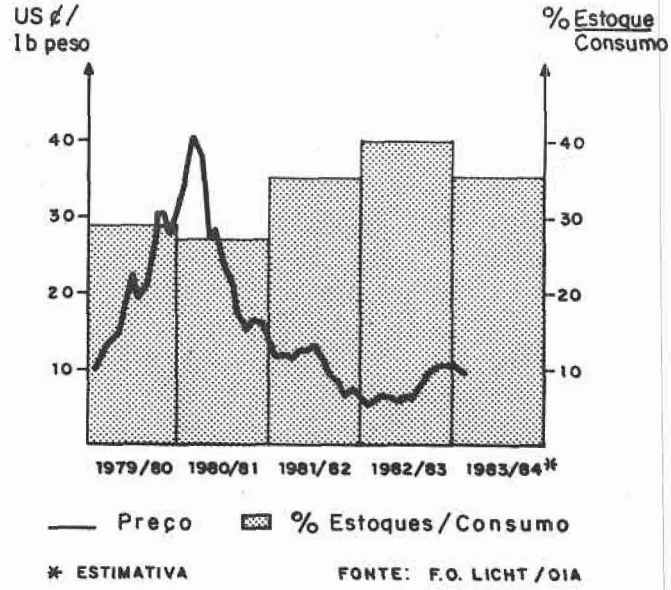
Em relação ao consumo, o fator que vem causando maiores embaraços para sua expansão é a contínua substituição do açúcar pelo xarope de milho, em países altamente industrializados, como os Estados Unidos da América, o Canadá e o Japão. Neste ano, esta tendência foi acentuada com a decisão dos dois maiores fabricantes de refrigerantes norte-americanos de aumentar em larga escala a utilização do xarope. Com isto, fortalece-se a previsão de que os EUA irão consumir, em 1983, um total de 3,3 milhões de t deste produto, muito embora com as recentes dificuldades da safra de milho norte-americana, acentue-se a possibilidade de que o preço do ***high fructose corn syrup*** aumente de 15 centavos para quase 20 centavos por libra, o que o aproximaria bastante do preço do açúcar cotado internamente naquele mercado.

Os fatos anteriormente referidos parecem apontar para perspectivas seguras de recuperação dos preços. Ainda assim, esta perspectiva de recuperação limita-se apenas a uma interrupção momentânea do ciclo de preços baixos, provocada por causas, em sua maior parte, acidentais. A ausência de ruptura dos fatores que efetivamente desorganizam o mercado, combinada com o peso de um volumoso estoque formado nos três últimos anos de super produção, limita, em muito, a possibilidade de que a atual recuperação dos preços repita os níveis alcançados em 1974 e 1980.

O Gráfico 04 estabelece uma comparação entre a relação estoques/consumo e o desempenho dos preços nos últimos cinco anos. Nele se observa a marcante influência daquela relação sobre o comportamento dos preços. Considerando-se que a relação percentual entre os estoques e o consumo fique em 35% nesta safra, ou seja, algo muito superior ao nível de 25%, considerado ideal para o equilíbrio do mercado, conclui-se que, ainda neste período, os preços serão pressionados para baixo, diante dos estoques existentes.

O desempenho das cotações do açúcar no primeiro semestre deste ano dá uma viva demonstração das dificuldades que o mercado encontra para a sustentação dos preços em níveis mais elevados. Desta maneira, constata-se que após uma ligeira recuperação das cotações em abril último, quando o produto chegou a ser cotado a 11 centavos/libra-peso,

AÇÚCAR - PREÇO MUNDIAL E RELAÇÃO PERCENTUAL ESTOQUES / CONSUMO
1979/80 A 1983/84 **GRÁFICO 04**



* ESTIMATIVA FONTE: F.O. LICHT / OIA

novos movimentos baixistas predominaram, estabilizando os preços em torno de 9 centavos/libra-peso nos meses de agosto e setembro.

É importante frisar o papel desempenhado pelos países subdesenvolvidos exportadores de açúcar que, em face de seus graves problemas de balanço de pagamentos, vêm buscando realizar vendas, nem sempre a preços compensadores. O Brasil inclui-se entre estes países, destacando-se aqui a recente tentativa de realizar vendas, sob a condição de pagamento antecipado, de quantidade considerável do produto.

O que parece inquestionável é a necessidade do mercado açucareiro mundial de dispor de mecanismos reguladores eficazes e abrangentes, ou seja, de um novo Acordo Internacional consideravelmente mais efetivo do que aquele que vigorou até o momento.

Entretanto, este novo Acordo não existirá em um curto prazo. As possibilidades para isto se esgotaram na Conferência Negociadora, reunida no mês de setembro para discutir o encerramento do convênio, que vigora desde 1977, e a elaboração de um novo Acordo. Esta reunião, convocada pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), já havia sido precedida por uma primeira rodada de negociações, em Genebra, no último mês de maio, sem obter qualquer avanço mais significativo, salvo a participação da CEE entre os países negociadores.

Em setembro último, destacaram-se algumas propostas apresentadas pelos principais países exportadores, que polarizaram dois aspectos centrais: a criação de mecanismo de controle da oferta e formação de estoques de segurança.

O Brasil, seguindo o padrão estabelecido em acordos anteriores, propôs o estabelecimento de um sistema de quotas de exportação que variariam de acordo com o movimento dos preços — e é neste particular que a proposta brasileira é inovadora. Contudo, a CEE não aceita limitar sua produção, rejeitando este mecanismo. A única hipótese de reduzir a produção admissível para a Comunidade seria no caso de os preços caírem abaixo de um nível mínimo, a ser fixado pela Organização Internacional do Açúcar.

Por seu turno, a CEE propôs que o instrumento básico de estabilização dos preços fosse a formação de um estoque regulador. De acordo com a movimentação dos preços seriam acionados mecanismos de estocagem e desestocagem. Embora os demais países se declarem favoráveis à formação de estoques, as divergências surgem quando da definição como estes seriam formados e em que quantidade. O Brasil defende a imediata formação de um estoque inicial de 6 milhões de t. A Austrália considera este nível muito elevado, tendendo a se aproximar da proposta da CEE de formação progressiva de um estoque de 3 a 6 milhões de t. A CEE defende, ainda, que todos os países signatários do Acordo — incluindo exportadores e importadores — participem das despesas financeiras da manutenção deste estoque.

A tentativa de conciliação das diferentes idéias surgiu do Presidente da OIA. Sua proposta consistia na definição de uma faixa livre de preços de 11 a 16 centavos/libra-peso. Quando os preços caíssem abaixo dos 11 centavos, os exportadores reduziriam suas quotas, denominadas Disponibilidade Especial de Referência (DER), procedendo-se à formação de um estoque estratégico. No caso de que os preços superassem os 16 centavos/libra-peso, o estoque começaria a ser liberado. A dificuldade de execução desta proposta reside nos critérios a serem utilizados para a fixação das DER's.

Um terceiro impasse nas discussões em Genebra referiu-se à definição de uma política para os chamados arranjos especiais. Esta disputa polarizou as posições de Austrália e Cuba, esta última diretamente envolvida com os acordos paralelos que celebra com a URSS e os países do bloco do Comecon.

Assim sendo, a Conferência notabilizou-se apenas pela existência de propostas, ainda pronunciadamente díspares, para se obter um novo Acordo. Uma terceira rodada de negociações deverá ser efetuada no próximo mês de fevereiro, o que significa que, na melhor hipótese, um novo Acordo poderá vigorar apenas a partir da segunda metade do próximo ano. Até lá, o mercado permanecerá sob todos os efeitos de fatos circunstanciais que sobre ele incidem, assim como a Comunidade Econômica Européia continuará negociando no mercado, livre de qualquer imposição disciplinadora.

A ausência da CEE é hoje reconhecida como uma demonstração cabal da fraca capacidade do Acordo em vigor, para a estabilização do mercado. Entretanto, para os países mais necessitados de divisas, a adesão da CEE ao Acordo significaria uma redução nas quotas de exportação daqueles países frustrando, no curto prazo, a possibilidade de obte-

rem os recursos de que necessitam com a venda de maior quantidade de açúcar.

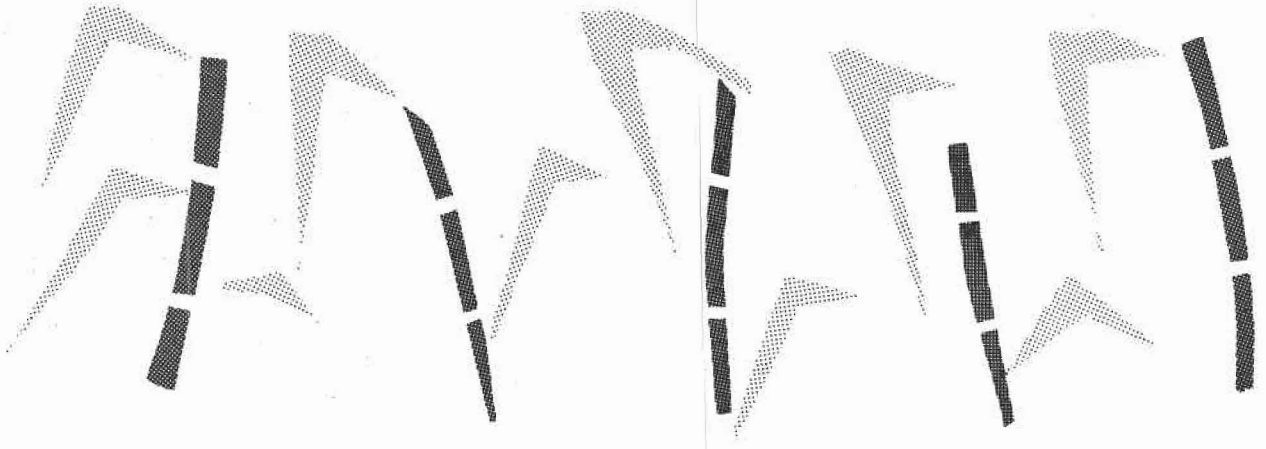
Este é o caso do Brasil que, com base no Acordo em vigência, mantém uma quota de exportação de 2,8 milhões de t. Para 1983, considerando-se que o mercado não deverá mostrar qualquer alteração mais significativa, torna-se possível prever um resultado nas exportações de açúcar ligeiramente superior àquele obtido no ano passado. Até o final de agosto, o país exportou 1,441 milhão de t, obtendo uma receita de US$ 288,7 milhões. Este desempenho indica um preço médio de exportação de US$ 200/t. Considerando-se que o açúcar exportado custa para o IAA algo em torno de US$ 300/t, fica evidente a gravosidade com que estas exportações estão sendo realizadas. Entretanto, para os próximos meses, este quadro deve ser alterado, visto que não apenas as cotações no mercado apresentaram alguma recuperação como, também, o país ainda realizará vendas referentes a contratos de longo prazo com preços mais vantajosos. Neste sentido, afirma-se a tendência já apontada em **Agroanalysis** (Vol. 7 — julho de 1983) de que a receita das exportações brasileiras de açúcar se situe em uma faixa entre US$ 600 e US$ 700 milhões.

No que diz respeito às exportações de álcool e melaço, o quadro mostra-se mais alentador do que aquele verificado no ano passado. O álcool, embora com um custo interno superior ao preço do mercado internacional, tem suas exportações estimuladas pelas condições cambiais. A gravosidade nas vendas do produto torna-se mais acentuada quando os Estados Unidos da América são os compradores, já que este país faz incidir sobre o álcool uma sobretaxa de US$ 50 por galão americano (3,785 litros). Ainda assim, a meta inicial de exportação, fixada em 100 milhões de litros, deverá ser amplamente ultrapassada, podendo mesmo atingir o volume de 300 milhões de litros, o que, em divisas para o país, pode significar uma receita de até US$ 80 milhões.

No caso do melaço, observa-se uma retomada das exportações, que coincide com sensível recuperação dos preços. A quantidade exportada poderá atingir até 500 mil t que, a uma cotação média de US$ 72/t, deve totalizar um ganho em torno de US$ 36 milhões.

As atuais dificuldades econômicas atravessadas pelo país, combinadas com o crescente nível de organização dos trabalhadores rurais de alguns estados do Nordeste têm contribuído para aumentar a tensão em áreas produtoras, em especial nas épocas de dissídio coletivo dos cortadores de cana. Ao recente movimento grevista, que eclodiu em Pernambuco e no Rio Grande do Norte, não podem ser atribuídos prejuízos mais significativos, para a safra, visto que o tempo de duração em que o corte foi interrompido não chegou a atingir, em ambos os casos, uma semana.

A concordata pedida por seis das dez empresas do Grupo Hermínio Ometto também deve ser compreendida no contexto da profunda crise econômica que abala o país, à qual, a agroindústria canavieira não poderia ficar imune. Neste caso específico, as dificuldades financeiras do Grupo agravaram-se com a maxidesvalorização do cruzeiro, em fevereiro último, na medida em que sua dívida, resultante de empréstimos em moeda estrangeira, a partir da Resolução nº 63 do Banco Central, tornou-se extraordinariamente elevada quando convertida em cruzeiros.



LARANJA

OS ELEVADOS CUSTOS DE PRODUÇÃO DA SAFRA 1983/84, O RESTRITO MERCADO INTERNO E A ESTABILIDADE DO MERCADO INTERNACIONAL NÃO FORAM SUFICIENTES PARA INIBIR A EXPANSÃO DA CITRICULTURA PAULISTA. PERMANECE A DEPENDÊNCIA DE SAFRA DOS EUA E DA RECUPERAÇÃO DAS ECONOMIAS DESENVOLVIDAS.

A safra paulista de laranja 1982/83 está estimada em 181 milhões de caixas, pelo Instituto de Economia Agrícola, devendo apresentar uma redução de aproximadamente 4%, comparada com a estimativa inicial, em virtude de adversidades climáticas. O excesso de chuvas e a precipitação de granizo, que ocorreram durante o período de maio a julho, reduziram o rendimento dos pomares, através da queda das chamadas laranjas ***chumbinho***. Desse modo, o excedente de laranja *in natura*, anteriormente existente, terminou sendo reduzido, contribuindo para que o estoque final de suco da atual safra não seja superior às 80 mil t existentes em junho deste ano (ver Quadro 08).

No que tange à moagem da laranja, a indústria deverá processar, durante o ano comercial 1983/84, cerca de 140 milhões de caixas, quantidade inferior à de 1982/83, quando foram industrializadas 155 milhões de caixas. Dessa forma, a produção de suco na safra 1983/84 deverá alcançar 490 mil t, 9,5% a menos do que a produção anterior, (ver Quadro S1). A oferta total deverá situar-se em torno de 570 mil t para uma demanda estimada em cerca de 500 mil t de suco concentrado de laranja, incluindo aí 20 mil t que deverão ser consumidas no mercado interno e 480 mil t que deverão ser absorvidas pelo mercado externo, durante o ano comercial 1983/84, que se encerra ao final de junho do próximo ano. Caso estas estimativas se confirmem, o estoque remanescente de 1983/84 será de aproximadamente

QUADRO 08 – ESTADO DE SÃO PAULO – BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE LARANJA – 1979/83 (MILHÕES DE CAIXAS DE 40,8 kg)

DISCRIMINAÇÃO	SAFRA 1978/79	SAFRA 1979/80	SAFRA 1980/81	SAFRA 1981/82	SAFRA 1982/83[1]
Produção	155	170	180	184	181
Imp. de outros estados	1	0,5	3	3	2
Perdas	5	5,5	4	5	9
Oferta total	151	165	179	182	174
Consumo in natura	26	28	25	25	30
Exportação	2	2	1	2	4
Processamento	123	135	153	155	140

FONTE – USDA e IEA

[1] **Estimativa**

QUADRO 09 – BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE SUCO CONCENTRADO DE LARANJA – 1979/84
(MIL t)

DISCRIMINAÇÃO	ANO COMERCIAL				
	1979/80	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84[1]
Estoque inicial	30	62	38	20	80
Produção	424	479	586	542	490
Oferta total	454	541	624	562	570
Consumo interno	12	16	16	19	20
Exportação	380	487	588	463	480
Estoque final	62	38	20	80	70

FONTE – USDA e IEA
[1] **Estimativa**

70 mil t, inferior, portanto, ao de 1982/83 (ver Quadro 09).

O escoamento para o mercado externo das 480 mil t previstas já incorpora a avaliação da safra de laranja do estado da Flórida (EUA), cuja estimativa divulgada pelo USDA, em outubro, revela uma produção de 168 milhões de caixas, 20% superior à colheita em 1982/83. As geadas ocorridas em janeiro de 1981 e 1982 naquele estado norte-americano deixaram seqüelas que reduziram sobremaneira a safra de laranja 1982/83. A produção, que havia alcançado o recorde de 206,7 milhões de caixas em 1980, foi reduzida para 125,8 milhões em 1982 (ver Quadro 10) e, de acordo com os últimos dados do USDA, chegou a 139,5 milhões em 1983. Muito embora tenha havido uma certa recuperação nos pomares norte-americanos esta não se transformou em frutos suficientes para garantir uma boa safra em 1983/84. Assim, as cotações do produto deverão manter-se elevadas por algum tempo, à espera de notícias da próxima safra brasileira e do desenvolvimento da safra norte-americana (ver Gráfico 05). Desse modo, ao que tudo indica, os EUA deverão continuar importando uma quantidade significativa de suco concentrado do Brasil em 1984, uma vez que a safra a ser colhida no próximo ano não será suficiente para atender à demanda interna daquele país. Vale lembrar ainda, que devido à expectativa anterior de uma safra de 190 milhões de caixas, em 1983/84, os importadores norte-americanos vêm mantendo no corrente ano um nível de estoques bem abaixo do normal, o que deverá ser mais um fator a beneficiar as exportações brasileiras para aquele mercado.

As vendas brasileiras de suco para os EUA, que em 1982 renderam US$ 328,2 milhões, reduziram-se sensivelmente durante o primeiro semestre deste ano, devido à disposição dos importadores de trabalhar com baixos estoques. A aproximação do término da moagem da laranja nos EUA, forçou aumento das importações a partir de maio, já que a disponibi-

QUADRO 10 – SUCO CONCENTRADO DE LARANJA – PREÇO MÉDIO DE EXPORTAÇÃO E PREÇO PAGO AO CITRICULTOR PELA MATÉRIA-PRIMA – 1970/83

ANO	PREÇO MÉDIO DE EXPORTAÇÃO (US$/t)	PREÇO PAGO AO CITRICULTOR (US$/285 cx)	(B)/(A)
1970	440,00	250,80	0,57
1971	464,00	287,85	0,62
1972	476,10	313,50	0,66
1973	525,80	421,80	0,80
1974	545,50	242,25	0,44
1975	454,40	285,00	0,63
1976	480,80	262,20	0,55
1977	829,10	627,00	0,76
1978	991,00	570,00	0,57
1979	963,00	570,00	0,59
1980	844,46	484,50	0,57
1981	1.031,39	644,10	0,62
1982	1.101,00	632,70	0,57
1983	1.100,00	427,50	0,39

FONTE – IEA e CACEX
Nota: O preço pago ao citricultor refere-se ao valor pago pela caixa de laranja em US$ multiplicado pelo número de caixas necessárias para a fabricação de uma tonelada de suco concentrado.

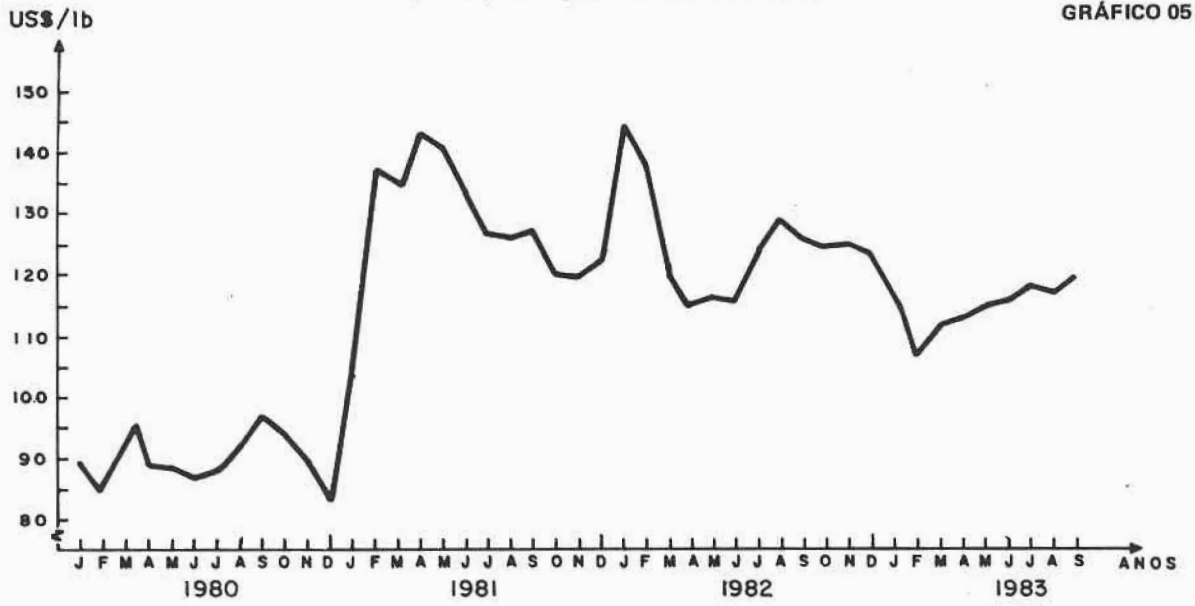
SUCO DE LARANJA CONCENTRADO

COTAÇÕES MÉDIAS MENSAIS NA BOLSA DE MERCADORIAS DE NOVA IORQUE

1980 A 1983

(US$ / lb - peso de sólido solúvel)

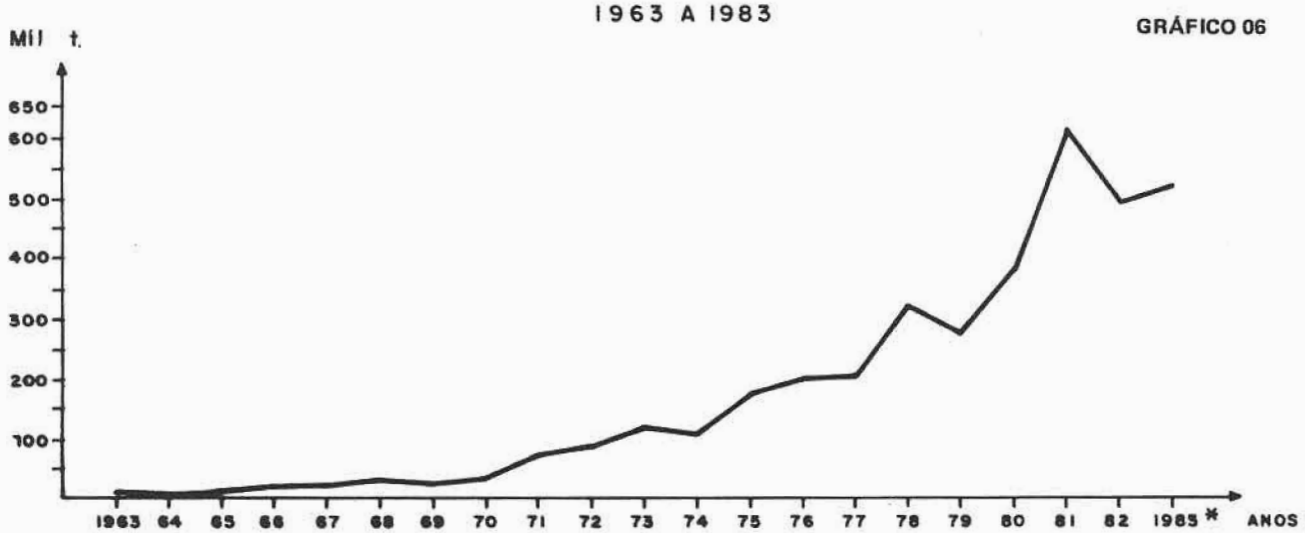
GRÁFICO 05



BRASIL – EXPORTAÇÃO DE SUCO CONCENTRADO DE LARANJA

1963 A 1983

GRÁFICO 06



* Projeção

Fonte: Cacex

lidade interna de matéria-prima não foi suficiente para atender ao aumento do consumo dos últimos meses, devido ao forte verão que ocorreu em todo o Hemisfério Norte. Assim, as importações dos EUA que, até setembro, haviam declinado 44%, deverão aumentar significativamente nos últimos três meses do ano. O consumo interno, por outro lado, manteve-se praticamente estável, e o processamento apresentou um aumento de 27%, embora o nível dos estoques esteja 11% inferior ao de igual período do ano passado (meados de outubro).

O segundo mercado consumidor do suco concentrado brasileiro, a CEE, aumentou de forma significativa suas importações este ano, devido aos baixos estoques existentes em poder dos importadores e ao aumento do consumo, em virtude do quente verão europeu. Desse modo, as vendas brasileiras do concentrado, no período de janeiro a agosto, mantiveram-se praticamente no mesmo nível de 1982, graças às compras européias, dado que os EUA praticamente iniciaram suas compras somente a partir de maio (ver Gráfico 06). Ressalte-se, ainda, que as vendas brasileiras de suco foram beneficiadas pela maxidesvalorização do cruzeiro, ocorrida em fevereiro, principalmente quando dirigidas aos países da Europa, uma vez que foi neutralizada, em parte, a alta relativa do preço do suco brasileiro, proveniente do fortalecimento da moeda norte-americana frente às moedas daqueles países. A perda de competitividade comercial do suco na Europa deve-se ao fato de que o cruzeiro é desvalorizado somente em relação ao dólar, e não a uma cesta de moedas; assim, a valorização do dólar frente às demais moedas, não é corrigida em nível interno, o que termina elevando o preço dos produtos brasileiros nesses mercados.

No plano interno, a redução no volume produzido de suco, este ano, deverá propiciar uma maior tranqüilidade na agro-indústria, já que o estoque final do ano 1983/84 (que termina em junho próximo) deverá ser inferior às 80 mil t existentes no início do atual ano comercial, o que, além de não pressionar os preços externos para baixo, resultará em condições favoráveis para a próxima negociação de preço entre os citricultores e a indústria (ver Quadro 09).

Por outro lado, a estimativa do custo operacional, divulgada pelo IEA, para a safra 1983/84, revela um custo de Cr$ 1.513/caixa, 142% superior ao da safra atual. O elevado aumento de preço dos insumos e nos juros do crédito de custeio (ver Quadro 11) são os principais responsáveis pelo aumento dos custos. Deve-se ressaltar, porém, que estes fatores não conseguiram inibir a expansão da citricultura em São Paulo, uma vez que somente no

QUADRO 11 – LARANJA – CUSTO OPERACIONAL DA CULTURA NO ESTADO DE SÃO PAULO – 1979/80 A 1983/84 – (Cr$)

DISCRIMINAÇÃO	SAFRA 1979/80	SAFRA 1980/81	SAFRA 1981/82	SAFRA 1982/83	SAFRA 1983/84[1]
Produtividade (caixas)	403	400	400	392	400
Mão-de-obra	3.740	7.485	16.156	–	55.473
Semente ou muda	–	–	–	–	–
Adubos e corretivos	4.491	10.087	23.837	–	68.485
Defensivos e herbicidas	4.656	12.188	35.900	–	125.539
Operações de máquinas	3.008	4.657	12.136	–	81.661
Outros	908	3.881	–	–	–
Depreciação de máquinas	2.198	3.153	11.883	–	70.625
Juros bancários (custeio)	–	–	22.007	–	193.728
Custo por hectare	19.004	41.453	123.576	245.284	605.422
Custo por caixa	47	103	309	625	1.513

FONTE – IEA

[1] **Estimativa**

biênio 1982/83 foram plantados cerca de 14 milhões de pés novos, contra 7,5 milhões no biênio anterior. A entrada em produção dos novos pomares garantirá safras crescentes para os próximos anos, tendo em vista que uma parcela pequena do total de pés plantados irá substituir os pomares erradicados, dada a elevada taxa de reposição ocorrida nos últimos quatro anos (ver Quadro 12).

O aumento da produção de laranja em São Paulo, sem o respectivo respaldo pelo lado da demanda, irá resultar, no curto prazo, em elevados excedentes, não só da fruta mas também do suco processado.

A expansão do consumo interno esbarra, porém, em sérios entraves. No que diz respeito ao mercado mundial de laranja *in natura,* o Brasil não tem sido capaz de expandir suas vendas, devido à falta de tradição, à inexistência de um controle de qualidade que garanta a aceitação da fruta nos mercados da Europa, principais importadores, e à concorrência da Espanha, Itália e África do Sul, países que, além da vantagem da proximidade geográfica, oferecem uma fruta de maior aceitação do que a brasileira. Quanto ao mercado externo de suco, sua expansão é de cerca de 2% ao ano, insuficiente, portanto, para absorver os aumentos da oferta brasileira do produto. Internamente, o consumo de suco tem-se mantido praticamente estável, devido, principalmente, ao baixo poder aquisitivo e aos hábitos alimentares da população que, desinformada, acredita na presença de algum componente químico no suco comercializado. Além desses fatores, podem-se destacar mais três: 1) a pior qualidade do suco que é vendido no mercado interno; 2) a precária rede de distribuição, composta principalmente de supermercados que, em sua maioria, operam com câmaras frigoríficas deficientes, que por isso alteram o sabor original do suco; e 3) a falta de interesse dos industriais em investir em campanhas promocionais, visando ao aumento do consumo. O consumo *in natura,* por sua vez, embora venha crescendo nos últimos anos, não tem sido capaz de absorver os incrementos de produção. Cumpre lembrar que o consumo *per capita* de laranja no Brasil ainda é bem inferior à média dos países desenvolvidos. Deve-se ressaltar que o aumento do consumo de frutas cítricas e de outros alimentos só será possível mediante modificações profundas no perfil de distribuição da renda.

Desse modo, a não ser que ocorram mudanças no quadro anteriormente descrito, o nível de estoque de suco será crescente, na dependência exclusi-

QUADRO 12 – SÃO PAULO – NÚMERO DE PÉS, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA LARANJA – 1970/83

ANO	Nº TOTAL DE PÉS (1.000)	PÉS PLANTADOS NO ANO (1.000)	PÉS EM PRODUÇÃO DE MAIS DE 3 ANOS (1.000)	PRODUÇÃO (1.000 caixas)	RENDIMENTO (caixa/pés)
1970	39.000	5.000	23.433	44.350	1,90
1971	44.000	6.200	25.435	46.000	1,80
1972	50.200	6.200	38.830	60.700	1,56
1973	56.500	6.300	39.000	69.600	1,78
1974	70.018	13.518	44.000	89.000	2,02
1975	74.278	4.260	50.200	87.200	1,73
1976	75.946	5.865	52.303	101.700	1,94
1977	79.271	4.725	64.241	101.500	1,58
1978	87.329	8.058	66.600	119.200	1,79
1979	103.270	15.941	81.330	151.500	1,86
1980	106.090	2.820	85.490	166.790	1,95
1981	107.890	1.800	86.720	175.400	2,02
1982	107.800	–	87.830	184.410	2,10
1983	108.350	–	92.550	181.000	1,96

FONTE – IEA

Nota: A diferença entre o número total de pés e os pés em produção resulta no número de pés novos, que ainda não entraram na fase produtiva.

va da ocorrência de nova geada nos pomares da Flórida. Foi, aliás, devido à ocorrência dessas adversidades climáticas nos EUA que a citricultura brasileira se expandiu a taxas elevadas de crescimento, a partir de 1968. Se a produção norte-americana de laranja tivesse sido estável por longo período teria impedido a expansão do parque agroindustrial citrícola do país.

Destaque-se que a indústria de suco, embora seja bastante reduzida numericamente, tem aumentado sensivelmente sua capacidade de processamento, mesmo sabendo que a produção interna de laranja levará alguns anos para conseguir suprir suas necessidades de matéria-prima e que os mercados consumidores, interno e externo, não têm crescido nas mesmas taxas. Em conseqüência, o aumento da capacidade ociosa da indústria provoca a elevação dos custos de produção, tornando-se um inibidor de futuros incrementos no consumo. A título informativo, deve ser ressaltado que a capacidade instalada, em 1980, era de 210 milhões de caixas de laranja, para uma moagem efetiva de 135 milhões. Em 1982, a capacidade industrial subira para 249 milhões de caixas, para uma moagem efetiva de 155 milhões.

A permanência da agroindústria cítricola no Brasil como um segmento dinâmico requer uma maior racionalização da estrutura de produção, visando diminuir custos e objetivando uma expansão no consumo interno, tanto da laranja *in natura* como do concentrado. A redução da dependência em relação ao mercado internacional evitará a ocorrência de futuras crises. Simultâneamente, a busca de novos mercados consumidores no exterior reduzirá a dependência do segmento do mercado norte-americano.

A erradicação dos laranjais economicamente pouco produtivos e o planejamento dos pomares de modo a propiciar uma produtividade elevada garantirão uma redução de custos, capacitando o produtor ao oferecimento de um produto a menor preço, tanto para a indústria como para o consumidor da fruta *in natura.* Na atualidade, o aumento dos preços dos produtos agrícolas, proveniente da alta do custo de produção tem sido a solução para a permanência dos citricultores na atividade. No que toca à indústria, a utilização plena da capacidade instalada acarretará a redução dos custos indiretos, possibilitando, também, uma redução no preço final do concentrado.

Além disso, produtores e industriais deverão de alguma forma incentivar o consumo interno, através de campanhas direcionadas ao consumidor, distribuição de suco de laranja na merenda escolar, nos hospitais e de outras formas institucionais.

QUADRO 13 – LARANJA – RESULTADO ECONÔMICO DA CULTURA NO ESTADO DE SÃO PAULO – SAFRAS 1979/80 A 1983/84

ESPECIFICAÇÃO	1979/80	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84[1]
Produtividade (caixa/ha)	403	400	400	392	400
Preço (Cr$/caixa)	90	210	400	850	2.041
Receita bruta (Cr$/ha)	36.270	84.000	160.000	333.200	816.400
Custo operacional (Cr$/ha)	19.004	41.453	123.576	245.284	605.422
Custo operacional (Cr$/caixa)	47	103	309	626	1.513
Receita líquida (Cr$/caixa)	43	106	91	224	528
Variação % da receita líquida	–	146	(-14)	141	140
Receita líquida Custo operacional	0,90	1,02	0,29	0,36	0,35

FONTE – IEA
[1] Projeção

No curto prazo, o desempenho do ramo deverá ser influenciado decisivamente pelas próximas safras norte-americanas e pela situação da economia dos países desenvolvidos. As exportações, este ano, deverão ficar muito próximas às de 1982, quando chegaram a 521 mil t. A manutenção do preço médio de exportação do ano passado garantirá a estabilidade da receita e o escoamento do produto para o mercado externo.

No que tange à safra dos EUA, caso a safra 1983/84 da Flórida seja efetivamente de 168 milhões de caixas e o rendimento industrial situe-se em 1,43 galão/caixa, a produção norte-americana de suco deverá ser de aproximadamente 570 mil t. Desse modo, as importações dos EUA, que, em anos normais, são de cerca de 70 mil t de suco, deverão ser, ainda em 1983 e 1984, bastante elevadas. Vale lembrar que, em virtude da estabilidade do mercado internacional do concentrado, a redução das vendas para os EUA converte-se, via de regra, em aumento dos estoques brasileiros, cujo escoamento só será possível com a ocorrência de nova geada.

AVICULTURA

A ESCASSA DISPONIBILIDADE DO MILHO PRESSIONOU O CUSTO DE PRODUÇÃO DAS AVES, LEVANDO A QUE SE PRODUZISSE, EM 1983, BEM MENOS DO QUE A CAPACIDADE DO SETOR PERMITIRIA. ALÉM DESTE OBSTÁCULO À RECUPERAÇÃO DA ATIVIDADE, HÁ PROBLEMAS NO MERCADO INTERNACIONAL, PRENUNCIANDO O PROSSEGUIMENTO DAS ATUAIS DIFICULDADES.

Segundo a Apinco, a produção de carne avícola, em 1982, foi de 1,6 milhão de t, representando um crescimento da ordem de 7,6% em relação à de 1981. As vendas externas de frangos congelados, da ordem de 296 mil t, de acordo com a Cacex, foram superiores às de 1981 em apenas 0,5%. A despeito do aumento da produção, em termos financeiros, o ano de 1982 foi mau para os criadores, uma vez que, a partir do segundo semestre, o consumo interno apresentou uma grande retração, devido ao arrocho da política salarial.

A produção de pintos de corte se manteve em ritmo crescente no primeiro semestre de 1982 e aumentou cerca de 12%, em relação à igual período de 1981. Uma conseqüência desse fato ocorreu no segundo semestre, quando a comercialização da carne avícola teve que se adequar aos baixos níveis salariais vigentes: no primeiro semestre, o salário mínimo, que equivalia a uma média mensal de 68,2 kg de frango na cidade de São Paulo, subiu para 73,2 kg no segundo semestre. Adicionalmente, o crescimento menor do que o esperado das vendas externas contribuiu também para a redução dos ganhos. Foi buscando manter sua fatia do mercado consumidor que os avicultores abriram mão de parte de sua margem de lucro. Essa contração nos ganhos foi possível porque o ano passado transcorreu sem maiores percalços pelo lado do abastecimento de insumos, pois o milho era relativamente abundante e a colheita de 12,8 milhões de toneladas de soja ajudava a garantir a tranqüilidade pelo lado do arraçoamento.

No início de 1983, os planos da avicultura de corte brasileira incluíram a recuperação de seus níveis de lucratividade, em processo de deterioração desde 1980. Para tanto, não se vislumbrava um novo crescimento de produção, tendo em vista as novas condições macroeconômicas da produção de carnes e do próprio mercado consumidor, prejudicado pelo esvaziamento do salário real. Ademais, perdurava o temor de um possível aumento da concorrência do frango no mercado internacional, obrigando à utilização do mercado interno como válvula de escape para uma eventual queda nas exportações. Essa prática, aliás, provoca sempre transtornos de monta, tendo em vista os menores custos de produção da carne avícola destinada à exportação, visto tratar-se de segmento apoiado pelo governo através de benefícios fiscais e de eventuais repasses subsidiados do milho estocado pela CFP.

Mesmo assim, orgãos como o USDA arriscavam prever que a produção de carne avícola apresentaria uma expansão da ordem de 3,8% em 1983 apoiados na crença de que seu trunfo seria o preço no varejo, mais baixo comparativamente aos das carnes bovina e suína. Afinal de contas, o esvaziamento do poder de compra da população fazia prever que ocorreriam mudanças na dieta alimentar em favor do aumento do consumo da carne de aves.

No entanto, até o terceiro trimestre de 1983, os números acumulados relativos à produção de pintos de corte e de carne de frangos colocaram dúvidas quanto à expansão prevista para o corrente ano, e, mesmo, quanto à repetição da quantidade produzida em 1982.

Conforme os dados da Associação Brasileira de Pintos de Corte, de janeiro a agosto de 1983, a produção de pintos foi 21,2% inferior ao potencial de produção (calculado de acordo com o alojamento de matrizes), correspondendo à produção de 1,3 milhão de t de carne de frangos, até o final de outubro. Estes números são idênticos aos de 1982, ou seja, o crescimento da produção foi nulo durante os dez primeiros meses deste ano. Esse fato é inusitado para um segmento acostumado a apresentar altas taxas de crescimento anuais.

Essa mudança no direcionamento da produção

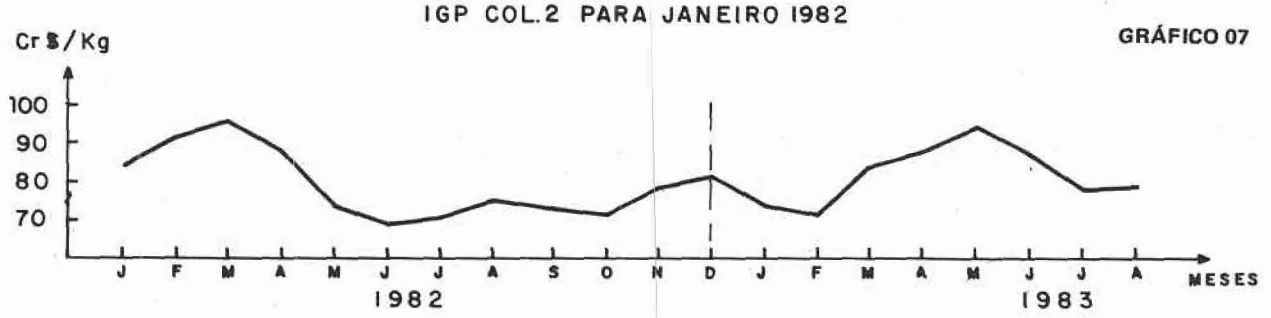
evitou que o resultado financeiro da avicultura fosse mais uma vez prejudicial aos criadores, pois a retração do mercado consumidor vem-se acentuando a cada dia. Tanto assim, que a menor oferta interna de carne bovina não teve o efeito de aumentar a procura pelas aves, que seria a reação natural, uma vez que se trata de produto mais barato, tendo em vista o seu curto ciclo e sua tecnologia de produção, que se encontra em estágio avançado.

Isto, no entanto, não se verificou, com a produção mensal de pintos de corte continuando, mês após mês, a apresentar uma performance inferior à sua capacidade. Ao que tudo indica, os avicultores no corrente ano mantiveram o preço do seu produto em ascensão, de modo a compensar as perdas registradas em 1982, através da mencionada retração nos seus níveis de produção no período janeiro/agosto, em comparação com seu potencial de produção. A observação dos Gráficos 07 e 08 evidencia que, a partir de fevereiro, embora o salário mínimo pudesse comprar menos frangos limpo no mercado varejista (tendência normal, à medida em que se aproxima o reajuste semestral dos salários), o preço em nível do criador manteve-se em alta, independentemente da reação dos consumidores ao preço final desta carne.

A continuar este ritmo mensal de produção de 125 mil t de carne de frangos, apresentado pela Apinco, poder-se-ia chegar ao final do ano com um total de 1,5 milhão de t produzidas, ou seja, 0,5% a menos do que a quantidade do ano passado (Gráfico 09). Tudo dependerá da tendência da produção para os três meses que restam para fechar o ano. A este respeito, no entanto, vale lembrar que o aumento sazonal do consumo no final do ano, que, tradicionalmente, traz certo alento à avicultura de corte, desta feita poderá não se verificar, ou ser apenas marginal. Caso se configure esse prognóstico, haverá a repetição do ocorrido em 1982; quando o aumento da produção mensal no período novembro/dezembro em comparação com o resto do ano não ultrapassou 2,8%. Desta forma, a tendência da produção para os

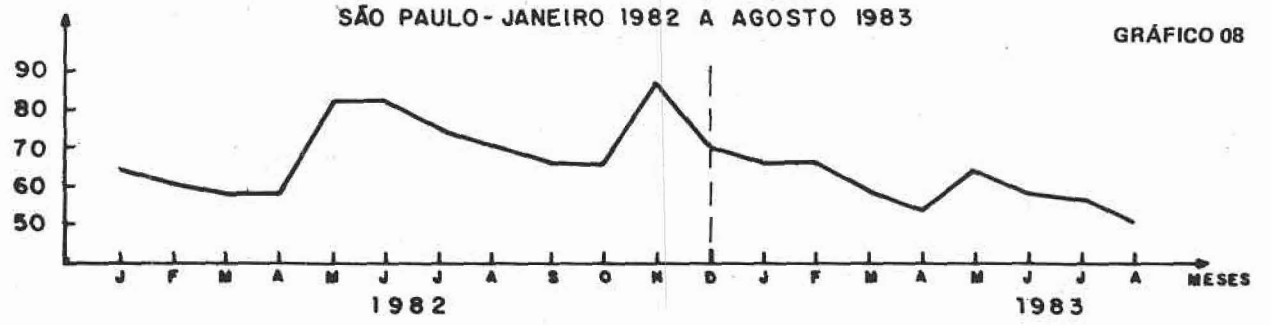
SÃO PAULO - FRANGO VIVO
PREÇOS REAIS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES
JANEIRO 1982 A AGOSTO 1983
IGP COL.2 PARA JANEIRO 1982

GRÁFICO 07



RELAÇÃO SALÁRIO MÍNIMO / FRANGO LIMPO
SÃO PAULO - JANEIRO 1982 A AGOSTO 1983

GRÁFICO 08



Fonte: IEA/SP

três últimos meses do ano deve ser de retração.

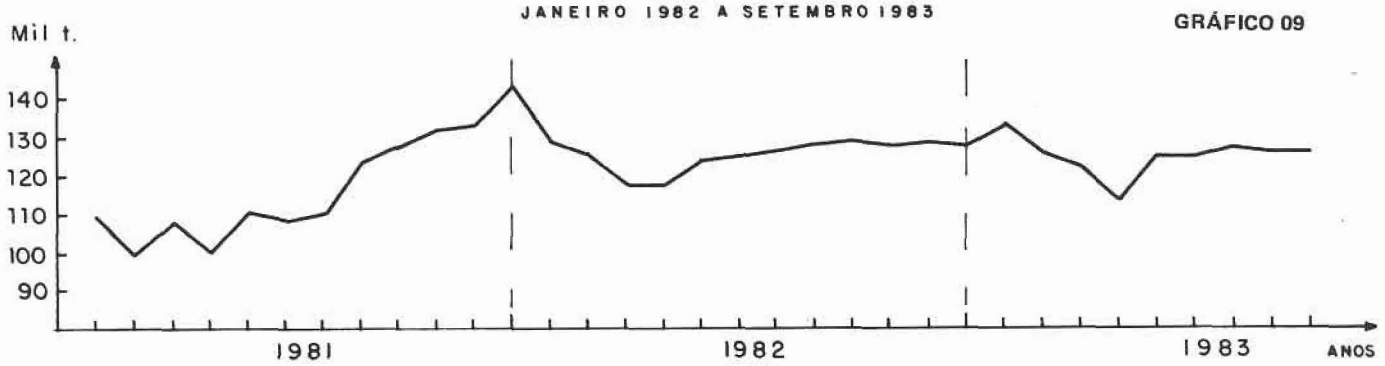
Paralelamente, há que se considerar a reversão da expectativa inicial de uma boa oferta de milho para 1983, em função das frustrações de safra ocorridas no Sul do país. Isto sem dúvida representou mais um empecilho a um aumento na oferta de carne de aves, pois as elevações apresentadas pelo preço das rações passaram a exercer grande pressão sobre o custo de produção das carnes. O Gráfico 10 mostra que os preços deste insumo vêm apresentando evoluções reais ininterruptas desde o início do ano, tendência que deverá perdurar caso se concretizem importações de milho ainda este ano, tendo em vista o seu alto preço no mercado internacional. As próprias indústrias de ração, buscando adequar-se às dificuldades de mercado, vêm reduzindo dramaticamente seus níveis de produção. A título de exemplo, dados da Associação Nacional de Fabricantes de Rações atestam que a produção de rações e concentrados do primeiro semestre deste ano foi de 1,6 milhão de t, 12% inferior à do primeiro semestre de 1982 e 38% menor do que a produção dos seis primeiros meses de 1980. No caso específico das rações para aves de corte, estas reduções foram, respectivamente, de 16% e 40%.

Assim, a atividade avícola, por não confiar numa retomada dos níveis de consumo de carne de aves ainda este ano, não deverá aumentar sua produção para o período novembro/dezembro. Isto porque, tendo em vista a natural morosidade na distribuição do milho importado, a precariedade no abastecimento deste grão deverá subsistir nos próximos meses, assim como a alta nos preços dos diversos insumos necessários à criação, desencorajando o cres-

PRODUÇÃO MENSAL DE CARNE DE FRANGOS

JANEIRO 1982 A SETEMBRO 1983

GRÁFICO 09



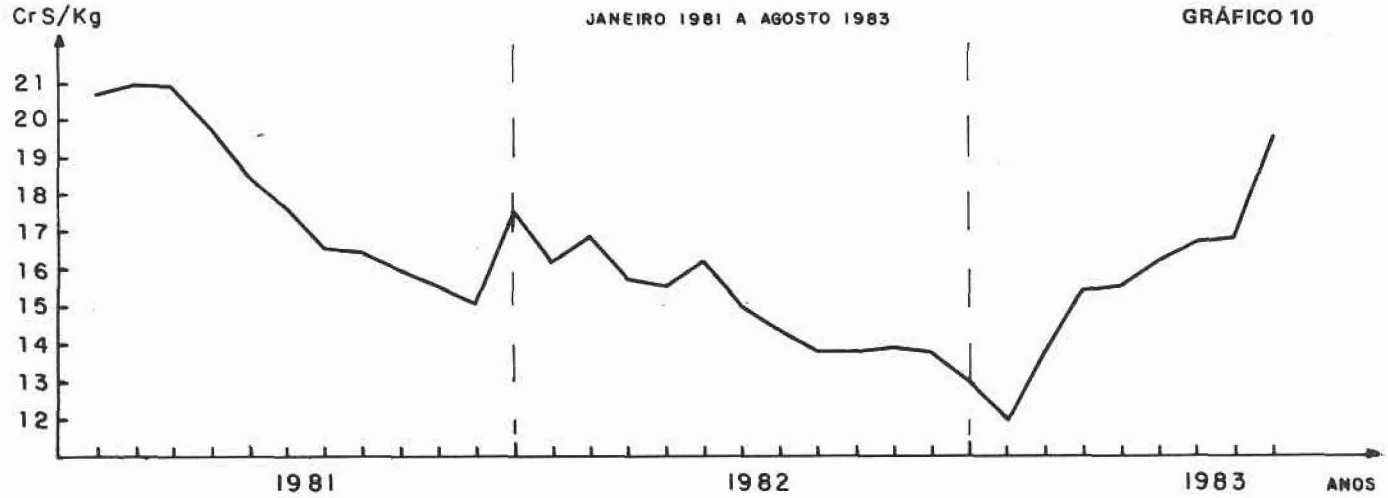
Fonte: Apinco

SÃO PAULO — RAÇÃO PARA AVE DE CORTE - EVOLUÇÃO DE PREÇOS MENSAIS REAIS*

*IGP-COL 2 P/JANEIRO 1981

JANEIRO 1981 A AGOSTO 1983

GRÁFICO 10



Fonte: IEA/SP

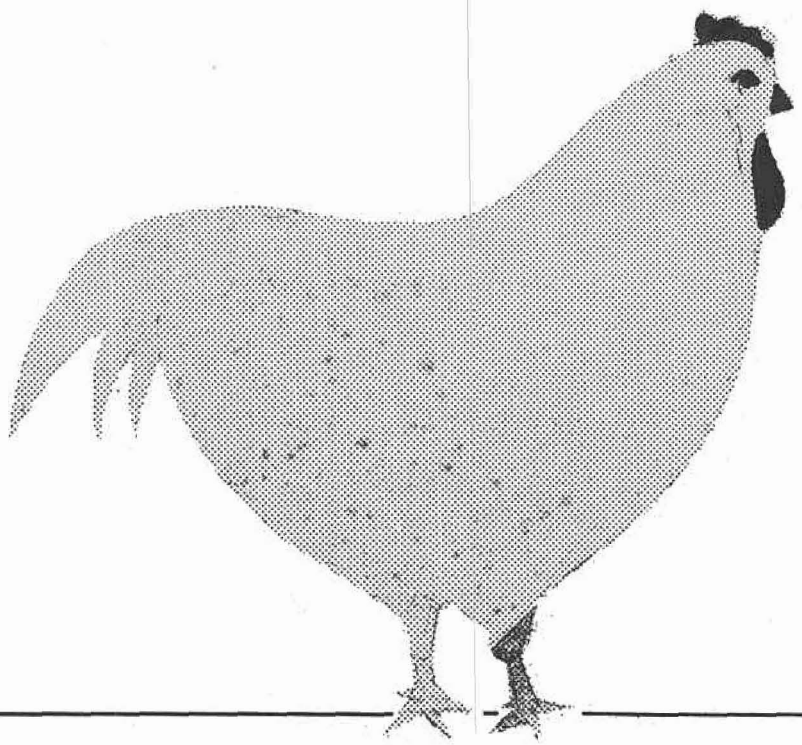
cimento desta atividade econômica.

Por último, o mercado externo de aves congeladas continua desencorajador, com o movimento de compras estabilizado. Segundo a Associação Brasileira de Exportadores de Frangos, o país vendeu, ao exterior, de janeiro a agosto, 207,6 mil t de frangos, num valor médio de apenas US$ 834/tonelada, isto é, 33% e 18% menor do que os preços médios alcançados em 1981 e em 1982, respectivamente. Até o final do ano, estas vendas deverão alcançar cerca de 310 mil t, devendo significar uma arrecadação próxima a US$ 260 milhões. Ou seja, um crescimento de 4,7% na quantidade e uma queda de 9,4% no total de divisas arrecadadas.

A análise conjunta destes fatores leva a crer que a avicultura brasileira deverá fechar o ano de 1983 com uma produção inferior à de 1982, fato inusitado desde o início da década de 70.

No que diz respeito aos seus planos para 1984, as perspectivas não se afiguram alvissareiras, dependentes que são da disponibilidade do milho da safra 1983/84 e dos níveis salariais da população. Preliminarmente, pode-se estimar que a produção de milho em 1984 venha a ser inferior às necessidades internas o que, sem dúvida, será um grande empecilho a eventuais planos de crescimento do parque avícola. Quanto ao poder de compra dos consumidores, tudo parece indicar que ele não sofrerá recuperação no curto ou médio prazos.

O único alento para a avicultura poderá ser a manutenção, em 1984, da tendência de alta da carne bovina registrada neste ano, que poderá servir de suporte aos preços da carne de frangos no mercado interno no próximo ano. No entanto, enquanto não for resolvida a situação do abastecimento interno do milho, faltará embasamento a quaisquer planos de expansão da avicultura no sentido de angariar uma maior fatia do mercado consumidor, tanto interna quanto externamente.



PECUÁRIA BOVINA DE CORTE

O ÚLTIMO CICLO PECUÁRIO TEVE UMA DURAÇÃO ABAIXO DA MÉDIA, INICIANDO-SE EM 1977 E FINDANDO EM 1982. AS PERSPECTIVAS PARA 1984 SÃO DE MENOR PRODUÇÃO DE CARNE BOVINA, COTAÇÕES ELEVADAS E MAIORES EXPORTAÇÕES, DEVIDO À REDUÇÃO DO CONSUMO INTERNO.

A partir do mês de abril, o preço da carne bovina passou a acusar majorações significativas. Na verdade, não foi um fenômeno isolado: inseriu-se na descompressão geral de preços dos produtos de origem agrícola, após dois anos em que esses preços agiram como freio da escalada inflacionária, mas prejudicando o processo de capitalização da atividade.

É preocupante constatar que essa descompressão ocorre justamente num momento bastante crítico da recessão econômica, agravando a situação. A par da influência direta das adversidades climáticas na presente escassez de gêneros alimentícios, há que se destacar também a majoração sistemática das cotações dos insumos agrícolas, cuja evolução tem-se situado, freqüentemente, acima daquela dos produtos agropecuários.

PREÇOS

Considerando os dados disponíveis sobre os preços, até agosto, pode-se assegurar que, no corrente ano, dar-se-á a reversão do ciclo pecuário bovino. Isto ocorrerá, apesar do contexto recessivo da economia, caracterizado por forte desemprego e achatamento dos níveis salariais. Na realidade, de acordo com a expectativa dos pecuaristas, essa reversão deveria ter-se verificado em 1982, não fora, principalmente, a recessão mencionada, coadjuvada por fatores conjunturais, como o atípico inverno passado.

A se confirmar, como tudo indica, a reversão no corrente exercício, o ano de 1982 terá registrado seu ponto mais baixo, com o preço de Cr$ 7.820/arroba* (junho) do boi gordo, encerrando o ciclo pecuário iniciado em 1977 (ver Gráfico 11). Destaque-se que esse preço médio foi menor do que o de 1977 (piso do ciclo anterior), o que poderia significar a interrupção da tendência ascendente, no longo prazo, dos preços dos produtos bovinos no país, conforme previsto no Prognóstico II da safra 1982/83 (ver **Agroanalysis,** Vol. 6, nºs 10 e 11). Muito embora essa interrupção diga respeito apenas ao piso da curva (o pico do ciclo que ora se inicia pode representar a recuperação do sentido ascendente da curva), a sua explicação óbvia reside na crise econômica atual. Ainda em relação à evolução dos preços reais, cumpre destacar que a média de 1982 ficou 7% abaixo da de 1977, ano em que houve uma matança acentuada de matrizes e que registrou o mais alto nível de consumo aparente ***per capita*** de carne bovina (20,5 kg/habitante).

Até o mês de agosto, o preço do boi gordo mantinha a sua escalada ascendente, que deverá continuar até o fim da entressafra (outubro/novembro), quando o preço médio da arroba poderá aproximar-se dos Cr$ 18.000, no estado de São Paulo. Nesta hipótese, pode-se prever que o preço médio anual da arroba do boi gordo, em 1983, deverá ficar em torno de Cr$ 9.500 (em cruzeiros de agosto de 1983), 6,6% acima do preço médio de 1982.

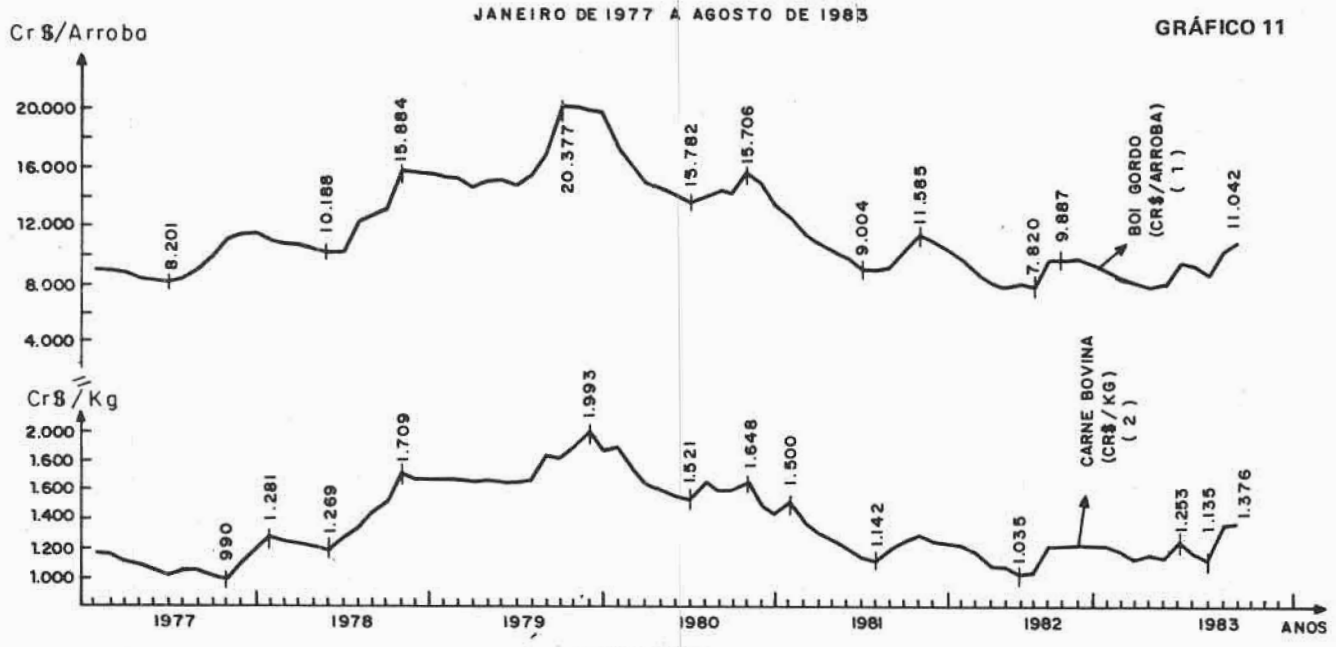
Em relação aos preços reais do boi gordo em 1983, deve ser consignada a ocorrência de uma alta de preços de março para abril, ou seja, em plena safra. A razão básica, além da descompressão de preços já apontada, foi o estoque de carne congelada praticamente nulo em poder dos frigoríficos que, pressionados pelo governo, tiveram que zerar seus estoques até janeiro de 1983, para fazerem jús ao perdão de juros dos empréstimos levantados em maio de 1982, para a formação dos estoques com vistas à regularização do abastecimento interno na entressafra passada.

* **Em cruzeiros de agosto de 1983.**

1 - ESTADO DE SÃO PAULO - PREÇO MÉDIO MENSAL REAL* DO BOI GORDO RECEBIDO PELOS PRODUTORES
2 - CIDADE DE SÃO PAULO - PREÇO MÉDIO MENSAL REAL* DA CARNE BOVINA

JANEIRO DE 1977 A AGOSTO DE 1983

GRÁFICO 11

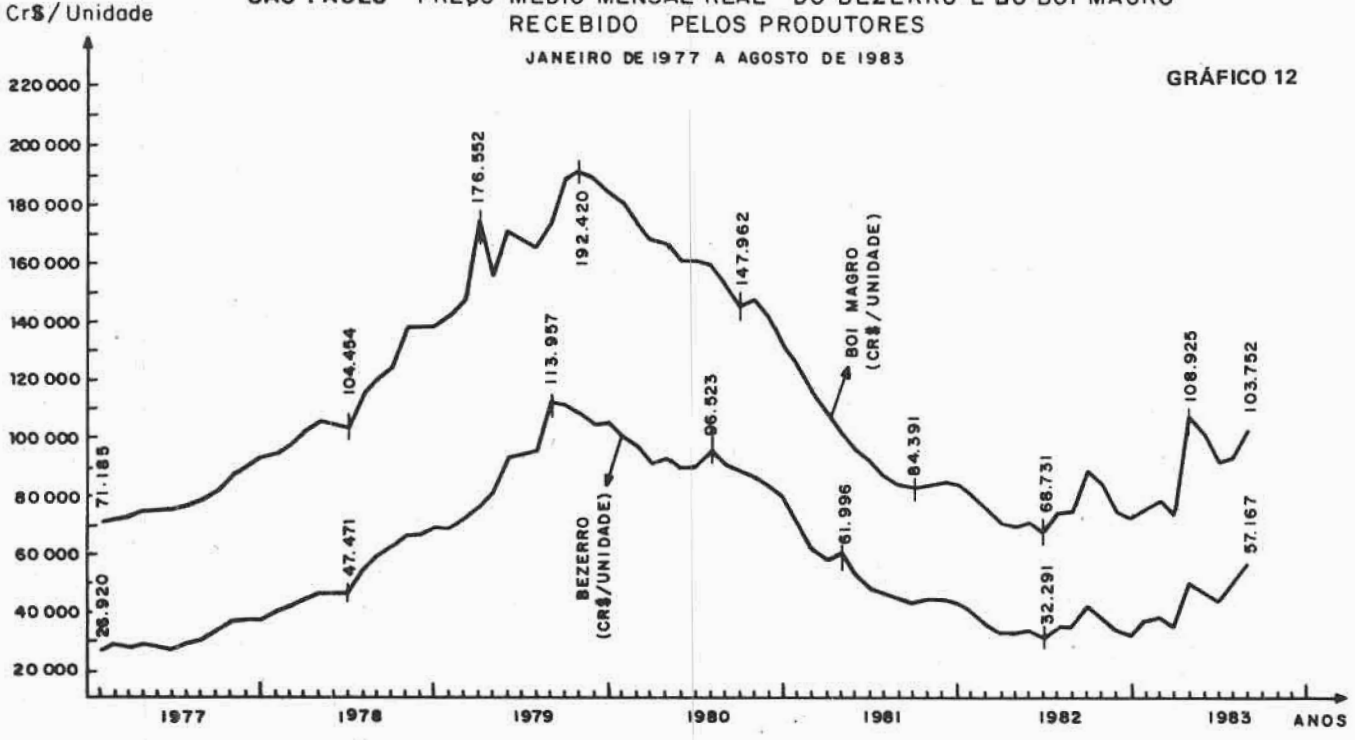


* Valores corrigidos pelo IGP, coluna 2, da F.G.V., para agosto de 1983
Fonte dos dados básicos – IEA-SP

SÃO PAULO - PREÇO MÉDIO MENSAL REAL * DO BEZERRO E DO BOI MAGRO RECEBIDO PELOS PRODUTORES

JANEIRO DE 1977 A AGOSTO DE 1983

GRÁFICO 12



* Valor corrigido pelo IGP, coluna 2, da F.G.V., para agosto de 1983
Fonte dos dados básicos - IEA-SP

QUADRO 13 – BRASIL – ABATE DE BOVINOS SOB INSPEÇÃO FEDERAL – PERÍODO DE JANEIRO A AGOSTO DE 1982 E 1983

MÊS	1982			1983[1]		
	TOTAL* (1000 cabeças)	VACAS (1000 vacas)	%	TOTAL* (1000 cabeças)	VACAS (1000 cabeças)	%
Janeiro	824	310	37,6	984	337	34,2
Fevereiro	844	332	39,3	918	347	37,8
Março	1.084	395	36,4	1.049	399	38,0
Abril	1.081	374	34,6	1.053	367	34,8
Maio	1.220	411	33,7	1.213	397	32,7
Junho	1.136	383	33,7	1.127	347	30,8
Julho	1.041	371	35,6	1.073	333	31,0
Agosto	905	320	35,4	988	302	30,6
Total	8.135	2.896	35,6	8.405	2.829	33,7

FONTE – IBGE

[1] **Dados preliminares**

* **Bois + vacas + vitelas**

QUADRO 14 – PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES NO ESTADO DE SÃO PAULO E PREÇOS DA CARNE BOVINA NO VAREJO NA CIDADE DE SÃO PAULO, DE DEZEMBRO DE 1982 A SETEMBRO DE 1983

MÊS	PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES NO ESTADO DE SÃO PAULO						PREÇOS NO VAREJO NA CIDADE DE SÃO PAULO	
	BEZERRO		BOI MAGRO		BOI GORDO		CARNE BOVINA	
	Cr$/cab	Índice	Cr$/cab	Índice	Cr$/cab	Índice	Cr$/kg	Índice
1982								
Dezembro	15.473,10	100	35.201,40	100	4.107,10	100	572,30	100
1983								
Janeiro	19.562,57	126	39.891,25	113	4.243,49	103	594,85	104
Fevereiro	21.554,99	139	44.397,97	126	4.423,95	108	650,90	114
Março	21.247,50	137	45.430,10	129	4.897,40	119	699,50	122
Abril	33.477,10	216	72.877,80	207	6.436,70	158	839,00	147
Maio	33.889,40	219	73.275,80	208	6.743,20	164	855,25	149
Junho	35.547,30	230	73.893,00	210	7.023,90	171	910,50	159
Julho	46.797,00	302	85.627,40	243	9.467,20	231	1.239,00	216
Agosto	57.167,20	369	103.752,40	295	11.042,10	269	1.376,00	240
Setembro	69.038,60	446	117.515,80	337	15.405,90	375	1.889,00	330

FONTE – IEA-SP

Um outro aspecto evidenciado pela análise do ciclo pecuário bovino 1977/82, foi a sua duração de seis anos, período um pouco menor do que o dos ciclos anteriores. Muito embora sejam muitas as variáveis (tanto de ordem econômica como zootécnica) que influenciam o ciclo pecuário, a redução da duração do ciclo pode indicar uma melhoria do aproveitamento do rebanho, no que concerne à idade média das reses prontas para o abate, a qual vem diminuindo, principalmente, na região Centro-Oeste, pela melhoria da qualidade das pastagens cultivadas.

Considerando o maior número de meses (sete) em que os preços do boi gordo ficam abaixo da média do ano no ciclo encerrado em 1982, e que eles coincidem com os meses de safra, isto é, quando há maior oferta de bois terminados, conclui-se que o preço médio recebido pelo pecuarista, caso fosse ponderado pela quantidade de remessa de reses aos matadouros, ficaria bem abaixo da média anual simples. Isto significa que o pecuarista, de um modo geral, não desfruta integralmente as vantagens da alta de seus produtos. Esta conclusão não é válida, porém, para os criadores que fazem a engorda em confinamento, os quais dispõem de um cronograma de vendas mais bem distribuído, concentrado, principalmente, nos meses de entressafra, quando os preços do boi gordo superam a média anual. Essa vantagem, no entanto, é auferida apenas por um número diminuto de criadores, uma vez que a quase totalidade dos pecuaristas brasileiros cria os bovinos de forma extensiva e as reses perdem normalmente peso no inverno, período de entressafra. Ainda assim, os poucos criadores que, ano passado, induzidos pelos serviços de extensão, aderiram ao programa de engorda do gado em confinamento, não obtiveram ganhos suficientes para cobrir os investimentos. Isto porque os preços na entressafra não atingiram os níveis esperados. Em função disso, foram poucos os pecuaristas que, segundo os técnicos da Emater—MG, continuaram ou aderiram ao programa em 1983, justamente no ano em que há uma recuperação nítida dos preços.

Na Bolsa de Mercadorias de São Paulo, as cotações dos futuros refletem a firmeza do mercado do boi gordo no Brasil Central, em termos imediatos e para outubro de 1984. Na realidade, os fundamentos dessa firmeza repousam no próprio ciclo pecuário bovino, cuja fase de alta, uma vez iniciada, dura pelo menos três anos. Assim, tendo recrudescido o abate de matrizes acima do percentual normal de descarte a partir do segundo semestre de 1981, o ano de 1984 sentirá os reflexos, ainda que leves, da redução da oferta de bois gordos, uma vez que o pico da escassez está previsto para 1985. Para esse novo ciclo pecuário parecem estar reservadas características inéditas, tal a rapidez e intensidade do movimento do preço do boi gordo, que atingiu, no corrente ano, o patamar (Cr$ 18.000/@) equivalente ao pico dos ciclos anteriores, ponto que somente é atingido no segundo ou terceiro ano da fase de alta. Esse fenômeno tem acarretado uma certa desorientação das autoridades, não só pelos transtornos que causa no abastecimento interno mas, também, pelo fato de tornar gravosas as exportações previstas para os próximos anos.

A expectativa de firmeza do mercado é evidenciada pelos preços do boi gordo na BMSP para outubro de 1984, que se aproximou da casa dos Cr$ 50.000/@. Esta cotação representa um aumento superior a 200% sobre o preço esperado para outubro de 1983, significando que os especuladores estão apostando numa alta da carne bovina, no ano de 1984, muito acima da inflação, o que consolidaria a reversão do ciclo.

Muito embora a queda prevista na oferta do boi gordo favoreça essa possibilidade, não se pode descartar, ***a priori,*** as variáveis que prevalecem no contexto recessivo da economia, que tenderão a puxar os cordões no sentido contrário à alta de preços, baixando um pouco a temperatura da euforia ora prevalecente.

Assim, para 1984, a oferta de carne será reduzida não só pelo menor afluxo de bois terminados para o abate mas, também, pela redução do abate de fêmeas, cujo nível deverá voltar à normalidade, em resposta ao estímulo da valorização da cria e dos demais animais de reposição de idade intermediária.

No mesmo sentido de alta deverá atuar o ramo exportador, cuja meta para 1984 é de atingir US$ 800 milhões com a venda da carne bovina, de modo a superar em um terço o desempenho previsto para o corrente ano.

Mesmo que a exportação, em 1984, alcance 500 mil t de carne bovina (em equivalente-carcaça), esta quantidade representará cerca de 25% do total produzido, cabendo ao mercado interno a absorção dos três quartos restantes da produção. Isto quer dizer que os preços internos não poderão se distanciar demasiadamente do poder de compra da classe média, principal segmento populacional consumidor da carne bovina. Subsidiariamente, pode ser citada a própria avicultura, que, pela flexibilidade e poten-

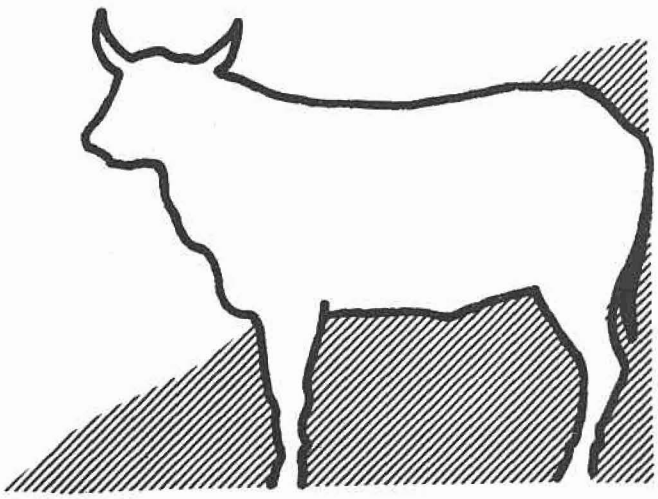
cial de produção, pode ser rapidamente mobilizada para competir com a carne bovina, refreando o ritmo de alta de preços da carne mais nobre. Essa mobilização, no entanto, só será possível em condições de oferta folgada de milho, que continua sendo o componente mais importante (por ser o mais barato) das rações.

Em relação ao abate de matrizes, os dados relativos aos primeiros oito meses de 1983 revelam sinais, ainda que leves, da contração, natural e esperada, que deve haver em resposta à alta de preços (ver Quadro 13). É possível que o efeito da majoração dos preços do boi gordo possa ser retardado, tendo em vista o alto grau de descapitalização dos pecuaristas, até o presente momento.

ANIMAIS DE REPOSIÇÃO

Normalmente, a majoração dos preços do bezerro ou de novilhos para engorda antecede ou coincide com a alta do boi gordo. Isto porque o primeiro reflexo do abate indiscriminado de matrizes é a escassez dos bezerros que, ao encarecerem, puxam o elo seguinte da cadeia — os bois magros. Finalmente, a majoração dá-se nos bois gordos e, simultaneamente, na carne bovina em nível de varejo. Por depender mais diretamente da capacidade de compra do consumidor, a variação de preços da carne bovina e do boi gordo é diferenciada da dos animais de reposição. Esse diferencial, no entanto, é temporário e tende a desaparecer, à proporção que se agrava a escassez do elo final da cadeia. Essas conclusões advém da análise da evolução dos preços dos bezerros, boi magro, boi gordo e da carne bovina no estado de São Paulo (os três primeiros) e na Grande São Paulo (o último) (ver Gráficos 11 e 12). Em 1983, a variação dos preços do boi gordo e da carne bovina divergiu da do bezerro e do boi magro. O ritmo de aumento dos preços do bezerro e do boi magro foi sensivelmente maior do que o do boi gordo e da carne bovina (ver Quadro 14). A maior identidade da variação dos preços do boi gordo ao da carne bovina reflete a sua proximidade do consumidor final cujo poder de compra influencia o nível de preços no varejo. A natureza oligopolista dos frigoríficos, por sua vez, faculta ao segmento a possibilidade de pressionar em determinado momento os preços em nível do produtor, dependendo da quantidade de carne estocada.

Como foi visto, a alta dos preços dos animais de reposição antecede à majoração do boi gordo e da carne bovina, no início da fase ascendente do ciclo pecuário bovino. Fenômeno contrário ocorre nas proximidades do pico do preço do boi gordo quando, em função da retomada do crescimento do rebanho (determinada pela redução do abate de matrizes, em resposta à alta de preços da carne), os preços dos bezerros começam a declinar, pela regularização da oferta, identicamente aos da carne bovina, só que em ritmo bem mais acentuado. Assim, em 1984, à semelhança do que ocorreu em 1978, deverá ter continuidade o processo da alta da pecuária bovina, desde o bezerro até a carne no varejo, passando pelo boi magro e boi gordo, devido à firmeza do mercado. A intensidade da alta da carne bovina estará condicionada às medidas que o governo vier a tomar, em 1984, em relação à estocagem de entressafra. A administração pelo governo de um estoque estratégico torna-se necessária para evitar majorações indesejadas.



EXPORTAÇÃO

De acordo com os dados da Cacex, as exportações de carne bovina no período janeiro/agosto de 1983 perfizeram uma quantidade de 289 mil t em equivalente-carcaça e um valor de US$ 373,6 milhões, correspondendo a um aumento de 33,2% e 25,4, respectivamente, em relação à igual período de 1982 (ver Quadro 15). A extrapolação para o ano do desempenho dos primeiros oito meses, indica que, em 1983, serão exportadas 434 mil t (em equivalente-carcaça) de carne bovina, no valor de US$ 564,6 milhões. Esses números significarão um novo recorde de exportação, correspondendo a um aumento de 35% em quantidade e de 29% em divisas em relação a 1982. Esse desempenho representa, no entanto, uma redução de US$ 63,64 no preço médio da tonelada exportada, indicando que persiste uma disputa acirrada no mercado internacional de carne bovina, apesar da queda de produção dos países exportadores. Isto ocorre não só em decorrência da débil recuperação da economia mundial, mas, também, pela inexistência de uma política de ação comum por parte dos países exportadores, de modo a evitar o rebaixamento do nível de preços. Para 1984, a expectativa de exportação é ainda favorável ao Brasil, por várias razões. Em primeiro lugar, pela redução da produção em dois dos principais países exportadores, Argentina e Austrália, ambos em fase de recuperação do rebanho. Em segundo lugar, aparece a perspectiva de queda do consumo interno, motivada não só pela redução salarial, como pelo aumento dos preços da carne bovina, que advirá da diminuição da oferta interna, devido, principalmente, ao menor abate de matrizes. Nesta hipótese, haverá um aumento do "excedente" exportável em 1984, o que facultará um incremento provável de divisas da ordem US$ 150 milhões em relação a 1983, muito embora haja expectativas mais otimistas, no sentido de que a receita de divisas possa atingir US$ 800 milhões, em 1984.

Por outro lado, em função da alta dos preços da carne bovina, o governo decidiu autorizar a importação de 50 mil t de carne congelada para evitar a progressão da majoração dos preços, que já se tornaram proibitivos para o consumidor interno e gravosos para a exportação. Na atualidade, a decisão de importar tem justificativas que diferem das alegadas anteriormente, que tinham o objetivo específico de atender ao mercado externo via ***draw back.*** Segundo representantes dos pecuaristas, essas importações, realizadas ao longo da década de 70, para atender o mercado internacional, resultaram na estagnação do rebanho, principalmente no Rio Grande do Sul. Neste sentido, levantam dúvidas se as vantagens obtidas com a exportação através de valores agregados à carne importada, foram maiores do que os prejuízos causados com a estagnação do rebanho. Essa pergunta faz-se pertinente no momento atual, em que o mercado internacional começa a se tornar receptivo à carne bovina e não há indícios de que a produção será suficiente para atender à demanda externa, sem grandes transtornos no abastecimento interno.

QUADRO 15 – CARNE BOVINA – EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS – PERÍODO DE JANEIRO A AGOSTO – 1982 E 1983

DISCRIMINAÇÃO	1982			1983		
	QUANTIDADE (t)	VALOR FOB (US$/1000)	PREÇO MÉDIO (US$/t)	QUANTIDADE (t)	VALOR FOB (US$ 1000)	PREÇO MÉDIO (US$/t)
Carne in natura	64.148	131.227	2.045,69	91.186	157.76	1.730,10
Carne Industrializada	68.671	166.659	2.426,92	88.909	215.815	2.427,37
Total	216.598*	297.886	1.375,29	288.564*	373.576	1.294,60

FONTE – CACEX

*** Em equivalente-carcaça**

PRODUÇÃO E CONSUMO

Refletindo o ciclo da pecuária bovina, a produção desta carne para 1984 deverá ser levemente inferior à de 1983, tendo em vista não só o menor afluxo de bois terminados para abate mas, também, e principalmente, a interrupção do abate indiscriminado de matrizes. A redução da oferta de bois gordos, em 1984, já deverá refletir o recrudescimento do abate de matrizes em fins de 1981. Subsidiariamente, será influenciada também pela inclemência climática da atual entressafra que, pródiga em enchentes, geadas e chuvas prolongadas (na Região Sul) e seca (no Nordeste), afetou diretamente tanto o rebanho, com o aumento do índice de mortalidade, como o estado das pastagens que, impedidas de serem renovadas no momento oportuno, deverão ter menor capacidade de suporte em 1984. Desse modo, a produção de carne bovina, em 1984, deverá ser da ordem de 2,3 milhões de t, 4,2% abaixo da produção esperada para o corrente ano. A respeito, deve ser lembrado que a previsão inicial da produção de carne bovina para 1983 era de que superasse as 2,4 milhões de t produzidas em 1982. Na verdade, o nível de abates verificado no primeiro semestre parecia confirmar essa expectativa. No entanto, as adversidades climáticas provocaram uma queda brusca na oferta de animais para abate, fazendo com que os preços da arroba do boi gordo, já em setembro, atingissem níveis próximos aos de 1979. Como atenuante, aparece a melhoria das pastagens que, já no próximo ano, deverá ser feita pelos criadores, pelo fato de disporem de um maior volume de recursos proveniente da venda na alta dos animais. O aumento da venda de sementes de gramíneas para a reforma de pastos, segundo informação das empresas do ramo, constitui uma evidência dessa predisposição dos pecuaristas.

Considerando a menor produção, e a perspectiva de aumento nas exportações, o consumo aparente da carne bovina em 1984 será da ordem de 13,8 kg/habitante, o que representará uma redução equivalente a um terço aos 20,5 kg consumidos por cada habitante em 1977.

CARNES SUBSTITUTAS

A redução da disponibilidade de carne bovina, prevista para 1984 e 1985, representará um rebaixamento visível do nível alimentar da população, caso não seja acompanhada por medidas compensadoras no que concerne à oferta de carnes substitutas. O consumo anual de carnes no país, da ordem de pouco mais de 30 kg/habitante (excluído o pescado), é muito baixo, considerando-se que se situa num contexto de deficiência alimentar, já que, no país, prevalece, um subconsumo de quase todos os componentes da cesta alimentar básica.

Nos últimos anos, a compensação da redução do consumo da carne bovina tem sido, predominantemente, a carne de frango, tendo em vista a estagnação da produção de suínos, após o surto (não comprovado) de peste suína africana de 1978. Pode-se dizer, mesmo, que ao longo da década de 70, houve uma melhora da disponibilidade interna de carnes, com o incremento da produção avícola, que passou de 2,3 kg/habitante, em 1970, para cerca de 10,1 kg/habitante, em 1980. Na década atual, com o aumento da exportação da carne bovina e a estabilização da produção avícola, começou a configurar-se um declínio da disponibilidade interna de carnes em geral. A partir de maio, a situação tendeu a se agravar mais ainda, com a alta dos principais componentes da ração (milho e farelo de soja), a ponto de tornar proibitivos os custos de produção da avicultura.

Apesar dessa perspectiva nada alentadora no curto prazo, a solução para o problema está na reativação da estrutura de produção avícola, uma vez que, felizmente, o potencial das instalações e a flexibilidade do sistema de produção o permitem. Contudo, para que essa reativação se efetive concretamente é necessária uma oferta folgada de milho em caráter permanente, mediante a existência de estoques reguladores em poder do governo. Para isso, uma produção de milho equivalente ou levemente superior ao consumo de nada adianta, porque haverá sempre o risco de uma quebra de safra ou de exportação do pequeno superávit.

PECUÁRIA DE LEITE

A PRODUÇÃO DE LEITE NO BRASIL HÁ MUITO DEPARA-SE COM UM PROCESSO DE DESCAPITALIZAÇÃO. PROGRAMAS DE ESTÍMULO ADOTADOS NÃO SURTIRAM EFEITO E, HOJE, CONSTATA-SE QUE TAMBÉM PELO LADO DA DEMANDA HÁ DIFICULDADES, DERIVADAS DO BAIXO PODER AQUISITIVO DA POPULAÇÃO.

A produção de leite no Brasil, por se tratar de produto de preços administrados, reflete basicamente o nível das cotações estabelecidas pelas autoridades governamentais, ao longo do tempo. A administração dos preços, por não estar inserida numa política global de longo prazo para a atividade leiteira, reflete, por seu turno, apenas o interesse conjuntural do governo federal, que favorece pendularmente ora o produtor ora o consumidor. No longo prazo, essa política tem contribuído para estagnar a produção, sobretudo porque o tempo que as cotações permanecem em patamares baixos (não remuneradores da produção) é muito mais prolongado do que nos elevados. Além disso, considerando o caráter estrutural dos obstáculos que se opõem ao aumento da produção de leite no país, a atividade necessita, por isso mesmo, de investimentos vultosos e longo prazo para produzir frutos. A mera alternância de preços num curto espaço de tempo inibe qualquer iniciativa, por parte do produtor, de melhoria da

QUADRO 16 – ESTADO DE SÃO PAULO – PREÇOS DOS INSUMOS UTILIZADOS PELA PECUÁRIA LEITEIRA EM REGIÕES SELECIONADAS DO ESTADO – AGOSTO/82, ABRIL/83 E AGOSTO/83*

INSUMOS	UNIDADE	PERÍODO			VARIAÇÃO (%)		
		Ago/82 (1)	Abr/83 (2)	Ago/83 (3)	1 - 2	1 - 3	2 - 3
Farelo de trigo	1 kg	19,52	27,32	67,78	39,9	247,2	148,1
Farelo de algodão	1 kg	27,53	35,73	84,03	29,8	205,2	135,2
Ração p/vaca - 23% proteína	1 kg	36,88	60,15	116,91	63,1	217,0	94,4
Ração p/bezerro - até 4 meses	1 kg	33,71	55,82	100,79	65,6	199,0	80,6
Ração p/bezerro - mais 4 meses	1 kg	36,91	58,24	106,20	57,8	187,7	82,3
Adubo – 4-14-8	1 kg	43,85	63,85	92,10	45,6	110,0	44,2
Sal comum	1 kg	15,20	23,48	31,77	54,5	109,0	35,3
Sal mineral – Bayer	1 kg	188,85	340,00	414,63	80,2	119,5	21,8
Pentabiótico	Fr. 5 cc	121,00	218,75	444,75	80,8	267,6	103,3
Antibiótico (Amplovet)	Fr. 1 gr.	149,33	256,50	343,25	71,8	129,9	33,8
Vermífugo (Ripercol)	Fr. 250 cc.	543,67	1.043,75	1.800,00	92,0	231,1	72,5
Óleo diesel	1 litro	75,00	130,00	232,00	73,3	209,3	78,5
Gasolina	1 litro	132,00	210,00	353,00	59,1	167,4	68,1
Aftosa (Vacina)	Frasco	1.660,00	2.600,00	2.600,00	56,6	56,6	–
Brucelose (Vacina)	Frasco	260,00	310,00	501,50	19,2	92,9	61,8
Manqueira (Vacina)	Frasco	120,00	175,00	305,20	45,8	154,3	74,4

FONTE – Assessoria Econômica da A.B.P.L.B. (LeiteBê – ano V - nº 29 - out/83)

*** Informações fornecidas pelas Cooperativas dos Produtores de Leite de Ribeirão Preto, Guaratinguetá, Vale do Paraíba e São José dos Campos.**

QUADRO 17 – DISTRIBUIÇÃO DO LEITE ESPECIAL E TIPO B NA GRANDE SÃO PAULO NO PERÍODO DE JANEIRO E AGOSTO – 1981/83

MÊS	1981		1982		1983	
	B	B + E	B	B + E	B	B + E
Jan	19.426	52.132	17.571	51.696	20.419	55.844
Fev	17.300	49.157	15.281	47.337	18.509	48.169
Mar	18.914	54.395	17.085	54.186	13.571	41.976
Abr	18.905	52.011	16.796	51.165	18.731	49.106
Mai	18.101	54.617	16.597	48.883	17.567	50.726
Jun	19.462	51.826	16.898	44.810	17.036	50.128
Jul	17.741	51.392	19.285	52.546	18.761	51.324
Ago	18.644	53.130	19.795	57.010	19.731	55.751
Total	148.493	418.210	139.308	407.633	144.325	403.024
Variação (%)			(–6,19)	(–2,53)	(+3,6)	(–1,13)

FONTE – SUNAB e ABPLB

produção. Por isso, têm-se verificado freqüentes crises de abastecimento interno dos principais centros urbanos. Esta situação agravou-se, mais recentemente, na segunda metade da década de 70, quando o país despendeu grande soma de divisas com a importação de leite em pó (US$ 148 milhões no período 1976/80). Em 1981, parecia que seria inaugurada uma nova fase, ao se estabelecerem preços realmente remuneradores da produção. Acontece que, naquele mesmo ano, em função não só da corrosão inflacionária mas, também, das medidas governamentais, a pretexto de que estaria havendo excedente de produto no mercado, o ganho do produtor foi reduzido, retendo-se o preço por um período prolongado e autorizando às indústrias o desconto dos custos de transporte referentes ao segundo percurso. O processo de descapitalização dos produtores continuou ao longo de 1982, quando os preços do leite mantiveram-se defasados, tanto em relação à escalada inflacionária, quanto à alta dos insumos pecuários.

Assim, a estagnação da produção verificada nos primeiros oito meses de 1983 (à exceção do Rio Grande do Sul, a produção de leite em 1983 continuou abaixo da de 1981, em São Paulo, Paraná e Minas Gerais) pode ser considerada o prosseguimento do estado de desânimo do produtor, em face dos preços não-remuneradores do leite (ver Quadros 17 e 18). Note-se que se poderia inculpar o recrudescimento do abate indiscriminado de matrizes, que vem ocorrendo no país, desde fins de 1981, como causa do menor fluxo de leite às unidades industriais de resfriamento e processamento de leite, no período. Na realidade, este fato tem a sua parcela de responsabilidade na queda da produção de leite, mas o fator realmente determinante é o desânimo do produtor em relação aos níveis de preços estabelecidos pela SEAP/Sunab, rapidamente corroídos pelo ritmo acelerado da inflação.

A respeito da atuação da SEAP/Sunab no que se refere aos níveis de preços do leite Especial,

QUADRO 18 – MINAS GERAIS, RIO GRANDE DO SUL E PARANÁ – PRODUÇÃO MENSAL DE LEITE INSPECIONADO – PERÍODO DE JANEIRO A AGOSTO – 1981/83
(em 1.000 l)

MÊS	MINAS GERAIS			RIO GRANDE DO SUL			PARANÁ		
	1981	1982	1983	1981	1982	1983	1981	1982	1983
Jan	220.809	221.081	232.334	56.664	51.184	56.921	39.678	35.129	35.142
Fev	216.483	182.255	197.288	43.984	42.445	49.229	34.652	28.905	32.162
Mar	217.866	190.853	196.863	43.519	44.003	46.219	35.753	30.943	32.760
Abr	195.711	180.422	169.311	33.613	37.240	36.357	29.294	27.065	28.661
Mai	187.910	169.341	168.026	31.326	34.189	42.850	29.599	24.951	28.327
Jun	164.906	159.080	165.984	34.352	33.449	35.156	27.547	24.165	25.735
Jul	177.819	164.309	173.544	37.759	41.901	36.966	26.739	27.889	28.789
Ago	171.669	169.633	167.168[1]	45.705	50.792	41.205	26.801	29.869	30.280
Total	1.553.173	1.436.974	1.470.518	326.922	335.203	344.903	250.063	228.916	241.876
Variação (%)		(–7,48)	+2,33		+2,53	+2,89		(–8,46)	+5,66

FONTE – CEPA–MG, CEPA–RS e DERAL–PR
[1] **Estimativa**

no corrente ano, é necessário destacar os esforços no sentido de acompanhar a evolução da inflação (de janeiro a setembro, o aumento do preço do leite Especial (Cr$ 131/l) em nível do produtor foi da ordem de 160%). Ocorre, porém, que os preços dos principais insumos utilizados pela pecuária leiteira, dentre os quais o farelo de trigo e a ração (essenciais para a manutenção do nível de produção na entressafra) tiveram uma alta muito superior à inflação (ver Quadro 16). Essa é a razão básica da insatisfação dos produtores diante do aumento de 31% concedido a partir de 15 de setembro passado, 39 pontos percentuais abaixo do pleito dos produtores. Recorde-se que o cronograma de reajustamento de preços, estabelecido para o corrente ano, previa alterações nos meses de abril, junho e outubro. Os produtores, no entanto, diante da defasagem já evidente entre o preço do leite Especial e dos insumos, pressionaram o governo, que acabou por conceder quinze dias de antecipação para a vigência do reajuste previsto para outubro.

Ao lado do desânimo evidente dos produtores em relação aos níveis de preços, a partir do mês de maio, as chuvas intensas, que castigaram a região Sul do país durante todo o inverno, causaram grandes danos às pastagens, obrigando o produtor a recorrer à alimentação suplementar para impedir uma queda mais acentuada da produção na entressafra.

Com a criação, pelo Ministério da Agricultura, da Comissão Consultiva Permanente do Leite (Comlei), em abril passado, composta de três representantes de organizações de produtores, três do Ministério da Agricultura, um da SEAP, um da Embrater e outro da Embrapa, o governo passou a contar com um órgão em condições de subsidiá-lo mais efetivamente nas decisões relativas à atividade. Embora sem contar com um representante dos consumidores, essa Comissão tem como atribuição debater (não deliberar) os problemas relativos à produção e à transformação do leite, procurando dirimir as dúvidas entre as partes envolvidas.

As conseqüências do desalento que marca o comportamento atual do produtor, não são somente imediatas, afetando apenas o suprimento de leite fluido nos centros urbanos. Põem em xeque também, o plano de estocagem de leite em pó e derivados lácteos (queijos e manteiga) para o período anual de entressafra, que vai de maio a novembro. Atento a esta questão, o Comlei elaborou uma proposta ao Ministério da Agricultura sugerindo a alocação de recursos da ordem de Cr$ 100 bilhões para a estocagem de produtos lácteos para distribuição na entressafra de 1984. A alocação dos recursos na época oportuna, isto é, em novembro, mês que marca a entrada da safra na região Centro-Sul, além de constituir-se em garantia de absorção da produção, evitará por certo a importação de leite em pó, em 1984, como ocorreu no corrente ano. Recorde-se que, para a entressafra de 1983, pelo fato de ter sido liberada apenas em abril, a verba de Cr$ 31 bilhões praticamente não foi utilizada, tendo em vista a não-existência de produtos lácteos em quantidade suficiente para serem estocados a um mês do início da entressafra. Em conseqüência, a quantidade estocada (12 mil t de leite em pó, 7,2 mil t de queijo e 1,9 mil t de manteiga) representou 43% da meta prevista para suprir as necessidades do mercado na entressafra. A insuficiência de leite em pó para ser reidratado acarretou transtornos de monta no abastecimento de leite fluido dos principais centros urbanos, obrigando o governo a recorrer à importação do leite em pó da CEE.

Como o leite em pó, proveniente da CEE, chegaria com atraso, para atenuar o quadro de escassez que se prenunciava para a entressafra do corrente ano, o governo instituiu emergencialmente o Programa de Arraçoamento do Rebanho Leiteiro na Entressafra, para o qual foram alocados recursos de Cr$ 23,6 bilhões. Os beneficiários do Programa seriam pequenos criadores (até 100 l/dia) que produzem leite para as capitais dos estados, associados às cooperativas de produtores de leite.

A implementação desse Programa, no entanto, não produziu os resultados esperados, uma vez que se deu na entressafra, época considerada inoportuna, tendo em vista que já encontrou definida a programação de atividades. Além disso, coincidiu exatamente com a forte alta das rações e de seus componentes, normalmente utilizadas na suplementação da alimentação do gado leiteiro na entressafra. Essas razões, aliadas à desconfiança do pequeno produtor em assumir dívidas bancárias, determinaram os parcos resultados do Programa, em termos de aumento da produção de leite na entressafra.

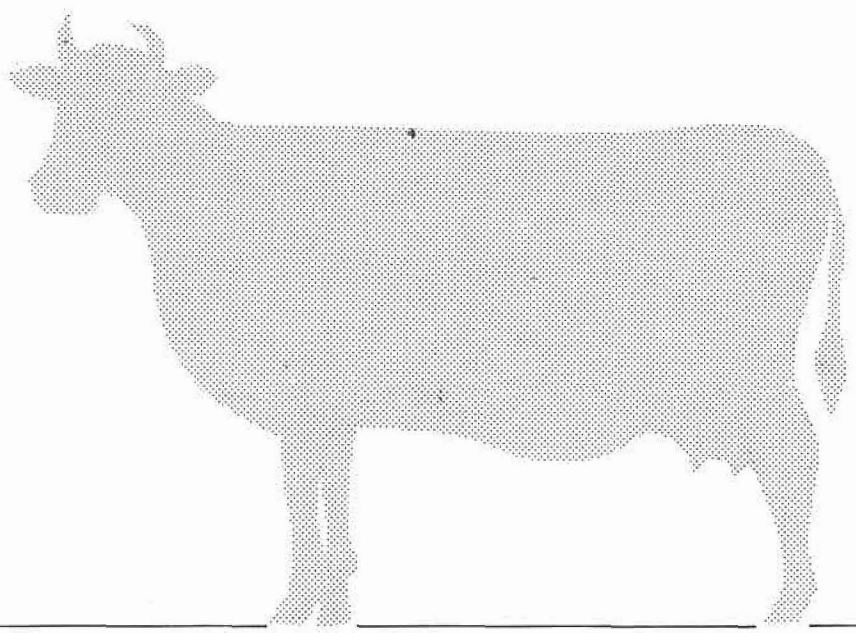
Para 1984, presume-se que não haja modificações significativas na atividade, a menos que os programas de estímulo à produção, diretos ou indiretos, sejam implementados em tempo hábil. A respeito, cabe ressaltar que o abastecimento regular do leite à população, na entressafra de 1984, depende

da liberação da verba de Cr$ 100 bilhões, ainda no mês de novembro próximo, conforme sugestão recente da Comlei.

Tendo em vista a política de compressão salarial, o próximo exercício não se prenuncia favorável à produção de laticínios mormente no que tange aos produtos de preços elevados, como queijos e iogurtes. A produção dos leites B e Longa Vida (ambos tiveram incrementos de produção no corrente ano — o leite B, da ordem de 7% e o Longa Vida, de 70%), saída encontrada pelos produtores para fugirem ao tabelamento, deverá acusar leve incremento, muito embora, pelas razões apontadas, o mercado desses produtos esteja atingindo o ponto de saturação.

O aumento da produção de leite dos tipos B e Longa Vida, produtos não tabelados, vem interferindo no abastecimento do leite Especial, já que concorrem pela matéria-prima. Devido ao preço maior oferecido pelos industriais de leite tipos B e Longa Vida, já se nota uma escassez de leite Especial, razão porque o governo pretende tabelar novamente o leite Longa Vida.

Em síntese, o desempenho da pecuária leiteira, em 1984, ao que tudo indica, refletirá mais uma vez a política do governo federal ratificando a afirmativa de que, no estágio atual, o problema da produção de leite no país não reside no lado da produção, mas, sim, no do consumo. Isto porque, nas raras vezes em que a mão que estabelece os preços determina uma remuneração compensadora em nível do produto, a produção cresce, numa demonstração ineqüívoca de que o potencial produtivo existe. No entanto, o volume de leite adicional produzido, nessas circunstâncias, encontra sempre dificuldades de colocação no mercado, devido ao diminuto poder de compra da população. A existência desse potencial leiteiro já está comprovada, não só pela duplicação da produção obtida em algumas bacias leiteiras do país em curto período de tempo mas, também, por um levantamento recente elaborado pela Secretaria da Produção Animal do Ministério da Agricultura (ver **Agroanalysis** — Vol. 6 nº 10/11).



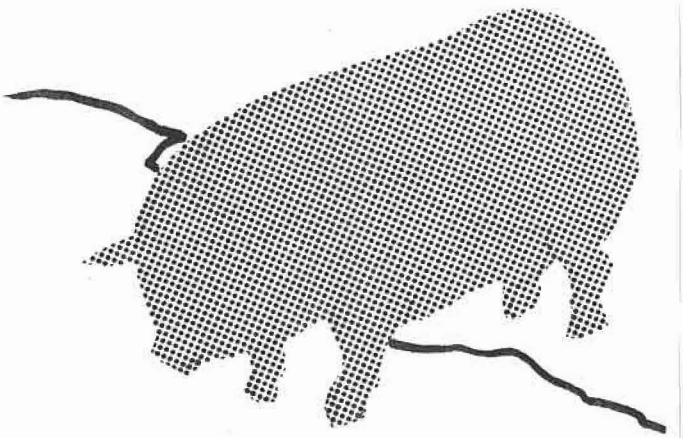
SUINOCULTURA

AS PREVISÕES DO COMPORTAMENTO EM 1983 NÃO SE CONFIRMARAM. A FALTA DE MILHO NO MERCADO TEM REPRESENTADO UM SÉRIO PONTO DE ESTRANGULAMENTO, POIS O ITEM ALIMENTAÇÃO REPRESENTA 80% DO CUSTO DE PRODUÇÃO. APESAR DOS PREÇOS MAIS ALTOS ESPERADOS, AS PERSPECTIVAS DA ATIVIDADE NÃO SÃO ANIMADORAS.

A produção brasileira total de carnes bovina, avícola e suína, em 1983, segundo o USDA, deveria alcançar 5,12 milhões de t, 3,2% a mais do que em 1982, devido aos crescimentos de 4,2 e de 3,8% esperados, respectivamente, para as duas primeiras. A produção de carne suína permaneceria estagnada, mesmo com a obtenção de uma elevada safra de milho, pois os criadores não buscariam a expansão dos seus rebanhos, nem o conseqüente aumento da oferta (a carne suína é considerada um substituto caro da bovina) já que esbarrariam numa demanda contraída, por força da perda do poder aquisitivo da população. Ademais, o crescimento esperado para a avicultura fazia prever o aumento da fatia de mercado relativa à carne de frangos, cujo menor preço dificulta sobremaneira a concorrência da carne suína. Esta continuaria fora do mercado externo, apesar da leve recuperação das importações, registrada especialmente na Europa Ocidental, que deveria comprar, em 1983, quantidade 28% superior à adquirida em 1982*.

Um balanço do que se passou, até agora, no mercado brasileiro de carnes permite concluir que aquelas previsões não se confirmarão. Registra-se que sérios danos foram causados às pastagens pelo inverno chuvoso no Centro-Sul e, em conseqüência, houve perda de peso do gado bovino. Aumentou a quantidade exportada de carne bovina além do esperado, diminuiu a produção avícola, frustrou-se, em parte, a safra de milho 1982/83 e, devido à maior severidade da política salarial, caiu o nível do consumo humano.

A menor oferta das carnes bovina e avícola no mercado interno durante 1983 não deverá favorecer a carne suína. Isto porque a estrutura oligopsonizada da produção, aliada ao elevado nível de industrialização, acaba por tornar proibitivo para a maioria dos consumidores o preço da carne vendida *in natura* e que, via de regra, provém de cortes nobres. Supera, muitas vezes, o da carne bovina, muito embora o ciclo biológico do boi seja cerca de oito vezes maior do que o do suíno, e o padrão tecnológico da suinocultura brasileira, em termos específicos da Região Sul, muito superior ao da bovinocultura. Durante o primeiro semestre deste ano, por exemplo, o preço da carne de porco no comércio varejista da cidade de São Paulo foi 8,5% superior ao da carne bovina, mantendo-se, nos meses de julho e agosto abaixo desta, apenas por força da coincidência da entressafra bovina com a safra de suínos.

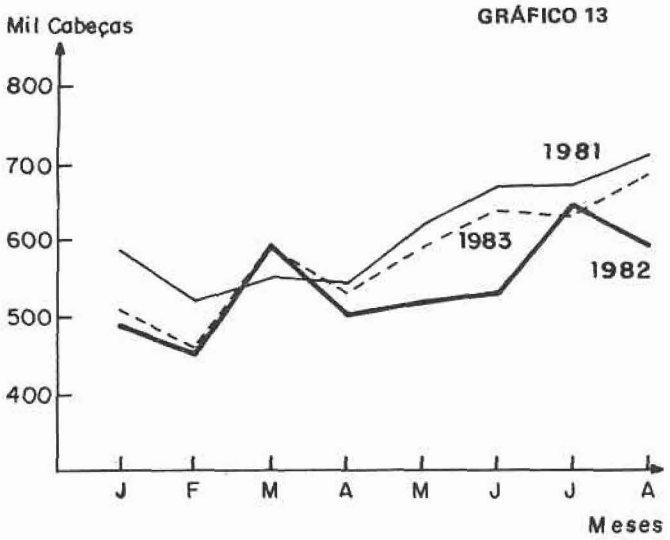


*** As exportações brasileiras de carne suína em geral limitam-se a uma pequena quantidade para o consumo a bordo de navios, (cerca de 4 mil t neste ano) que, nem de longe, significam um estímulo à produção interna.**

REGIÃO SUL – ABATES MENSAIS DE SUÍNOS SIF

JANEIRO A AGOSTO 1981 / 1983

GRÁFICO 13



Fonte : Cepa's

O Gráfico 13 mostra que o abate de suínos na Região Sul, de janeiro a abril de 1983, foi muito semelhante ao de igual período de 1982. A partir de maio, passou a apresentar uma tendência de crescimento. Essa movimentação pode ser parcialmente explicada pelo início das entregas dos animais engordados com o milho precoce colhido em janeiro, mas a explicação mais plausível reside no aumento do descarte de matrizes e de animais ainda não terminados, fruto da decisão dos criadores diante da expectativa de escassez de milho, em conseqüência das fortes chuvas que atingiram a Região em maio. Em Santa Catarina, por exemplo, entre maio e setembro, o preço do milho apresentou uma alta real acumulada da ordem de 117%, enquanto o preço do animal vivo ao criador evoluiu apenas 64%, conforme demonstra o Gráfico 14.

Essa situação deverá perdurar até o final do ano. O acesso dos suinocultores independentes – em sua maioria, de pequeno porte – ao milho, em vias de ser importado neste ano, provavelmente será nulo, a não ser que se estabeleça uma política governamental específica de colocação deste produto ao alcance dos minicriadores. No entanto, perduram ainda dúvidas quanto à participação do governo na importação do grão, tendo em vista as dificuldades da balança comercial brasileira. As autoridades confiam que as notícias de compras externas, por parte de ***trade companies,*** venham a causar o escoamento de estoques de particulares (estimados em mais de um milhão de t) no mercado, desafogando a demanda dos pequenos criadores e sustando a necessidade de programas especiais de distribuição do milho importado.

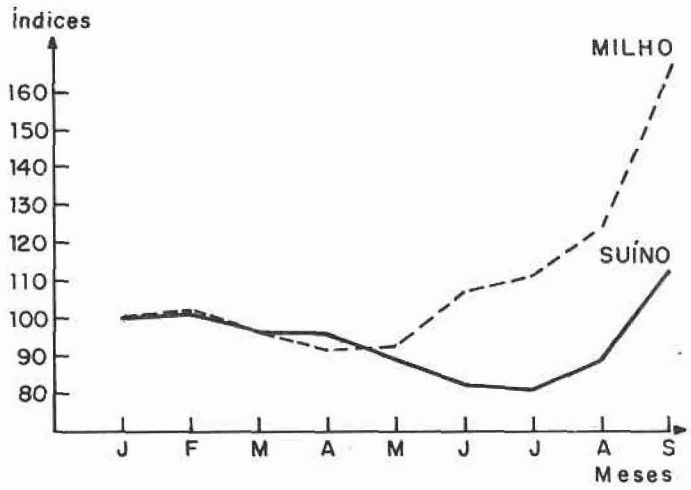
Desse modo, enquanto o preço deste insumo localizar-se em níveis elevados, estará desincentivando a criação de animais de pequeno e médio portes, face ao preço elevado atingido por estas carnes junto ao consumidor final. Isto porque o item alimentação, quase toda à base de milho, representa 80% dos custos de produção da carne suína.

Durante os meses de julho e agosto, por exemplo, o preço relativo suíno/milho no Paraná e Rio Grande do Sul manteve-se na média de 4,5, traduzindo o desestímulo que vem assolando esta atividade (em igual período do ano passado, a relação foi de 9,17). A situação dos criadores gaúchos, por sinal, é particularmente alarmante, por tratar-se de estado onde a criação ainda se faz, em sua quase totalidade, em pequenas propriedades não associadas a integrações e onde as perdas da safra 1982/83 de milho representaram 16% da quantidade inicialmente esperada. Em agosto, por exemplo, o preço relativo suí-

SANTA CATARINA – ÍNDICES DE PREÇOS MENSAIS REAIS * DO MILHO E DO SUÍNO AO PRODUTOR

JANEIRO A SETEMBRO-1983

GRÁFICO 14

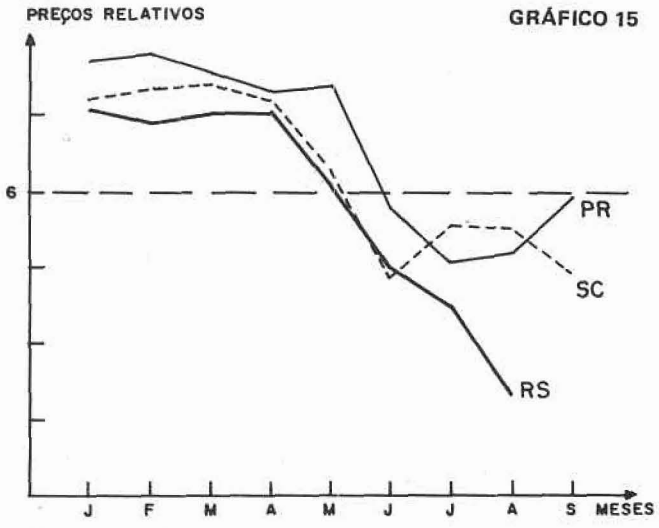


* IGP Col. 2 p/ janeiro 1983

Fonte : CEA

no/milho nesse estado decresceu para 3,3, enquanto que, no Paraná, fora de 5,2 e, em Santa Catarina de 5,51 (ver Gráfico 15). Neste último estado, explica-se a situação mais favorável em virtude do processo integrado da exploração suína, na medida em que tal modalidade possibilita vantagens ímpares, tais como o fato de as indústrias integradas possuírem estoque de milho suficiente para o abastecimento até o início da colheita da safra 1983/84.

PREÇOS RELATIVOS SUÍNO/MILHO
JANEIRO A SETEMBRO - 1983



Fonte: Cepa's

O aumento da matança de animais, iniciado em maio/junho, deve perdurar até que se normalize o abastecimento do milho. Este fato certamente acarretará uma redução na oferta de animais terminados a partir de outubro/novembro, que deverá prolongar-se até meados de 1984. Neste sentido, parece lícito supor que, embora os preços dos animais passem a se elevar a partir de outubro, o nível de abate só deverá contrair-se em janeiro, tendo em vista o tempo necessário para desenvolvimento e engorda dos animais. Com a entrada da "safrinha de milho", novamente voltarão a realizar-se as coberturas animais que darão origem a leitões a serem abatidos cinco a seis meses após. Dessa forma, tudo leva a crer que, durante o último trimestre do corrente ano, o preço da carne suína apresentará uma tendência altista, devido não só à menor oferta de animais como, também, ao aquecimento tradicional da demanda no final do ano, mantendo-se esta tendência até fins do primeiro semestre de 1984. Subsidiariamente, o aperto no abastecimento interno de óleo de soja favorecerá a firmeza dos preços dos suínos, tendo em vista a maior procura por sua banha.

Essa expectativa de preços altos para a carne suína até meados do próximo ano é fortalecida pelo fato de o país estar em vias de plantar uma área de milho muito pouco superior àquela cultivada em 1982/83. A obtenção de colheita próxima a 21 milhões de t não alarga os horizontes da suinocultura no médio prazo, pois, indubitavelmente, significará mais um período de abastecimento apertado deste insumo, não dando margem a planos expansionistas por parte dos criadores (em grande parte, plantadores do grão).

Assim, não parecem sobrar alternativas à suinocultura brasileira a não ser esperar pela melhora do quadro de abastecimento de alguns de seus insumos alimentícios, notadamente o milho, já que a alimentação representa 80% do custo de produção de cada animal. A reabertura das exportações, medida que se tornou viável diante das constatações oficiais da ausência da peste suína africana no país, só será possível a partir de 1984, tendo em vista a natural demora na elaboração dos contratos de compra e venda. Nesta hipótese, o país poderá tirar grande proveito destas vendas, uma vez que a frustração da safra norte-americana de milho certamente significará uma redução drástica no rebanho suíno dos EUA, tradicionalmente importadores líquidos de carne suína e que, no período 1974/83, responsabilizaram-se por 11% das importações mundiais deste produto.

PRECEITOS DE POLÍTICA AGRÍCOLA

NESTA PARTE, A CADA MÊS, APARECERÃO NOTÍCIAS ACERCA DAS PRINCIPAIS LEIS, REGULAMENTOS, REGIMENTOS E QUAISQUER OUTRAS NORMAS ORIGINÁRIAS DO GOVERNO FEDERAL E QUE SE RELACIONEM COM O SETOR AGRÍCOLA.

A atividade agrícola no Brasil tem estado submetida a um sem número de normas, resoluções e programas que afetam as decisões do agricultor nas diversas fases do ciclo produtivo. Mais ainda, outras medidas que não visam diretamente ao Setor Agrícola, como tabelamentos de preços ao nível do consumidor e estímulos ou desestímulos ao comércio externo, acabam por interferir, também, sobre a produção agrícola. Desta forma, para bem acompanhar o comportamento do Setor convém conhecer o conjunto de atos normativos que configura a Política Agrícola, e suas alterações ao longo do tempo, bem como os outros instrumentos que, sem se referirem especificamente ao Setor, sobre ele exercem influência indireta.

Esta seção se destina a apresentar, mensalmente, um resumo da legislação pertinente e um comentário singelo quanto a sua possível repercussão, ou às causas que a determinaram.

Abastecimento

No último mês, várias medidas foram tomadas no sentido de atenuar as altas de preços de produtos de origem agrícola, decorrentes da frustrada safra 82/83 ou dos reflexos do comportamento dos preços do mercado internacional sobre o mercado interno ou, ainda, da combinação desses dois fatores.

A Portaria nº 38, de 3-10-83, da **SUNAB** (D.O. de 4-10-83) regulamentou a produção e comercialização do pão francês, colocando novamente em vigor normas relativas ao seu peso e que tinham sido eliminadas em 1981, por ocasião da liberação de seus preços. Alega-se, freqüentemente, que a não especificação do peso do pão incentivou o uso do bromato de potássio, que muitos especialistas consideram cancerígeno. A Portaria referida não faz qualquer referência ao uso de aditivos químicos no fabrico do pão, mas é de se supor que, com a obrigatoriedade de se vender a peso e não por unidade, desapareça o interesse em utilizar um aditivo cuja principal vantagem é a de aumentar o tamanho do pão.

As Portarias nºs 39 e 40, de 30-9-83, da **SUNAB** (D.O. de 4-10-83), fundamentadas nas Leis Delegadas nºs 4 e 5, de 26-09-62, sujeitaram todas as pessoas físicas ou jurídicas que produzem, beneficiam, armazenam, transportam, distribuem ou comercializam bens e serviços considerados essenciais ao consumo da população a prestarem informações e permitirem o exame dos documentos, livros ou estoques que a **SUNAB** julgar necessários.

Na mesma data, a Portaria nº 41, regulamentou a declaração dos estoques de óleo de soja existentes em indústrias, cooperativas, atacadistas, representantes, consignatários, depósitos, armazéns gerais, trapiches e cadeias de supermercados.

Esta última medida está claramente relacionada com a crise de abastecimento de óleo de soja e a rápida escalada de seus preços (ver **Agroanalysis** 7 (8)).

Ainda com o objetivo de conter as altas de preços e regularizar o abastecimento interno, a **Comissão de Política Aduaneira** publicou as Resoluções nºs 5-0524, e 5-0525, de 27-09-83 (D.O. de 10-10-83) isentando de Imposto de Importação as compras externas de milho e soja (grãos, farelo e óleo bruto). Na mesma oportunidade, a Resolução nº 5-0526 estendeu aquela isenção ao arroz importado em regime de **drawback** e utilizado no abastecimento interno.

Também foram atingidas pela crise do Setor Agrícola a indústria de curtimento e a de calçados e afins, dada a escassez de couros, provocada pela redução dos abates e pelo aumento das exportações de couros crus. Em 17-10-83, o **Banco Central do Brasil** publicou a Resolução nº 861, de 14-10-83, que tornou igual a zero a alíquota do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros e do IOF incidente na liquidação de operações de câmbio em pagamento de importações de couros e peles bovinas. A medida se destinou a permitir o funcionamento da indústria, ao tempo em que se preservavam as exportações.

Preços

Em outubro, passaram a vigorar novos preços da cana-de-açúcar e do mel residual, reajustados em 48,5%. Na mesma oportunidade, as remunerações aos produtores de açúcar e álcool de todos os tipos foram aumentadas em 49,8% (Ato nº 51/83, de 29-9-83 (D.O. 30-9-83) e Ato nº 52/83, 30-9-83 (D.O. 4-10-83).

Também em outubro, houve vários reajustes da cota de contribuição das exportações de café. No início do mês estava fixada em US$ 86,30/60 kg para o café verde e US$ 1,16/lb (**spray dried**) e US$ 1,48/lb (**freeze dried**) para o solúvel (Resolução 67/83, do IBC – D.O. de 30-9-83). Em 26-10 o D.O. publicou a Resolução 76/83, de 17-10-83, do IBC, que elevou as cotas de contribuição para US$ 99,50/60 kg; US$ 1,26/lb e US$ 1,58/lb, respectivamente.

Em 4-10, o Diário Oficial publicou a Resolução nº 159, 30-9-83, do **CIP**, que enquadrou os preços do farelo de soja, do óleo de soja bruto, degomado, do óleo comestível, da gordura hidrogenada, do leite tipo longa vida e de sua embalagem na sistemática de controle do órgão. A medida implica em que os preços dos produtos referidos só poderão ser reajustados mediante autorização do **CIP** e, de certa maneira, complementa outras iniciativas que se encontram sob a rubrica **Abastecimento**, nesta resenha.

Também em 4-10, o D.O. (Portaria da **SUNAB** nº 36, de 30-9-83) divulgou a tabela relativa aos preços de aquisição do trigo nacional do mês de outubro. Para o trigo com p.h. 79 foi fixado o valor de Cr$ 151.459/t, o que equivaleria, ao câmbio do dia, a US$ 221/t. Naquela mesma data o preço internacional do trigo era de US$ 135,49/t.

Em 10-10-83, a Portaria **SUNAB** nº 43 (D.O. 13-10-83) fixou os preços do açúcar refinado amorfo, ao nível de refinaria e de consumidor, a vigorar nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Belo Horizonte e Recife e nos municípios de Vitória, Vilha Velha, Cariacica, Viana e Serra, estes do Estado do Espírito Santo.

Finalmente, em 13-10-83, a **Superintendência da Borracha** reajustou os preços básicos e reguladores das borrachas naturais nacionais em 39% (Resolução CNB-RE-21); fixou os preços de venda da borracha natural do Estoque de Reserva (Portaria nº 4–110/83) e fixou preço de borrachas sintéticas para efeito de cobrança da TORMB (Portaria nº 4–111/83). Estes atos foram publicados no D.O. de 17-10-83.

Diversos

Vários dos instrumentos normativos publicados no mês de outubro se destinaram a regulamentar ou alterar regulamentos já existentes relativos à produção ou distribuição de produtos de origem agrícola.

A Resolução nº 65/83, de 6-9-83 do IBC (D.O. 30-9-83) altera normas sobre a industrialização de café destinado ao mercado interno, sobretudo no que diz respeito ao tipo e qualidade e prazos de validade, bem como determina penalidades para os infratores.

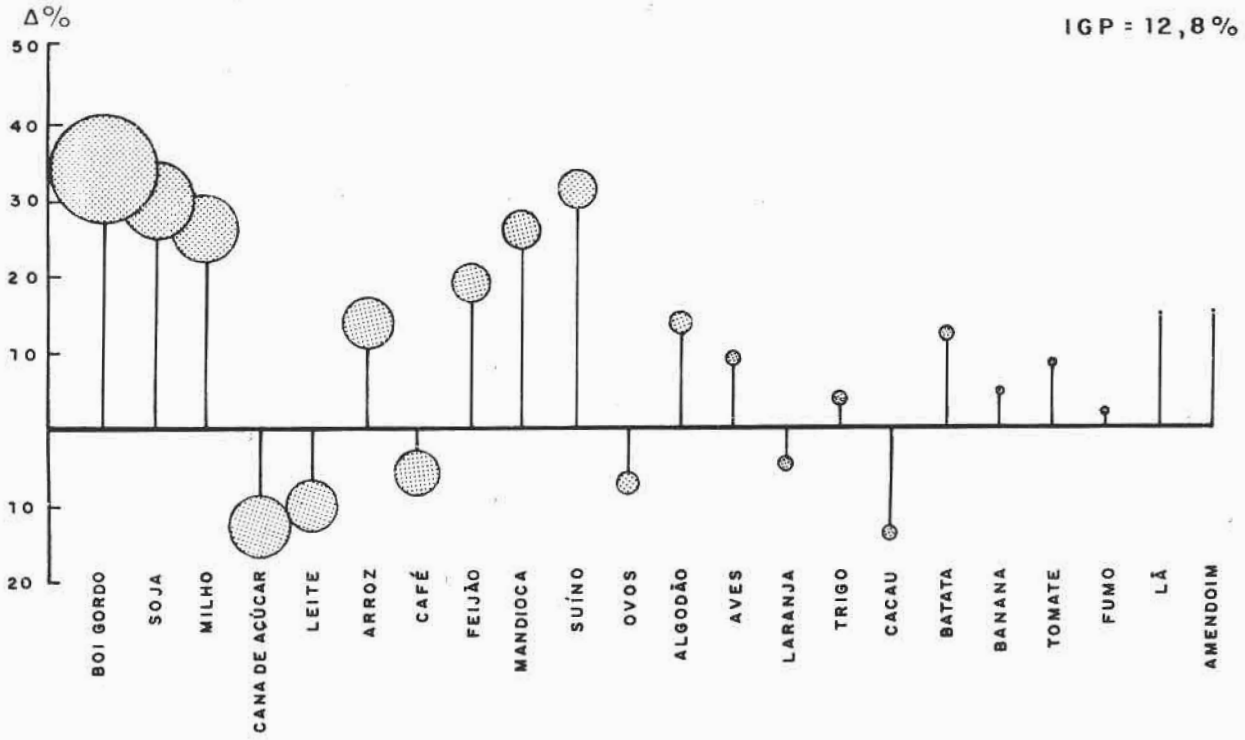
Os Atos nº 46/83 e 47/83, do **IAA** (D.O. 14-10-83) modificam o programa de produção de álcool na região Centro-Sul para a safra 83/84 e distribuem, por tipos e destinação, o volume de álcool a ser produzido pelas usinas e destilarias da Região Norte/Nordeste. Já o Ato nº 54/83 (D.O. 17-10-83) estabelece as cotas mensais de fornecimento de álcool às indústrias químicas, para fabricação de derivados alcoolquímicos destinados à exportação.

No D.O. de 14-10-83 também está publicado o Convênio ICM 25/83, estabelecido entre o Ministro da Fazenda e os Secretários da Fazenda ou Finanças dos Estados e Distrito Federal e que delineia o tratamento tributário a ser dado ao leite pasteurizado nas unidades da Federação da região Centro-Sul. Além de fixar a base de cálculo do Imposto de Circulação de Mercadorias e estabelecer os casos de isenção ou deferimento do pagamento do imposto, o Convênio autoriza as Unidades da Federação mencionadas a parcelar os débitos fiscais oriundos da aplicação do Convênio ICM 7/77 em até 60 prestações mensais. As empresas que requererem o benefício no prazo de 60 dias, a contar da ratificação do Convênio, terão ainda direito à dispensa de multas e juros.

É interessante mencionar aqui, ainda, a Circular 824, de 19-10-83 (D.O. 21-10-83), do **Banco Central do Brasil**, que amplia e consolida normas anteriormente divulgadas referentes ao plantio de algodão, tendo em vista controlar o surto da praga do bicudo.

Além de relacionar os municípios em que o plantio é interditado ou não recomendado (caso em que créditos poderão ser concedidos,. mas não enquadrados no **PROAGRO**), trata da concessão de estímulos ao plantio de lavouras substitutas, nos citados municípios e do plantio de algodão, nos municípios não relacionados. Em ambos os casos, os agricultores fazem jus a financiamentos de até 100% do **VBC**. No caso de substituição, o **Ministério da Agricultura** pagará ao produtor uma indenização em valor correspondente a 20% do rendimento esperado na lavoura de algodão. Esta indenização terá como limite o valor do financiamento concedido à lavoura substituta e deverá ser usado na amortização desse crédito.

PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES E RELAÇÃO DE TROCAS

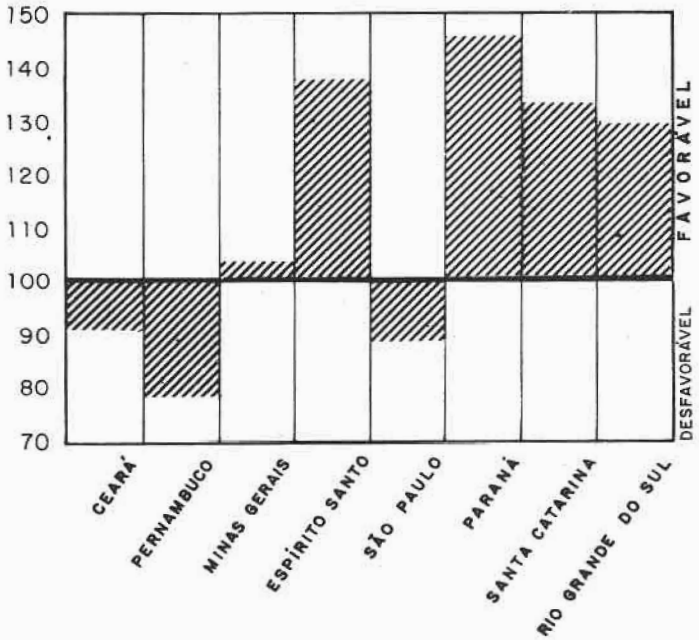


No gráfico ao alto, as retas indicam as diferenças entre a variação percentual dos preços recebidos pelos agricultores (mês corrente em relação ao mês anterior) e a variação do IGP–DI, permitindo visualizar os ganhos potenciais do Setor Agrícola relativamente à inflação, tal como medida por aquele indicador. Os círculos que encimam as retas representam a participação percentual do valor da produção de cada produto no valor da produção global da agropecuária, em 1980.

No gráfico ao lado está a relação de trocas entre a agropecuária e a indústria, relativas a oito unidades da Federação. Os resultados acima de 100 indicam que os preços recebidos pelos agricultores cresceram mais do que os por eles pagos na compra de insumos.

RELAÇÃO DE TROCAS (ÍNDICE DE PREÇOS RECEBIDOS/ ÍNDICE DE PREÇOS PAGOS) 1966 = 100

SETEMBRO 1983



PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais refentes ao mês anterior ao da capa da revista)
1 – Posição da última semana do mês
2 – Posição da última quinzena do mês
3 – Posição do mês anterior
4 – Posição um ano antes
5 – Comportamento dos Futuros
6 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos 30 dias

PREÇO / PRODUTO	Posição 1 Ano Antes	Posição Mês	Posição Última Quinzena	Posição Última Semana	Futuros O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	Tendência	Fatores Ponderáveis
AÇÚCAR RAW MERC.–N.Y. US ¢/lb-peso Fonte: Unicom	5,90	9,46	9,18	9,44	9,85			10,51		11,16		11,50		11,77		11,98		Rumores de compras de Cuba estimulam elevação dos preços.
ALGODÃO 1-1/16" M-Memphis MERC.–N.Y. US ¢/lb-peso Fonte: Unicom	59,28	70,97	69,54	69,31	77,15		78,59			79,95		80,78		81,27				Elevado nível de estoques nos EUA mantém cotações estáveis. Consumo continua apresentando recuperação.
CACAU BAHIA MERC.–N.Y. US$/tonelada Fonte: Unicom	1561	2042	2093	2074			2.042			2064		2086		2107		2110		– Safra americana ainda indefinida. No curto prazo, porém, deverão pesar mais as declarações de comerciantes europeus, segundo as quais a colheita da Costa do Marfim, principalmente, será melhor do que previsto a princípio.
CAFÉ SANTOS MERC.–N.Y. US ¢/lb-peso Fonte: Unicom	134,28	132,15	133,86	134,75			132,15			129,38		127,22		125,58		123,66		– A informação de que a colheita brasileira apresenta sérios problemas de qualidade vem provocando maior interesse dos importadores, que procuram formar estoques para o inverno. – Acordo foi renovado com cláusulas mais duras em relação às vendas ilegais de café.

NOTA: Spot de Cacau e Café suspenso. As posições da Última Semana, Última Quinzena e do Mês Anterior referem-se a futuro 1ª entrega.

PANORAMA AGROPECUÁRIO

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	Posição 1 Ano Antes	Posição Mês	Posição Última Quinzena	Posição Última Semana	Futuros	Tendência	Fatores Ponderáveis
MILHO TWO YELLOW MERC.–CHIC. US ¢/bushel Fonte: Unicom	240,82	344,74	350,61	355,65	S 356,36 · D 358,04 · M 365,08 · M 368,62 · J 367,79		Relatório de oferta/demanda do USDA de 13/10/83 deve apontar redução na safra norte-americana do grão.
SOJA - GRÃO ONE YELLOW MERC.–CHIC. US ¢/bushel Fonte: Unicom	590,46	883,74	874,39	860,30	S 895,42 · N 901,04 · J 914,88 · M 926,24 · M 924,00 · J 878,25		A colheita norte-americana caminha rapidamente, ao mesmo tempo em que o USDA realizou uma ligeira redução na estimativa de safra daquele país, avaliada agora em 41,3 milhões de t.
SOJA FARELO MERC.–CHIC. US$/tonelada Fonte: Unicom	160,20	226,70	227,75	226,70	S 237,72 · O 236,83 · D 235,75 · J 242,60 · M 243,65 · M 232,43 · J 233,23		A produção mundial deverá reduzir-se em 7%, mas o consumo na CEE poderá diminuir até 11%, segundo a revista *OIL WORLD*.
TRIGO SOFT RED MERC.–CHIC. US ¢/bushel Fonte: Unicom	323,83	364,65	363,33	364,65	S 346,37 · D 388,06 · M 403,68 · J 409,49 · J 401,16		*Disputa entre os países produtores-exportadores vêm mantendo as cotações em seu atual patamar, apesar do crescimento dos preços do milho e da soja.*

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais refentes ao mês anterior ao da capa da revista)
1 – Posição da última semana do mês
2 – Posição da última quinzena do mês
3 – Posição do mês anterior
4 – Posição um ano antes
5 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos 30 dias

PREÇO / PRODUTO	Posição * 1 Ano Antes	Posição Mês	Posição Última Quinzena	Posição Última Semana	Tendência	Fatores Ponderáveis
ALGODÃO Tipo 6–Sul do BR MERC. – SP Cr$/15 kg Fonte: Bolsa de Mercadorias de SP	11679,00	31379,00	33028,00	32650,00	➡	Dificuldades para importar deverão manter mercado em alta.
ARROZ Amarelão - Est. Cen. MERC. – SP Cr$/sc. 60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	14506,00	17104,00	17900,00	18450,00	➡	– Vendas governamentais contiveram o mercado. – Ingresso de produto importado. – Previsto maior plantio em SP, PR, SC, MT e RS.
CAFÉ Tipo 6 MERC. – SP Cr$/sc. 60 kg Fonte: Bolsa de Mercadorias de SP	53025,00	51885,00	54260,00	55610,00	➡	– Confirmação do reajuste do preço de garantia em janeiro. – Tendência altista no mercado externo. – Valor da cambial permace inalterado em dólares.
BOI GORDO – MERC. – Pres. Prud. Cr$/arroba Fonte: IEA-SP	10497,00	17250,00	18000,00	18000,00	➡	– Dificuldade de repasse dos preços no mercado retalhista. – Queda do consumo devido à compressão salarial. – Início da safra – chuva e calor melhoram as pastagens.

*
Corrigidos pelo IGP, col. 2 – Conjuntura Econômica-FGV.
NOTA: Cotações de Algodão correspondem a 1º Futuro.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

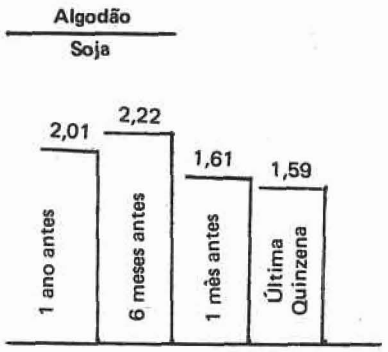
PREÇO / PRODUTO	Posição * 1 Ano Antes	Posição Mês	Posição Última Quinzena	Posição Última Semana	Tendência	Fatores Ponderáveis
FEIJÃO Carioquinha Especial MERC. – SP Cr$/sc. 60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	13897,00	32500,00	34000,00	34000,00	➡	– A quebra da safra de inverno de São Paulo está sendo compensada por vendas de feijão de Rondônia. – Aproxima-se a entrada do produto das águas.
FRANGO Vivo MERC. – SP Cr$/kg Fonte: APA	315,00	459,00	518,00	542,00	➡	Mantém-se retraída a produção de pintos ao mesmo tempo em que se elevam os custos de produção.
MILHO Amarelo Semiduro MERC. – SP Cr$/60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	3469,00	8526,00	9750,00	9750,00	➡	O mercado tem recuado, frente às notícias das primeiras entradas do milho comprado à Argentina.
SOJA - GRÃO Industrial MERC. – SP Cr$/60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	5644,00	16082,00	16475,00	17000,00	➡	Acomodação das cotações externas e o reduzido volume de grão no mercado interno têm mantido estáveis os preços.

*

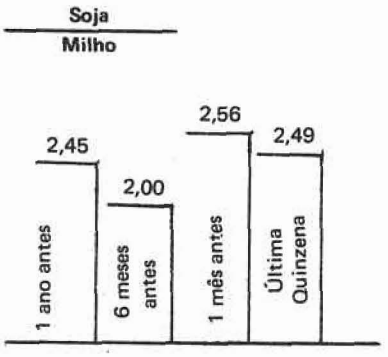
Corrigidos pelo IGP, col. 2 – Conjuntura Econômica-FGV.

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO EXTERNO

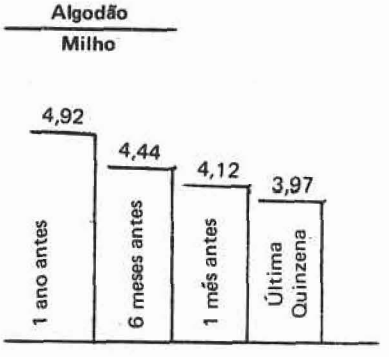
Praticamente igual ao preço relativo algodão/soja de um mês antes, o indicador da última quinzena é uma conseqüência da inalterabilidade das cotações de ambos os produtos no período. No caso do algodão, a quebra da safra norte-americana não chegou a causar o aquecimento dos preços, devido aos elevados estoques da fibra de que dispõem os EUA no momento.



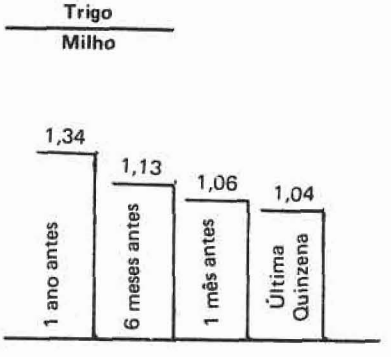
Durante a última quinzena, o preço da soja não apresentou alteração, em cotejo com o valor apresentado um mês antes, uma vez que a nova redução da safra norte-americana da oleaginosa, prevista pelo USDA, aliou-se à intensificação da colheita, naquele país, da safra 1983/84. Desta maneira, o preço relativo soja/milho da última quinzena apresentou uma queda em relação ao precedente, pois, no período, o preço do milho valorizou-se 1,7%.



Mantendo-se em trajetória descendente, o preço relativo algodão/milho da última quinzena é substancialmente inferior ao de um ano antes. Isto porque, no período, o milho valorizou-se 46%, enquanto que o algodão viu seu preço aumentado em 17,3%. A alta dos preços do grão origina-se na grande diminuição da oferta interna de milho norte-americano para a temporada 1983/84, em função não só do Programa de Pagamento em Produto, como também da própria quebra de safra, devido à seca que atingiu as regiões produtoras.



O preço relativo trigo/milho da última quinzena foi muito semelhante ao de um mês antes, tendo em vista não só a estabilidade observada na cotação do trigo como também o ganho de 1,7% no preço do milho no período. O trigo, apesar de dispor de uma boa oferta, tende a acompanhar a evolução das cotações da soja e do milho, o que auxiliou sua escalada de preços em relação há seis meses e um ano atrás.

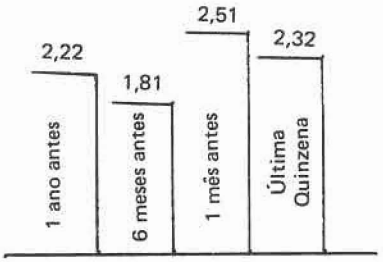


FONTES – Algodão: Unicom e Cotton World Statistics. Soja, Milho e Trigo: Unicom e Commodity Year Book.

PREÇOS RELATIVOS · MERCADO INTERNO

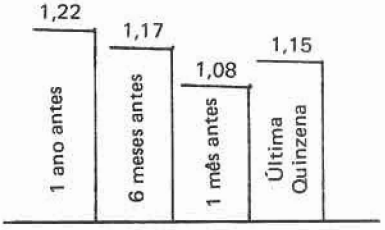
Voltou a depreciar-se, nesta quinzena, o preço relativo boi gordo/frango vivo, em função da alta de 12,9% havida no preço da ave, em comparação com o valor de um mês antes. A pressão exercida pelo aumento dos preços dos componentes da ração para ave de corte justifica este maior preço do frango vivo, embora também esteja atuando como fator altista a diminuição na produção de pintos de corte, dada a retração do mercado consumidor.

Boi Gordo / Frango Vivo



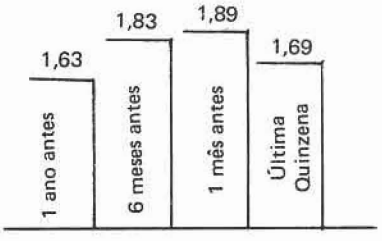
A leve recuperação havida na lucratividade dos avicultores, durante a última quinzena deveu-se ao fato de o aumento do preço da ave ter suplantado o ganho de 6,1% verificado no preço da ração em comparação com um mês antes. Os criadores vêm procurando aumentar sua parcela de lucro através da retração dos seus níveis de produção, tendo em vista a queda do poder aquisitivo da massa populacional e o conseqüente menor consumo de carnes em geral. Há um ano, devido à relativa folga no abastecimento de insumos à avicultura, o preço relativo frango vivo/ração para ave de corte localizava-se em patamar superior ao atual.

Frango Vivo / Ração Ave Corte



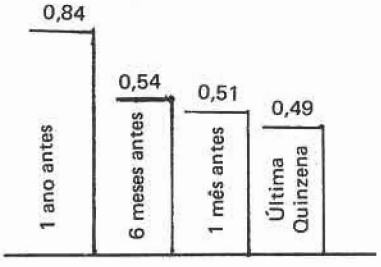
Soja / Milho

A incerteza quanto à normalização do abastecimento do milho até o final do ano vem mantendo a atmosfera altista que predomina nos preços deste grão desde a quebra da safra 1982/83. Desta forma, a sua cotação, na última quinzena, apresentou-se 14,4% superior à de um mês antes, enquanto que o preço da soja aumentava 2,4% no período. Daí o mais novo preço relativo soja/milho, muito semelhante ao de um ano antes.



Feijão Preto / Feijão Carioquinha

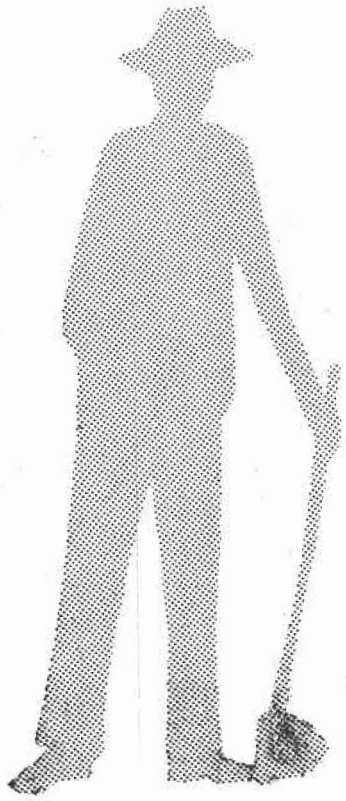
Se, há um ano, o preço do feijão preto representava 84% do preço do feijão carioquinha, desde há seis meses a cotação daquela variedade vem mantendo-se mais próxima do preço do feijão de cor. Isto porque a quebra da safra de feijão da seca deste ano atingiu duramente as regiões produtoras de feijão preto, fazendo-lhe aumentar o valor, que, durante a última quinzena, foi 257% superior, em termos nominais, ao de um ano antes.



FONTES: Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP. Frango Vivo e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agr. SP e APA. Feijão Preto, Feijão Carioquinha, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.

PREVISÃO DA COLHEITA DAS LAVOURAS

Esta página apresenta o resultado, ao nível do Brasil como um todo, da pesquisa mensal de previsão e acompanhamento das colheitas das lavouras no ano civil, conduzida pela **Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias – CEPAGRO**, cuja coordenação técnica é do **IBGE**. A pesquisa se faz em todo o território nacional e dela participam diversas entidades públicas e privadas, dentre as quais o Ministério da Agricultura, Banco do Brasil, Emater's, Cepa's, CFP, Secretarias de Agricultura e Secretarias de Planejamento. Seus resultados, segundo dispositivo legal (Decreto 68.678/71), são compulsórios para os órgãos da Administração Federal, direta e indireta e para as entidades a ela vinculadas. Os leitores de **Agroanalysis** terão aqui, mensalmente, os dados oficiais atualizados do comportamento das safras brasileiras.



LAVOURAS – ÁREA A COLHER E PRODUÇÃO ESPERADA NO ANO CIVIL DE 1983 SEGUNDO LEVANTAMENTO EM SETEMBRO[1]

ESPECIFICAÇÃO		ÁREA A COLHER (ha)		PRODUÇÃO ESPERADA
Abacaxi		30.506	(3)	562.106
Algodão		2.976.057		1.637.795
Algodão arbóreo		1.603.289		94.503
Algodão herbáceo		1.372.768		1.543.292
Alho		15.304		59.713
Amendoim	(2)	212.337	(2)	287.722
Amendoim (1ª safra)	(2)	156.677	(2)	228.145
Amendoim (2ª safra)	(2)	55.660	(2)	59.577
Arroz		5.129.867		7.799.278
Aveia		98.996		106.236
Banana		406.742	(4)	447.544
Batata-inglesa		162.645		1.726.243
Batata-inglesa (1ª safra)	(2)	102.328	(2)	1.037.529
Batata-inglesa (2ª safra)		60.317		688.714
Café		2.439.581		3.396.564
Cana-de-açúcar		3.543.664		216.030.786
Cebola		65.306		706.799
Centeio		4.493		4.682
Cevada		122.384		151.608
Coco-da-baía		168.924	(3)	501.857
Feijão		4.128.993		1.641.253
Feijão (1ª safra)	(2)	2.365.632	(2)	916.526
Feijão (2ª safra)		1.763.361		724.727
Fumo		315.123		396.525
Guaraná		5.977		967
Juta		15.992		18.918
Laranja		623.254	(3)	58.470.057
Malva		42.129		49.202
Mamona		272.446		174.085
Mandioca		2.053.479		22.361.741
Milho		10.794.534		18.828.884
Pimenta-do-reino		21.589		37.448
Rami	(2)	4.670	(2)	9.583
Sisal		346.392		226.184
Soja	(2)	8.136.937	(2)	14.593.373
Sorgo granífero	(2)	109.647	(2)	212.782
Tomate		48.373		1.592.441
Trigo		1.912.522		2.068.708
Uva		57.935		572.685

FONTE – IBGE

[1] Dados preliminares, sujeitos a retificações. [2] Área colhida e/ou produção obtida. [3] 1.000 frutos. [4] 1.000 cachos.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 - Caixa Postal 9052 - ZC 02
Tel.: 551-1542
CEP. 22250 - Rio de Janeiro - RJ

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR:
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flores
Membros: Aldo Batista Franco, Eugênio Gudin, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr. e Octávio Gouvêa de Bulhões.
Membros Suplentes: Carlos Alberto Pires de Carvalho Albuquerque, Luiz Fernando da Silva Pinto e Renato Correia Paes.

CONSELHO CURADOR:
Presidente: Alberto Pires Amarante
Vice-Presidente: João Carlos Vital
Membros: Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antonio Garcia de Miranda Neto, Antonio Ribeiro França Filho, Celso Timponi, Cezar Reis Cantanhede e Almeida, Domingos Marques Grello, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Estado de Minas Gerais, Estado de São Paulo, Geraldo Wilson Nunan, Glycon de Paiva, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Instituto de Resseguros do Brasil, Mário Abrantes da Silva Pinto, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rubens D'Almada Horta Pôrto, Salles/Interamericana de Publicidade S.A. e Theodoro Arthou.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA:
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mario Henrique Simonsen
Membros: Angelo Jorge de Souza, Eugênio Gudin, Janes Angelo de Souza e Julian Magalhães Chacel.

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mario Henrique Simonsen

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS:
Diretor: Julian Magalhães Chacel

Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional: Luiz Aranha Corrêa do Lago
Grupo de Gerência e Economia da Informação: Moacyr Antonio Fioravante

Divisão de Contabilidade Social
Diretor: Angelo Jorge de Souza

Centro de Contas Nacionais: Ralph Miguel Zerkowski
Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira
Grupo de Análise Contábil: Sebastião Marcos Vital

Divisão de Estatística e Econometria
Diretor: Janes Angelo de Souza

Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica: Marcos Ferreira de Souza
Centro de Processamento de Dados: Eugênio Decourt
Grupo Especial de Consumo: Roberto Maia de Camargo Abib

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Caixa Postal 9052
20.000 - RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL